

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

BANCOS EM MINAS GERAIS

(1889-1964)

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do I.F.C.H., da UNICAMP, sob a orientação do Professor Doutor Wilson Cano.

Agosto de 1978

Recebido na
GEREM. em 04/4/1979

As minhas raízes mineiras.

Para aqueles que com seus trabalhos
me permitiram o privilégio de estudar.

MEUS AGRADECIMENTOS:

ao professor Wilson Cano, meu orientador e principal incentivador na execução desta pesquisa.

ao Coordenador do Curso de Mestrado em Economia da UNICAMP, professor Luciano Coutinho, que se esforçou no sentido de que eu obtivesse remuneração condizente ao esforço empregado neste trabalho.

a Ricardo Alberto Bielschowsky pela cessão de sua Dissertação de Mestrado e a Maria Bárbara Levy pela de sua pesquisa ainda não publicada "Estrutura e Funcionamento dos Bancos Comerciais no Brasil-Evolução Histórica".

aos professores Ferdinando de Oliveira Figueiredo e Osmar de Oliveira Marchese pela participação no "Exame de Qualificação".

ao Programa de Financiamento de Teses - PFT do IPEA que me concedeu bolsa de manutenção.

ao Convênio UNICAMP/IPEA referente à pesquisa "Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970", da qual faz parte essa dissertação.

a todos os funcionários das bibliotecas que visitei.

ao trabalho de datilografia.

Raquel, além de ter sido minha companheira de trabalho, cuidou de que esse não se tornasse nada mais além do que é, uma simples Dissertação de Mestrado.

Campinas, junho de 1978.

I N O I C E

	pág.
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I: A GÊNESE DOS BANCOS EM MINAS GERAIS (1889-1920)...	17
APÊNDICE: CIDADES MINEIRAS - 1907	44
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO I	49
CAPÍTULO II: CAFÉ E BANCOS NA DÉCADA DE 1920	53
1. ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA MINEIRA	54
2. AS CONDIÇÕES DA ATIVIDADE CAFEEIRA EM MINAS GE- RAIS NA DÉCADA DE 1920	79
3. OS BANCOS EM MINAS	88
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO II	115
CAPÍTULO III: BANCOS NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)	122
1. O REAJUSTAMENTO ECONÔMICO DE MINAS	123
2. BANCOS E A RECUPERAÇÃO DA CRISE (1930-1937)...	138
3. BANCOS, O ESTADO NOVO E A GUERRA (1937-1945)...	153
NOTAS REFERENTES AD CAPÍTULO III	178
CAPÍTULO IV: INDÚSTRIA, INFLAÇÃO E BANCOS NO "PERÍODO SUMOC" (1945-1964)	184
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV	232
CONCLUSÕES	239
APÊNDICE ESTATÍSTICO	244
BIBLIOGRAFIA	322

INTRODUÇÃO

Estudaremos o papel dos bancos na economia de Minas Gerais no período histórico de 1889 a 1964.

Ocorreu-nos tal tema para Dissertação de Mestrado em Economia quando cursávamos na UNICAMP a disciplina "História Econômica do Brasil", no primeiro semestre de 1976. O professor Wilson Cano mostrava-nos que havia questões irrespondíveis sobre a concentração econômica regional no Brasil, à luz do conhecimento que então se possuía sobre certos casos da "periferia".

Minas Gerais constituía um desses "casos desconhecidos".

Como único mineiro da turma, ressentia-me de tal descaso.

Por outro lado, cursava também nesse semestre a cadeira "Teoria Monetária-financeira", lecionada pelo professor Ferdinando de Oliveira Figueiredo. Impressionava-me a falta de informações sobre a expansão financeira no Brasil, principalmente à vista do estudo que fazíamos sobre o "capital financeiro" em países de capitalismo maduro.

Sendo neto de banqueiro, abismava-me o desconhecimento da nossa burguesia bancária. Principalmente tendo em vista sua influência política e seus extraordinários lucros, face aos dos setores produtivos.

Portanto, constatava na literatura da história econômica brasileira, entre outras, duas lacunas imperdoáveis. A primeira, a ausência de um exame cuidadoso dos aspectos financeiros do desenvolvimento capitalista que se dá no país durante o século atual. A segunda, a carência de um estudo sistematizado do papel da economia de Minas Gerais nesse desenvolvimento.

A nossa historiografia tradicional se absteve da vi são do lado financeiro do processo de acumulação de capital na indús trialização brasileira. Há quase total omissão a esse fenômeno. Trata-se de problema suficientemente relevante para merecer atenção mais especial.

Hã também ausência de estudos integrados sobre a economia de Minas Gerais, principalmente no que se refere ao presente século. O que existe são ensaios esparsos, sem muita preocupação com o rigor e aprofundamento na análise e pesquisa dos fatos.

Tínhamos consciência que a tentativa de suprir os "vazios" apontados no conhecimento da realidade nacional era um encargo excessivamente pesado, impossível de resolver com uma simples dissertação de mestrado. Era mais uma tarefa para uma geração de historiadores. No entanto, estávamos dispostos a dar alguma contribuição nessa direção.

A oportunidade surgiu, por feliz coincidência, pelo convite à participação na equipe da pesquisa "Concentração Industrial no Brasil - 1930/1970", coordenada pelo professor Wilson Cano.

O esforço maior deste projeto era só captar o movimento geral da economia brasileira no sentido de concentração industrial em uma região, como também a dinâmica de cada economia regional, na qual assumia especial interesse o exame do sistema financeiro (principalmente em se tratando de Minas Gerais).

A razão básica do processo de criação de desequilíbrios regionais é, no fundo, a mesma que leva à concentração do capital. Sabemos que a acumulação de capital, tanto numa empresa como numa região, se faz pela reinversão de uma parte do excedente. Se o sistema bancário possui um grande poder de alocar esse excedente, é evidente que ele constitui instrumento poderoso de acentuação ou

de atenuação do desenvolvimento desigual inter-regional. Analisando, portanto, detidamente, o sistema bancário mineiro em relação ao processo de concentração industrial em São Paulo, estaríamos certamente captando uma faceta da explicação de porque a estrutura produtiva nacional é tão desequilibrada.

Pois bem, entramos com um sub-projeto - "O Capital Bancário Mineiro no Processo de Concentração Industrial no Brasil"-, cujo propósito era analisar o sistema bancário mineiro na interconexão entre uma política econômico-financeira nacional e a dinâmica regional.

Para tanto, a metodologia que pensávamos adotar consistiria numa integração da visão da empresa ("microeconômica"), no caso, o banco, com a dinâmica econômica ("macroeconômica"), tanto da economia mineira, quanto da nacional. Concretamente, tomaríamos o estudo de certos casos relevantes dos bancos mineiros (por exemplo, o do Banco da Lavoura, do Nacional, do Comércio e Indústria e do Moreira Salles, além dos bancos governamentais estaduais e do estatal - Banco do Brasil), acoplando-os à situação do movimento da economia mineira, e remeteríamos o resultado à pesquisa mais ampla sobre a "Concentração Industrial no Brasil". Obteríamos, então, uma visão mais segura do sistema bancário como um todo, já que incorporaria a ótica "endôgena" e a "exôgena" do seu movimento, isto é, sua atuação enquanto conjunto de empresas capitalistas, tanto em Minas quanto no resto do Brasil.

Dentro da proposta de romper a unilateralidade de nossa historiografia tradicional em examinar a formação econômica brasileira somente pelo lado dito "real", não bastava agregar à análise do sistema produtivo a análise do sistema monetário-financeiro. Pelo contrário, a justa posição - não resolveria o problema e recairia na clássica dicotomia - o real versus o monetário, sem se avan-

çar muito. Assim, preferimos partir da visão do Capital Financeiro. No que se refere à sua função de permitir o descongelamento do capital monetário, sua mobilização e transferência intersetorial, mediante uma fusão de interesses de todas as esferas de acumulação industrial, comercial e financeira.

Portanto, temos como pressuposto teórico que o banco além de atuar como intermediário do crédito de circulação (o qual amplia mediante a concentração de letras e a compensação das diferenças), procura também fazer a transformação de capital monetário congelado em ativo: capital que reúne, concentra e reparte. Assim o banco assume a função de reunir o dinheiro "improdutivo" temporalmente de todas as classes e colocá-lo à disposição da classe capitalista em forma de capital dinheiro, para que essa o possa empregar "produtivamente".

O lucro bancário consiste, antes de tudo na diferença entre a taxa de juros que os bancos pagam pelo capital dinheiro que lhes confiaram e a taxa de juros que exigem dos que deles recebem créditos (lógico que a isso tem que se acrescentar outros lucros como comissões, corretagens por colocação de ações e obrigações, o ágio sobre as operações de câmbio, etc.). Sabe-se que os juros não são mais que uma fração da mais-valia apropriada pelo emprego produtivo de um capital de empréstimo. Queremos com isso afirmar que analisar o papel de intermediação financeira dos bancos subentende também examinar o processo de produção, na medida em que funcionamento do processo de circulação supõe a criação anterior de um excedente econômico.

Por outro lado, os altos lucros do banqueiro tendem a se dirigir a investimentos em geral (nos setores que lhes dão maior retorno, maior lucratividade) e não apenas no próprio setor bancário.

Fica claro portanto, a importância e a indispensabilidade da análise de um sistema bancário não se restringir somente à órbita financeira, mas também de avançar na investigação do próprio sistema produtivo, no qual ele se estabelece.

Temos, dessa maneira, a oportunidade de fazer uma análise globalizante de um sistema econômico. O trabalho de investigação da economia de Minas Gerais tenta se desenvolver em vários cortes, entre os quais se destacam: o setor agro-pecuário, a indústria, o comércio (exterior e interregional), o papel do setor público (o gasto e as finanças públicas, a política econômica e a atuação do setor produtivo estatal) e o sistema bancário.

Na verdade, a articulação da órbita financeira com a produtiva segue uma idéia teoricamente simples: os bancos apropriam, na esfera da circulação, de parte do excedente gerado na produção. Portanto, a análise das principais atividades econômicas em diversas etapas da história mineira entre 1889 e 1964 nos possibilitaria examinar como os bancos se relacionam com maiores "fontes" de excedente ou seja, com os setores mais dinâmicos.

A vantagem desse método, é verificar se as modificações que sofreu a economia mineira ao longo desse século imprimiram circunstâncias especiais ao funcionamento dos bancos que atuavam em sua área.

As dificuldades para alcançar nosso intento - escrever a história da articulação do capital bancário mineiro com a base econômica sobre a qual ele se estabelece - são inúmeras. Entre elas, citamos a falta de discussões acadêmicas sobre o tema; a fragilidade da historiografia mineira e "financeira"; a proibição de acesso aos arquivos de bancos, impedindo consultas à documentos fundamentais; perda ou extravio de documentos; a falta de informações estatísticas confiáveis e sistematizadas, etc.

Sem dúvida, parte desses obstáculos obrigou-nos a algo que por mais desagradável que seja, tem a vantagem de dar uma consistência que a maioria dos ensaios não possui: partir das fontes primárias, estatísticas, relatórios de diretoria, publicações oficiais, etc. Tivemos de fazer longa pesquisa junto a arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Foram indispensáveis algumas entrevistas. A sistematização de todo esse material tornou o texto por vezes árido, pelo que pedimos antecipadamente nossas desculpas. Mas foi o preço que tivemos de pagar pela escolha do tema.

Quanto à periodização, tínhamos inicialmente delimitado nossa pesquisa ao período de 1920 a 1964. Essas datas limites se explicam não só em razão de constituírem marcos legislativos fundamentais na história bancária brasileira, como a lei nº 4182 de 31/Nov/1920 que instituiu a fiscalização dos Bancos e Casas Bancárias e a criação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, e a lei nº 4595 de 31/dez/1964 que impõe a Reforma Bancária. Trata-se do período áureo dos bancos mineiros: sua gestação, consolidação e apogeu. Não bastasse esse motivo, dado pelo lado da órbita financeira, temos em 1920 o primeiro recenseamento geral realizado no país, que nos permitiria investigar com maior precisão a órbita da produção em Minas, em confronto com recenseamentos posteriores. Já o período seguinte a 1964 possui política econômica complexa, que afeta fundamentalmente o sistema financeiro brasileiro. Sua análise está ainda para ser realizada, e ultrapassaria, de muito, os limites desta pesquisa.

Entretanto, nosso orientador - prof. Wilson Cano - recomendou-nos caracterizar os antecedentes históricos ao nosso ponto de partida, aproveitando da investigação realizada pelo colega João Heraldo Lima em sua Dissertação de Mestrado: *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Portanto, voltamos a 1889, quando se

deu a criação do Banco mais antigo em funcionamento em Minas Gerais, o Crédito Real de Minas Gerais. Nesse ano, alguns meses mais tarde, se daria a Proclamação da República.

Em que pese pensarmos esse primeiro período, como uma "introdução", ele tomou as características de um capítulo, face às teses que nele defendemos sobre a gênese do sistema bancário mineiro. Assim, nosso período de pesquisa ampliou-se, passando a ser de 1889 a 1964. Excessivamente longo, talvez, pois abrange o que alguns historiadores chamam de República Velha e República Nova e alguns economistas denominam de os três padrões de acumulação: o da economia exportadora - capitalista (1889-1933), o da industrialização restringida (1933-1955) e o da industrialização pesada (pós-1955). Cada qual com uma dinâmica diversa da anterior.

Mas a periodização que adotamos para nossos cortes em capítulos é diversa dessas citadas, porém, não antagônica àqueles padrões. Como estamos analisando um fenômeno ligado à esfera da circulação do capital, a legislação imposta pelo Estado, o controle governamental sobre a intermediação financeira, certamente impõe padrões de comportamento diversos à atividade bancária, delimitando seus raios de atuação. Portanto, na história bancária brasileira podemos identificar "pontos de saliência", denotando a incorporação de transformações qualitativas de profundidade, que produziram sensíveis efeitos sobre as atividades financeiras da época. Além dos já citados para 1920 e 1964, adotamos como marcos legislativos históricos a criação da Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) pelo decreto nº 21499 de 9/jun/1932, e a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) pelo decreto-lei nº 7293 de 2/fev/1945.

Dessa maneira, o texto ficou dividido em quatro partes.

Na primeira, como já vimos, examino os antecedentes

históricos, buscando a gênese do sistema bancário mineiro durante o período 1889-1920. Na segunda trato da década dos 20, articulando os bancos com os negócios do café em Minas. A terceira é dedicada à análise da era Vargas (ou melhor, do primeiro governo de Getúlio Vargas: 1930-1945), quando os grandes bancos mineiros se consolidam. Finalmente, a última refere-se ao "período SUMOC" (1945-1964). Há então uma nítida mudança no padrão de crescimento do sistema bancário brasileiro, tomando corpo a concentração e a centralização do capital bancário. Examinamos o grau de articulação dos bancos com a industrialização mineira e sua atuação em condições inflacionárias.

Tínhamos garra de conduzir a análise até o presente, abrangendo o período em que houve a transferência das sedes dos grandes bancos mineiros para outros Estados, mas tratamos de controlar nossa "megalomania" e passamos a tarefa para outrem.

Nossa tentativa, mais do que realizar uma obra definitiva, é de abrir "picadas". Abrir caminhos para que, junto com outros, numa obra coletiva, possamos atingir o objetivo maior de conhecer a realidade brasileira, pré-requisito para sua transformação.

A GÊNESE DOS BANCOS EM MINAS GERAIS (1889 - 1920)

Embora entendamos que o desenvolvimento dos bancos em Minas Gerais tenha se dado, de forma mais marcante, a partir da década dos 20 - posterior portanto ao observado em São Paulo e, principalmente, na praça do Rio de Janeiro - julgamos necessária a busca de sua gênese.

Consultando a primeira relação sistemática dos estabelecimentos bancários em funcionamento no Estado de Minas Gerais (1), referente ao ano de 1925, constatamos que dos 42 existentes naquele ano, 12 tinham sido inaugurados antes de 1920. (Quadro I)

Além desses, funcionaram em Minas Gerais antes de 1920 algumas agências de Bancos com sede fora do Estado. O Banco do Brasil possuía 6 agências (3 na zona da Mata, 2 na Sul e 1 no Triângulo), inauguradas entre 1916 e 1918, e em 1920 era inaugurada sua agência de Belo Horizonte. Já o Banco Pelotas (Rio Grande do Sul), abriu na Capital do Estado a sua primeira agência em Minas. A Casa Bancária Custódio de Almeida Magalhães & Cia., na verdade o primeiro estabelecimento bancário fundado em Minas, inaugurada em São João Del Rei a 17 de março de 1860, foi também um dos primeiros estabelecimentos de crédito de iniciativa particular aparecidos no Brasil. Posteriormente, transferiu sua sede para o Rio de Janeiro, inaugurando entretanto, uma agência no seu berço natal em 1892. Por fim, a Casa Bancária Candido Porto & Cia. com sede no Rio de Janeiro inaugurou uma agência em Ubã, Zona da Mata, em 1918.

Deve-se observar que essa não constitui uma relação completa dos estabelecimentos bancários que funcionaram em Minas até 1920, mas tão somente dos que foram inaugurados até essa data e que sobreviveram até 1925. De fato, temos algumas referências de que outros bancos e casas bancárias existiram, mas que foram fechados, ou faliram, antes do período que interessa à nossa investigação. Por exemplo, Iglésias (2) mostra que a Província de Minas Gerais não contou com estabelecimentos bancários senão nos seus últimos anos: "em 12/07/1887 instalava-se em Juiz de Fora o Banco Territorial e Mercantil de Minas. No ano seguinte, em 11 de julho, inaugurava-se a agência de Ouro Preto. O Banco de Crédito Real de Minas Gerais teve assembléia de instalação em 23/01/1889 e só começou a funcionar em 05/09/1889, também na cidade de Juiz de Fora. Em junho

QUADRO 1
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS MINEIROS INAUGURADOS ANTES DE 1920
EXISTENTES EM 1925

Ano da Fundação	NOME DO ESTABELECIMENTO	SEDE	ZONA	AGÊNCIAS
1889	Bco. de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	Mata	8
1909	Bco. de Guaxupé	Guaxupé	Sul	-
1911	Bco. Hypothecario e Agrícola de Minas Gerais	Belo Horizonte	Metalúrgica	11
1912	Casa Bancária Ribeiro Junqueira Irmão & Botelho	Leopoldina	Mata	1
1912	Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira	Itaiubá	Sul	-
1914	Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	Sul	-
1917	Banco Santaritense	Sta. Rita do Sapucaí	Sul	1
1918	Banco Comercial de Alfenas	Alfenas	Sul	-
1918	Banco de Monte Santo	Monte Santo	Sul	-
1918	Casa Bancária Moreira Salles & Cia.	Poços de Caldas	Sul	-
1918	Casa Bancária Dias Cardoso	Juiz de Fora	Mata	-
1918	Casa Bancária Alves, Pereira & Cia.	Guaranésia	Sul	-

FONTE: Estado de Minas Gerais - Secretaria de Agricultura (Serviço de Estatística Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Impr. ofic., 1929. Ano II (1922/1925), pp. 952/967).

de 1889 começou a funcionar o Banco de Minas Gerais, em Ouro Preto. Além desses bancos, somam-se as casas bancárias de propriedade de Custório de Almeida Magalhães em São João Del Rei (em 1860 chamada de "a casa de alugar dinheiro") e a de propriedade de Vital Leite Ribeiro. Funcionou também em Ouro Preto uma filial do Banco do Brasil (instalada em 19/01/1856), que teve apreciável movimento, sobretudo por causa do governo provincial, que ali fez empréstimos frequentes. O fato é que, com a crise bancária de fins do século, o Banco de Crédito Real é o único que se mantém, isolado em cena.

Ainda "em 1919, de conformidade com o decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, chegou a ser instalado em Belo Horizonte o Banco Popular de Minas Gerais, que era uma "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", a qual manteve uma agência Comercial no Rio de Janeiro, com serviços de armazens e comissões, para vendas de café, arroz, milho, feijão e cereais em geral, tendo, depois, esse Banco Popular transferido sua sede para a capital da União e cessado de vez as operações em território mineiro" (3).

Embora não tenhamos uma relação exaustiva das empresas bancárias mineiras existentes até 1920, pode-se levantar a hipótese de alguns bancos ou casas bancárias eventualmente inaugurados na primeira década deste século não tenham sobrevivido à crise financeira de 1914 (durante a qual o governo decretou feriados nacionais de 03 a 15 de agosto e, pela Lei nº 2.866 de 15 de agosto, decretou a moratória, em todo o território nacional, por 30 dias, prorrogada depois duas vezes, por 90 dias). Para ilustrar melhor o objetivo de mostrar a gênese do sistema bancário mineiro, o quadro geral delineado anteriormente contém algumas revelações interessantes.

Em primeiro lugar, o grande período dos bancos mineiros de fato não se dá até 1920. Podemos considerar esse período, no máximo talvez, como de sua gestação. É diminuto o número (sete) de bancos que nasce então (principalmente considerando que só tinham expressão o "Crédito Real de Minas Gerais", que detinha 8 agências, e o "Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais", que possuía 11), sendo marcante a inferioridade da rede bancária mineira quando comparada, por exemplo, à paulista. Tannuri (4) mostra que havia 19 bancos paulistas em 1900 (fundados entre 1882 e 1900).

Em segundo lugar, há um contraste gritante em relação a São Paulo e Rio de Janeiro, no que se refere aos bancos estrangeiros: em Minas não constatamos nenhum; em São Paulo, como indica Ca

no (5), dos 14 bancos existentes em 1910, sete eram os de propriedade estrangeira, detendo 70% dos empréstimos e descontos bancários. É verdade que "será com o abandono da política deflacionista, por volta de 1908-1910, e com o advento da primeira guerra mundial, que se dá um maior desenvolvimento dos bancos nacionais paulistas: até 1918, eles instalaram 11 agências no Estado, número que subiria para 53 em 1924 e 88 em 1927, quando passam a financiar mais decisivamente a agricultura (...) triplicam os (seus) empréstimos e depósitos entre 1910 e 1921, triplicando-se outra vez entre esse último ano e 1928" (6).

Aliás, esses dois pontos constituem características marcantes da estrutura bancária brasileira desde o Império até a última década da Primeira República (ou, como diriam os Cepalinos, da etapa primário-exportadora): a precária interiorização da rede bancária e o forte predomínio dos bancos estrangeiros, desde a crise de 1864. Nas palavras de Tannuri: "após a crise de 1864, o segmento nacional do setor bancário vai perdendo importância, exceção feita ao Banco do Brasil. Esse fato resulta de feroz concorrência dos bancos ingleses nas transações cambiais referentes ao comércio exterior (cambio) e, internamente, com a decadência da cafeicultura (no vale do Paraíba), da queda paulatina dos seus vínculos financeiros, se bem que indiretos, com a produção. Daí procurarem os bancos nacionais inversões alternativas. Dentre elas, a compra de apólices oficiais que, gradativamente, aumentariam sua participação aos ativos bancários, fato que redundaria no "esvaziamento" desses bancos, como intermediários financeiros" (7).

Assim, a localização das instituições financeiras vai se concentrar na praça do Rio de Janeiro, centro das atividades de comércio exterior e, portanto, do mercado cambial, dominado pelos bancos estrangeiros. Além disto, a exceção apenas do Banco do Brasil, a estrutura da empresa bancária era a da "casa única" (só matriz), sem filiais ou agências. Normano (8) refere-se ao isolamento de mercados (inexistência de um mercado nacional integrado) que abrange também o mercado de dinheiro. "as zonas pequenas possuem os prestamistas de dinheiro locais, bancos locais, muitas vezes na pessoa do dono de venda". Na verdade, "somente na última década da Primeira República ocorre uma modificação ao padrão de operações do sistema bancário, ao começar a expandir sua rede no interior das áreas do café, particularmente no Estado de São Paulo (processo que corresponde a criação de novos bancos da região e uma notável expan

são dos que já vinham operando" (9). Porém, em rede bancária a nível nacional só se pode falar após a II Grande Guerra, os bancos estrangeiros terão papel expressivo, no máximo, até o Estado Novo, como veremos nos capítulos seguintes.

Chamemos a atenção para mais uma observação (Quadro 1): com exceção do Banco Hipotecário e Agrícola, situado na capital do Estado, todas as sedes dos bancos que foram inaugurados até 1920 (e funcionavam em 1925) estão ou na Zona Sul (predominantemente) ou na Zona da Mata, regiões em Minas que, na época, eram tipicamente cafeeiras. Observando essa correspondência especial, e sabendo do caso paulista, naturalmente seríamos levados a crer que, como se deu em São Paulo, em Minas também o capital bancário seria uma das várias faces do capital cafeeiro (10).

Em São Paulo: "... considerando-se a quase paralização da plantio (durante a crise cafeeira do início do século-pós-1897), o café liberava recursos para a diversificação do investimento no complexo. Se agregada a este panorama a política deflacionista de então, é lícito supor que grande parte desses lucros, na realidade, foi apropriado pela intermediação financeira (Bancos, Comissários, etc.) via juros cobrados por empréstimos ao café. Diante da perspectiva de preços baixos, que continuaria até 1910, e que tornaria a ocorrer entre 1914 e 1918, é lícito também se supor que parte dos lucros apropriados diretamente pelos fazendeiros tivesse outro destino mais rentável, na forma de inversões em ferrovias, bancos, indústria, comércio, etc. Dessa forma, o capital que anteriormente se poderia chamar de "cafeeiro" vai, por destino, adquirindo outras denominações: "bancário", "industrial", "comercial", etc.... Essa etapa, até 1914, é fértil em aplicações dos Bancos, que investem diretamente em indústrias, empresas de serviço público e outras, bem como no financiamento de investimentos industriais concedidos a terceiros. Esse processo foi acentuado entre 1914-1918, quando o plantio é mínimo: neste período, face às restrições do suprimento externo, o "vazamento" reforçou as crescentes necessidades de capital circulante na indústria e no comércio, via bancos".(11).

Entretanto, para confirmarmos essa hipótese, de que o capital bancário mineiro serviu também de destino e/ou de intermediário de capital cafeeiro, temos que analisar com maior detalhe a economia mineira no período, ou seja, o seu café, a sua indústria, a sua agricultura, a sua pecuária, e a política econômica do governo do Estado no que afeta aos bancos. Somente assim poderemos apro

Retornemos, portanto, ao estertor do Império, quando surge o primeiro estabelecimento bancário mineiro de expressão, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Em 1888, com a abolição da escravidão, um tremendo transtorno sobreveio às lavouras de café em Minas. A população escrava da Província era a maior do Brasil: em 1872 possuía cerca de 370.000 escravos num total de 1 milhão e meio do país. Enquanto a cafeicultura em Minas Gerais se baseava fundamentalmente no braço escravo, em São Paulo a presença do colono europeu representava fator da maior importância. Portanto há particularidades indiscutíveis no processo de transição ao trabalho assalariado em Minas. As relações de produção "não tipicamente capitalistas" (sistema de meiação, parceria, etc.) que são introduzidas após a abolição vão configurar um caráter todo especial na formação do mercado de trabalho (e do mercado interno) em Minas, afetando todo o seu desenvolvimento capitalista posterior, inclusive a posição relativa de sua indústria no Brasil.

Nas palavras de Lima, que estudou com maior atenção o café e a indústria em Minas Gerais no período 1870-1920: "a evolução das relações de produção na cafeicultura mineira se verificaram de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas intermediárias, nunca chegando a assistir a um domínio razoável do trabalho assalariado. Isso afetará, em medida considerável, as próprias possibilidades de uma expansão diversificada dessa economia" (12).

Há outras características bastante distintas entre as cafeiculturas de Minas e de São Paulo. Os cafezais em Minas jamais atingiram as proporções das plantações paulistas. A grande maioria da produção era obtida pela pequena propriedade. Segundo aponta o mesmo autor, "a partir do exame do "Relatório Carlos Prates" (1905) percebemos nitidamente serem raríssimas as vezes nas quais se menciona fazendas com grande produção, isto é, superiores a seis, oito ou dez mil arrobas, enquanto que relatos sobre o café em São Paulo habitualmente apontam fazendas que produzem até dez vezes esses limites(...) Fica, portanto, apontada mais uma diferenciação entre as duas regiões, ou seja, o predomínio da pequena propriedade do café em Minas Gerais, fato que se constitui, sem qualquer dúvida - dada as condições da época - em verdadeiras amarras à acumulação capitalista" (13).

As culturas mineiras, embora numerosas, ocupavam áreas relativamente pequenas, nas encostas dos vales. Eram formadas à custa de solo florestal, substituindo as matas derrubadas (14).

Os efeitos dessa agricultura de encosta, na qual não se cuidavam das práticas de conservação do solo, foram o progressivo enobrecimento da terra, com a conseqüente queda de rendimentos. Aliás disso, "o espaço total por onde se moveu a cafeicultura na Zona da Mata veio sendo literalmente o mesmo desde aproximadamente 1820 até 1890, quando virtualmente se completa a expansão férrea ligada ao café" (15). Portanto, "a terra já se encontrava cansada depois de anos a fio de exploração predatória" e como "já existem, relativamente, poucos terrenos virgens próprios para a cultura do café" (em 1905), conclui Lima: "descontadas as diferenças entre a fertilidade natural dos solos paulistas e mineiros, permanece a sugestão de que a idade média dos cafezais da Mata era, no mínimo, bastante avançada. Uma ampla renovação desses cafeeiros com o objetivo de reduzir sua idade média, requeria um esforço de acumulação que esta economia certamente não estaria em condições de suportar" (16).

Em síntese, para o autor: "em Minas, como em São Paulo, em um determinado momento o café representou a principal atividade econômica do Estado. Mas as semelhanças entre as duas economias, possivelmente, não irão além do fato de ambas haverem possuído a vida econômica baseada no café. O complexo cafeeiro paulista apresentou uma dinâmica, o mineiro, outra" (17).

Portanto não havendo, em Minas Gerais, a possibilidade de um processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro como o que ocorreu em São Paulo no mesmo período? As frágeis bases da acumulação cafeeira em Minas Gerais não permitiriam tal evento? Essa é a questão que Lima se coloca quando busca analisar as articulações do café com a indústria em Minas Gerais. Conclui que "essa análise reflete de maneira correta a evolução da economia paulista. To davia, par ce-nos não corresponder ao desenvolvimento de Minas Gerais" (18).

Para comprovar isso, Lima analisa a comercialização do café mineiro e mostra que, "a parte maior das funções comerciais se realizava no Rio de Janeiro (...) A cafeicultura em Minas Gerais te ria se desenvolvido sob a larga predominância de "capitais médios". Esse capital de reduzido porte desempenharia de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não "transbordaria" diretamente para fora das plantações. Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda e, quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima. Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio

cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas inversões (19).

Isto fez com que, "do grande comércio de exportação de café, com o enorme volume de recursos que mobilizava, e do excedente de que se apropriava, Minas Gerais pouco participava. Este importante segmento da atividade cafeeira estava praticamente ausente da economia mineira. Tal como ocorrera com a produção... a comercialização do café também se encontrava pulverizada, dispersa por uma extensa rede de pequenos comerciantes. Possivelmente ela não se concentrou na dimensão necessária, a partir da qual funcionaria como um setor mais ou menos autônomo, nunca chegando a se constituir em importante mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como no caso de São Paulo. Mesmo porque... as margens de lucros da cafeicultura de Minas Gerais no início do século eram extremamente reduzidas, sendo que dificilmente tais lucros teriam condições de extravazar para outros setores da própria economia mineira. Em outras palavras, era pouco provável que em Minas se verificasse algo semelhante àquilo que denominamos de processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro e que tão bem caracterizou a expansão da economia paulista nesse período" (20).

Quando sobrevém a crise do café a partir de 1897, sob a forma de super produção e conseqüente baixa de preços - de 1896 até 1910 houve firme tendência declinante, caindo de pouco mais de dezoito mil réis por arroba para cerca de sete (Quadro I-1 do Anexo Estatístico)-, acentua-se o efeito econômico da diferença de produtividade entre cafezais novos e antigos. Estes apresentando custos muito mais elevados por unidade produzida, tornam-se pouco rentáveis e acabam por ser abandonados. É o que acontece à cafeicultura mineira como mostra Jacob: "tendo cessado quase as plantações novas e sido abandonadas mesmo muitas das antigas, a grande produção se tem mantido com a conservação das plantações recentes iniciadas antes da crise" (21)

A crise do café repercute de modo particularmente severo em Minas (assim como nas zonas mais antigas do Rio de Janeiro e de São Paulo). Tornaram-se precárias suas condições na Mata (que representava quase 80% do total de café produzido por Minas Gerais) no início do século (22).

Como mostra que em todo o ciclo é possível "vazar" lucros da economia cafeeira. Analizando a crise de 1897, afirma: "aparentemente, a queda dos preços externos em cerca de 50% indicaria uma

violenta compreensão nas taxas de lucro. Entretanto, deve-se lembrar que grande parte do acréscimo de cafeeiros produtivos existentes em 1901, teria uma idade bem inferior a dez anos, o que lhes conferia uma produtividade física de 2 a 5 vezes maior do que os cafezais das zonas "intermediárias" e "velhas". Este diferencial de produtividade, obviamente, pode bem permitir para estes novos cafezais, uma taxa de lucros satisfatórios, em que pese a baixa dos preços. Lembro, mais uma vez, que a crise cafeeira do início do século também comprimiu os salários, o que impediu maior queda nas margens de lucros. Assim sendo, e considerando-se a quase paralisação do plantio, o café liberava recursos para a diversificação do investimento do complexo" (23).

Levantamos esse ponto com o intuito de destacar que não teria ocorrido um "vazamento" de capital-dinheiro da cafeicultura mineira para eventuais aplicações em indústrias e/ou bancos (ou mesmo outra atividade econômica que assegurasse uma rentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros) não por não ter o início do século se constituído num "auge exportador", nem tampouco por ser uma época de crise de preços externos que diminuiria as margens de lucro dos cafeicultores (24). Na verdade, isto é devido, por um lado, às frágeis bases de acumulação cafeeira produtiva em Minas Gerais, como, por exemplo, a já inexistência - como vimos - de terras virgens nas zonas pioneiras (que permitiriam um diferencial de produtividade que dessem uma taxa de retorno compensatória), e por outro, à ausência em Minas de um mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como ocorrido em São Paulo.

Antes de passarmos adiante, gostaríamos de dizer algumas palavras sobre a indústria em Minas por essa época. Para tanto, seguiremos mais uma vez Lima: "a indústria mineira se caracterizava, até 1907, por um elevado número de pequenos estabelecimentos, escassamente capitalizados e com poucos operários (...) teríamos para o conjunto das pequenas e médias indústrias a quase totalidade do capital, dos operários, e da produção industrial de Minas (...) a estrutura industrial mineira, quer se examine pelo norte e diversificação dos vários ramos produtivos, quer pela estrutura de tamanho, se diferenciava de muito do parque industrial paulista e guanabarinense (...) constata-se um padrão de industrialização descentralizado em Minas Gerais. Atendendo basicamente a uma demanda local ou regional, funcionava graças a proteção fornecida pelos custos de transporte (...) possivelmente seriam raros os casos

de grandes cafeicultores que investiam seus lucros (diretamente) na indústria (...) a indústria mineira, ao contrário da paulista, não era tão exclusivamente vinculada à economia cafeeira" (25).

Consideramos o anterior suficiente para frisar a fragilidade do capital cafeeiro mineiro no que toca a diversificação de suas atividades, no caso, a sua extrapolação às atividades industriais. Pois bem, essa constatação, por um lado, dificulta a resposta à questão fundamental que nós colocamos nessa parte da pesquisa, qual seja, deduzir a origem do capital dos bancos mineiros fundados antes de 1920. Por outro lado, nos obriga a procurar, sob outras formas, esse capital originário. Portanto, avancemos em nossas buscas.

A partir de 1920 as cotações do café voltam a se elevar, porém "nestes 13 anos de crise a cafeicultura perdeu sua primazia no âmbito da economia de Minas" (26). O café, que em 1897 representava 76,31% do valor total da exportação do Estado, em 1910 só contribui com 38,66%. Em 1920 sua participação é menor ainda, com 36,52%, como se pode verificar pelos dados do Quadro 2. Nas

QUADRO 2
PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NO VALOR TOTAL DA
EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS (1897-1920)
- valor em contos de réis -

ANOS	EXPORTAÇÃO GERAL	EXPORTAÇÃO DO CAFÉ	PERCENTUAL
1897	180.517	137.757	76,31
1900	151.386	87.958	58,10
1905	114.493	58.238	50,86
1910	155.218	60.019	38,66
1915	221.099	105.805	47,85
1920	455.052	166.218	36,52

Fonte: ALVIM, A. - "Confrontos e Deduções" in, Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, B.H., Impr. Ofic., 1929, p. 83.

palavras de Singer (27), "a trajetória do café pela economia mineira assume nítido caráter cíclico. Entre 1844/5 e 1888, o café substitui os produtos de subsistência - toucinho, gado vacum, fu

mo - na pauta de exportação mineira; entre 1888 e 1908, o processo de substituição inverte o seu sentido e os produtos de subsistência retomam o lugar predominante que tinham ocupado na economia de exportação do Estado" (sem que o café tenha abandonado sua posição de produto de exportação mais importante). O Quadro 3 (e o Quadro I.2-A.E.) espelha bem essa trajetória. Observa-se que, tanto em valor, quanto em quantidade, as taxas de expansão da exportação dos produtos para mercado interno são bem maiores que a do café. Além da crise do café, que teve papel decisivo no processo, o rápido crescimento da exportação de produtos de subsistência nesse período é explicado por Singer pela expansão do mercado formado pelo eixo Rio-São Paulo, cuja rápida urbanização se iniciara na última década do século passado. Na verdade essa articulação se dá preponderantemente com o mercado do Rio de Janeiro e marginalmente com o de São Paulo (28).

A "crise da virada do século" deixou em Minas um legado que marcou profundamente sua economia: referimo-nos ao desenvolvimento da indústria pastoril". "As terras cansadas pelo café foram aproveitadas em parte para a pecuária extensiva" (29). Em princípios do século a pecuária apresentou razoável expansão, possibilitando o comércio e o aproveitamento industrial do boi, além de propiciar o crescimento da indústria de laticínios. Nessa época surgiu o zebu no cenário da pecuária nacional. Uberaba, no Triângulo Mineiro, transformou-se num grande centro de irradiação do zebu. A partir daí, Minas tornou-se detentora do maior rebanho bovino (assim como de suínos) do país. Ele localizou-se de forma preponderante nas Zonas Sul, Triângulo, Oeste e Mata (por ordem de importância de efetivo de cabeças). Verificou-se, tanto em Minas quanto em toda a região centro-sul, o afastamento do rebanho bovino dos grandes centros consumidores para regiões mais distantes, tendo em vista o encarecimento das terras próximas àqueles centros. Já, ao contrário, os primeiros estabelecimentos industriais de abate e laticínios fixaram-se em função dos mercados consumidores. Para atingí-los, o gado mineiro era forçado a "marchas longas"; decorre daí o desdobramento da criação em estágios: cria, recria, engorda. Cada um desses estágios se fazia em ponto geográfico estratégico: a cria, onde as condições naturais e a disponibilidade de terras o permitiam (principalmente nos cerrados dos latifúndios do norte de Minas); a recria, o meio caminho; a invernada, junto aos matadouros.

QUADRO 3
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS (1895-1920)

BASE - 1900 = 100

ANOS	CAFÉ		BOVINOS		SUÍNOS		TOUCINHO		QUEIJSOS		LEITE		FEIJÃO		ARROZ		CANA		MILHO	
	Toneladas	Índice	Cabeças	Índice	Cabeças	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice
1895	101 022	97	101 425	59	20 729	85	1 406	40	1 250	36	--	--	640	15	--	--	3 276	91	--	--
1900	104 195	100	172 545	100	24 335	100	3 521	100	3 447	100	2 235	100	4 321	100	344	100	3 603	100	10 390	100
1905	137 401	132	273 495	158	42 671	175	4 580	130	3 960	115	4 335	194	4 444	103	3 376	981	3 343	93	--	--
1910	117 520	113	297 548	172	60 205	249	3 847	109	3 416	117	8 705	389	4 673	108	9 612	2 794	4 006	111	--	--
1915	220 532	211	347 478	201	70 875	291	2 001	57	6 652	193	15 823	708	8 676	201	8 933	2 613	3 508	57	--	--
1920	166 052	157	307 165	223	81 273	334	2 076	59	6 300	183	17 144	767	13 184	305	14 605	4 245	4 000	111	27 343	263

Fonte: JACOB, M. - Minas no IX Século, Rio, 1911.

SACATANIA DAS FINANÇAS - O Estado de Minas Gerais - Sua Evolução Económica, BE, Imp. Ofic., 1922

apud SINGER, P. - "Belo Horizonte" in Desenvolvimento Económico e Evolução Urbana, SP, Ed. Nacional, 1974, p. 230

Historicamente, a localização dos matadouros condicionou toda a pecuária mineira. A rigor, só a partir da década de 1950, com a "Frimisa", Minas Gerais contou com matadouros de porte. Até então Minas não teve a vantagem de exportar carnes frigorificadas, com a exportação de gado vivo para outros Estados, principalmente São Paulo e Rio. Assim, São Paulo, com um rebanho bem menor que o de Minas, sempre liderou a produção nacional de carnes, graças à sua rede de frigoríficos. Cano diz: "no que se refere à atividade criatória, o Estado de São Paulo a ele pouco de dedicava, mas cedo se empenhou na engorda do gado e sua industrialização. As exportações de carnes, inexpressivas até 1914, atingem em 1915, a 8 mil toneladas, e entre 1919-1920, saltam para mais de 30 mil toneladas. Em 1927 a produção de carnes nos frigoríficos sediados no Estado, atingia cerca de 125 mil toneladas e em 1930 São Paulo exportava para o exterior, cerca de 44000 toneladas" (30).

Portanto, "o incremento de quase 300% na exportação de gado entre 1895 e 1920 (ver quadro 4) veio beneficiar sobretudo o sul e o oeste (Triângulo) do Estado, o que se explica, em parte, porque já nesta época Minas importava gado de Goiás e Mato Grosso e o exportava para o Rio e São Paulo" (31). Para essa integração do sudoeste de Minas (assim como da região do Alto e Médio São Francisco: Curvelo, Pirapora, etc., importante centro de criação de gado) muito contribuiu o desenvolvimento ferroviário nestas zonas.

Por outro lado, "a criação de gado leiteiro também deve ter avançado bastante, estimulado pelas crescentes exportações de queijo, que quintuplicava entre 1895 e 1920, e de leite, que nos primeiros 20 anos deste século aumentou de 670%, passando o Estado a maior produtor de leite do país (32). Só que suas inúmeras pequenas "queijarias" (ligadas mais ao âmbito rural-doméstico) eram incapazes de absorver a disponibilidade total do leite "in natura", tornando quase compulsória a exportação de grande parte de le. A I Guerra Mundial foi decisiva para a indústria de laticínios, que naquele período substituiu, inclusive, a manteiga importada do exterior. Por fim, devemos lembrar que o rebanho leiteiro em Minas Gerais concentrou-se basicamente nas zonas Sul, Mata, Oeste e Alto Paranaíba (por ordem de importância da produção de leite), que fazem parte das bacias leiteiras voltadas aos maiores centros consumidores do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Embora a criação de suínos tenha mais por objetivo o

consumo interno (a carne de porco, ao contrário da bovina, faz parte da cozinha mineira típica, juntamente com o milho-angu-fubá, a mandioca-farinha, e o feijão), sua exportação cresceu bastante no período 1895-1920, particularmente entre 1900 e 1910. Já a exportação de toucinho, que triplicava entre 1895 e 1900 cai depois, parcialmente substituída pela banha nos hábitos de consumo brasileiros. A suinocultura mineira se distribui por todo o Estado, com maior concentração no Sul.

Quanto a exportação de produtos agrícolas de subsistência, a do fumo permaneceu mais ou menos estagnada nesse período. A de arroz e feijão mostra incrementos elevados, particularmente no período da I Grande Guerra, o que faz Singer "supor que tenha substituído produtos estrangeiros, que deixaram de ser exportados" (33), o que é confirmado por Villela e Suzican (34). O centro da rizicultura de exportação de Minas se localizava em 1909 no Triângulo (nas imediações das margens do Rio Grande, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, onde do lado paulista os imigrantes japoneses também desenvolviam o seu cultivo). Já o feijão parece ter sido cultivado principalmente na Zona da Mata, talvez em associação com o café. O milho, plantado preponderantemente para a ração dos suínos e aves domésticas, aumenta sua exportação apreciavelmente nas duas primeiras décadas do século.

A integração da economia mineira no grande mercado urbano formado pelo eixo Rio-São Paulo fez com que a economia da região sudoeste do Estado, Triângulo e Alto Paranaíba se dedicasse ao mercado de São Paulo. Também o Sul, em que a produção de laticínios se avantajou em relação a do café, ligou-se mais à economia paulista. Na verdade, a proximidade do polo de crescimento paulista faria do Triângulo e do Sul de Minas parte natural do mercado de São Paulo, enquanto a Zona da Mata, outra região produtora importante de produtos alimentícios e têxteis, estaria integrada ao Rio de Janeiro. Somente o Norte - a região dos grandes vales: São Francisco, Jequetinhonha, etc. - a zona pecuária extensiva, que estivera voltada para a Bahia nos tempos coloniais, nesse período passa a atender outro mercado, rearticulando-se mais com o Estado de Minas Gerais.

Deste modo, como salienta Singer "a evolução da economia mineira, durante o primeiro quartel deste século, acentuou ainda mais o caráter centrífugo que ela já apresentava antes". Porém, diz: "do ponto de vista de Belo Horizonte é preciso ressal-

tar que a expansão da economia de mercado no Alto São Francisco lhe conferiu o papel de centro de uma região algo mais extensa. A integração dos Vales do Rio das Velhas e do São Francisco com os mercados do centro-sul (proporcionada pela E.F. Central do Brasil) tornam Belo Horizonte um centro de comércio de gado e redistribuição de mercadorias para estas zonas" (35).

Inaugurada em 1897 como sede do governo, Belo Horizonte em 1900 possuía 13.472 habitantes (nos quais se destacam funcionários estaduais); em 1920 já possui 55.563. Portanto, "no fim da segunda década deste século Belo Horizonte parece constituir, economicamente, um centro regional de alguma importância... seu raio de influência, no entanto, não ultrapassa a região imediatamente ao norte, onde, ao lado da pecuária, se desenvolvia a cotonicultura e a indústria textil" (36). O crescimento comercial de Belo Horizonte a partir dessa época constitui, como veremos, explicação fundamental para o concomitante crescimento dos bancos mineiros.

Em 1911, como efeito do plano de valorização firmado pelo Convênio de Taubaté, a alta dos preços do café era uma realidade. Porém a guerra de 1914 reduziu, durante quatro anos, os melhores mercados consumidores da Europa e os preços caíram. Entretanto, as terríveis geadas de junho de 1918, destruíram inúmeras lavouras de café, contribuindo com a diminuição das safras. Em Minas Gerais foi a Zona Sul a que mais sofreu com o fenômeno, na Zona da Mata apenas geou nas baixadas e lugares úmidos. "Depois disso, os cafezistas que conseguiram chegar a 1919 na posse de suas fazendas, puderam desforrar-se da miséria, em nove anos de preços compensados", como disse um autor da época (37).

Pois bem, tentamos, como uma síntese final, uma análise do que teria ocorrido na esfera da produção em Minas do início do século para posterior articulação com uma possível explicação da gênese do sistema bancário mineiro.

Evidentemente, devemos advertir o que será lançado aqui deve ser entendido como uma hipótese que intuimos dos dados que dispunhamos. Para a sua comprovação definitiva se exigirá uma rigorosa pesquisa que não realizamos, por ser esse período anterior ao que escolhemos propriamente para objeto da pesquisa.

Castro (38) é o primeiro autor a tratar o café como uma lavoura em três tempos e três espaços: uma faixa ou zona pioneira, onde o café está penetrando; uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo; uma região decadente,

onde a cultura se encontra em regressão". "Vista mais de perto, a coexistência das três zonas exige a sustentação de preços suficientemente altos para: incentivar a produção garantindo a existência de uma "fronteira viva"; e permitir a sobrevivência de zonas decadentes. Se, a partir desta situação, as cotações começam a baixar, haverá um momento em que será desestimulada a formação de novos cafezais. O mesmo movimento depressivo estará ainda reduzindo a rentabilidade das lavouras maduras e precipitando a decadência das zonas velhas" (39).

Pois bem, a larga crise do café de 1897 a 1910, com acentuada nos preços, catalisou o processo de decadência da cafeicultura em Minas e foi concomitante à diversificação maior de sua economia. A inexistência de terras virgens nas zonas pioneiras, com alta produtividade, não permitiu ao cafeicultor mineiro, como ao paulista, a alternativa de inversão que o prevenisse contra a exaustão de suas terras, em zonas velhas. "A alternativa de continuar operando nas terras velhas exigiria para evitar baixa de lucros, uma melhoria no tratamento das plantações e alguma recuperação da fertilidade do solo" (40). Esse esforço de acumulação, numa crise como a do início do século, era impossível à burguesia cafeeira de Minas: o negócio do café deixava de ser tão lucrativo, e ela tinha - sob pena de "involução econômica" - de descobrir alternativas que sustentassem sua posição social, ameaçada.

Foram três as alternativas: vender suas terras nas zonas velhas, desmobilizando capital, podendo reinvertê-lo em outras atividades e/ou regiões; fracionar a propriedade "envelhecida", arrendando terras sob forma de meia ou parceria em lavoura de subsistência; reconversão de suas terras cansadas para a pecuária extensiva.

Sem dúvida, a crise crônica do café resultaria numa tendência à diversificação. Entretanto, as principais atividades receptoras dos recursos transferidos da cafeicultura não serão, em Minas, de natureza urbana, como é o caso de São Paulo, (em que pese a extraordinária diversificação de sua agricultura). Observou Jacob em 1911: "tendo cessado quase as plantações novas e sido abandonadas mesmo muito das antigas, a grande produção (de café) se tem mantido com a conservação das plantações recentes iniciadas antes da crise". Carlos Prates em 1905 constatou que vários municípios da Zona da Mata já eram grandes exportadores de açúcar, fumo, milho, etc. Ainda, a quase totalidade deles era capaz de produzir para seu

consumo, arroz, feijão e milho (41). Os dois autores citados confirmam, portanto, nossa assertiva. Ao contrário de São Paulo, em que a grande fazenda monocultora predominava (sem que isto significasse a completa eliminação de outras culturas, intercaladas ou não ao café), em Minas, a "auto-suficiência das fazendas era uma "virtude "a ser alcançada" (42).

Seria importantíssimo comprovar a que mercados atendia essa agricultura de alimentos, de Minas, durante as duas primeiras décadas do século. Se visava somente a auto-subsistência, se só o excedente era exportado, se buscava suprir a expansão urbana de Minas ou de outros Estados. Sabe-se que o grau de urbanização em Minas Gerais em 1920 ainda era baixo (estimado em 21%, ou seja, 1,2 milhões de habitantes), em relação a São Paulo (37%, ou 1,7 milhões de habitantes) e ao antigo Distrito Federal (1,2 milhões de habitantes) (43). Porém, nessas duas décadas, com as transformações ocorridas na estrutura econômica mineira, os negócios urbanos devem ter florescido e algumas cidades (principalmente as das zonas Sul e da Mata, e outras como Curvelo e Uberaba), tornaram-se centro de comércio de gado e de redistribuição de mercadorias.

Pois bem, segundo Hasenbalg e Brigagão, "durante a Primeira República, quando a rede de bancos inicia sua penetração pelo interior dos Estados, é no pequeno e médio comerciante dessas regiões onde se pode procurar a origem dos empresários banqueiros". Para eles, "é o caso de Minas Gerais, onde a atividade bancária durante o Império foi quase inexistente". Inclina-se a pensar que foi o capital comercial a principal fonte do capital bancário: "até a segunda década do século XX o crédito rural foi quase inexistente no Brasil, sendo o crédito mercantil a forma predominante assumida pela atividade bancária. O setor comercial, tanto o ligado à exportação quanto o relacionado ao mercado interno, teria sido o mais interessado em desenvolver uma estrutura financeiro-bancária a ele subordinado". Assim, "é muito possível que a forma predominante de constituição e integração do capital inicial, para a criação de novos bancos, deriva-se de reuniões de empresários urbanos, predominantemente comerciantes, interessados no novo empreendimento". Pois, "os bancos começaram a se organizar sob uma forma mutualista de operação, evidenciando a existência de coligações comerciais" (44).

Na verdade, temos mais duas sugestões, além da anterior, relativa a "negócios urbanos", a respeito da origem dos bancos mineiros.

A primeira, a partir de Wirth, "cercada de terras por todos os lados, Minas dependia do Rio e de Santos para os serviços de exportação, o que favorecia as firmas exportadoras e importadoras desses dois portos e atraía capital para bancos situados fora do Estado. As grandes somas depositadas nos bancos do Rio acentuavam as oportunidades de investimento em obrigações federais, no comércio e na indústria do Distrito Federal. Vários governantes tentaram inverter esse fluxo de dinheiro e lucros, estimulando o estabelecimento de Bancos em Minas, com agência nos centros de exportação" (45).

A segunda (46), seria que os grandes bancos privados de Belo Horizonte teriam se originados de encampação de pequenos bancos existentes no interior de Minas. Esses teriam surgido da instituição do crédito entre grandes e pequenos proprietários. Ao lado de fazendas que acumulavam enormes excedentes haviam também fazendas que operavam com um claro déficit. Assim os fazendeiros ricos forneciam créditos através da rede bancária, por exemplo, àqueles pecuaristas que o necessitassem na comercialização de gado, ou aos lavradores no período de entressafra.

A comprovação de tais hipóteses exigiria, talvez, pesquisas exaustivas que extravasam de muito os limites deste trabalho. Entretanto, os levantamentos que fizemos de alguns traços históricos de bancos fundados nessa época, nos fornecem maiores indícios a respeito da gênese de seu "capital inicial".

Começamos pelo caso dos pequenos bancos e casas bancárias disseminadas pelas zonas Sul e da Mata, inaugurados antes de 1920 (Quadro 1). Eles induzem a que pensemos serem mais válidas as hipóteses de que a origem do capital bancário estaria no capital comercial (do mercado interno), seja na comercialização de gado, seja nos "negócios urbanos". Como esses estabelecimentos bancários em geral não possuem filiais ou agências, só possuem a matriz instalada em sua cidade-sede, poderemos esclarecer melhor o assunto, examinando as principais características econômicas dos municípios em que se instalaram. Para tanto vamos utilizar o Anuário de Minas Gerais de 1907 que fornece, uma ligeira corografia, histórica e estatística dos municípios mineiros (47).

A cidade de Leopoldina, por exemplo, onde em 1912 foi inaugurada a Casa Bancária Ribeiro Junqueira Irmão & Botelho (anos depois transformada em banco), estava situada na zona cafeeira da Mata de Minas. "Sua principal cultura é a do café, que produz exce-

lente, e cana, fumo e cereais; a indústria pastoril tem tido nos últimos anos grande desenvolvimento". A cidade era servida pela Leopoldina Railway. A população do município foi em 1890 estimada em 35.000 na cidade. A família Ribeiro Junqueira, de Leopoldina, é um dos raros casos apontados em Minas, como exemplo de grandes produtores de café que diversificam suas atividades, aplicando em indústria (num pequeno moinho) e em casa bancária.

Itajubá, sede da Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira, está situada no sul de Minas, em região vizinha ao norte paulista. Sobre suas atividades econômicas assim escreveu um geógrafo em 1899: "a exportação de fumo é considerável ... exporta atualmente 100000 arrobas de café, prometendo exportar o dobro no ano vindouro, porque a lavoura deste produto é ainda nova. Os principais ramos da lavoura são: café, fumo, cana, algodão, feijão, milho e arroz. A exportação é feita para o Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Sapucaí, que tem ali uma estação, pelas estradas Minas e Rio, e Central do Brasil, sendo por estas últimas também a exportação para São Paulo. A lavoura do café, há pouco tentada, absorve toda a atividade, energia e força dos lavradores, sendo essa lavoura de resultado lisongeiro. Tem-se aumentado muito o cultivo dos gêneros alimentícios e tem-se aumentado muito os seus preços, devido à grande exportação para São Paulo. Não há trabalhadores agrícolas estrangeiros. A população da cidade é de 3.500 habitantes e a do município 40.900."

A cidade sede do Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho está ao sul, numa região cafeeira e vinícola, entre Cabo Verde, Guaranésia e Monte Santo; em 1907 já revela um certo desenvolvimento, com boas casas de comércio, fábricas de vinhos, móveis e massas alimentícias, usinas e engenhos. Santa Rita do Sapucaí, ao sul do Estado, sede do Banco Santaritense, exportava muito café, cereais e gado. Alfenas também era um município agrícola e pastoril. Monte Santo, ao sul, na fronteira com São Paulo, faz a parte de município cafeeiro, servido pela E.F. Mogyana. É vizinha de Guaranésia, também riquíssima em café. Por fim, Poços de Caldas, sede da Casa Bancária Moreira Salles & Cia. (mais tarde um grande banco), estação de águas termais, cidade balneária frequentadíssima, exportava café, cereais, vinhos e laticínios.

Constatamos assim que as cidades em que se instalaram estabelecimentos bancários eram centros de comércio relativamente adiantados, bem servidos de estradas de ferro e que tinham, em 1907,

como principal fonte de riqueza a exportação de café.

Passemos agora aos grandes bancos, iniciando pelo Banco mais antigo em Minas, fundado em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (48). A razão dada por Iglésias para a atividade bancária em Minas não ter se desenvolvido durante o Império "é que a parte de Minas Gerais mais desenvolvida e de melhor comércio - a Zona da Mata e do Sul - mantinha ligações íntimas com a Província Fluminense, que contava com inúmeros e sólidos estabelecimentos bancários: daí a não existência de bancos mineiros" (49). O fato é que com a Abolição da escravatura, a crise de liquidez que já perdurava por toda a década dos 80, se agrava: a escassez de numerário para pagamento de salários aos que recolhessem a safra de 1888 e preparassem a terra para a de 1889 leva os agricultores a uma situação de pânico. Sem dúvida, medidas para solucionar o impasse teriam de ser tomadas pelos responsáveis pela política econômica. A procura de crédito só tendia a aumentar. Era, portanto, uma boa idéia a da criação de um banco, naquele momento.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi organizado em Juiz de Fora, dado o relativo sucesso de seu então congênere, o Banco Territorial de Minas Gerais. Inclusive, alguns diretores faziam parte da administração dos dois bancos. De fato, "o primeiro banco local - Banco Territorial de Minas Gerais - organizado em 1877 sob a forma de sociedade por ações, teve como principais acionistas e incorporadores quatro grandes fazendeiros locais: o Barão de Santa Helena (Chefe do Partido Conservador, Vice-Presidente da Província e Senador do Império), o Cel. Vidal Barbosa Lage (político e principal acionista da ferrovia Juiz de Fora-Piauí), O Barão de Monte Mário (político e Chefe do Partido Liberal) e o Visconde de Moraes, fazendeiro, e um comerciante local, Francisco Batista de Oliveira. Devido a investimentos mal feitos, o banco não resistiu ao Encilhamento, falindo judicialmente nos anos de 1892/3". Em virtude de aplicação desastrosa do capital do Territorial pelo seu representante no Rio de Janeiro, um diretor tentou transferir fundos do Crédito Real para salvá-lo. Se a transação não fosse impugnada, ambos teriam ido a falência. (50).

A primeira reunião dos iniciadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais deu-se em Juiz de Fora a 18 de setembro de 1888, sendo escolhidos seus primeiros diretores: o Barão (depois Visconde) de Monte Mário, com 200 ações, Chefe do Partido Liberal; o Barão de Santa Helena, com 105 ações, Chefe do Partido Conserva-

dor; ambos pelos "pavoneados títulos nobiliárquicos", membros de aristocracia proprietária de lavouras de café; e Bernardo Mascarenhas, com 170 ações, industrial, ligado ao movimento republicano. Certamente tratava-se de uma "fórmula mineira", esquema capaz de conciliar correntes políticas antagônicas que se degladiavam no cenário nacional. Ao Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, advogado e proprietário de jornal, coube os encargos preliminares da organização do estabelecimento, entre os quais, o trabalho de colocação das ações, feito em longas viagens a cavalo pelo interior da zona da Mata, de modo especial nas cidades adjacentes a Juiz de Fora. Os primeiros e principais acionistas do Banco certamente faziam parte da aristocracia cafeeira do Império (os demais acionistas eram formados de industriais, comerciantes e, na maior parte, de profissionais liberais e fazendeiros).

A assembléia geral dos subscritores se realizou em 25 de janeiro do ano seguinte, para deliberar oficialmente sobre a constituição da sociedade, a apresentação dos estatutos (cujo anteprojeto foi elaborado nos moldes do Banco de Crédito Real de São Paulo, tendo este, por sua vez, se baseado nos do "Credit Foncier", da França) e a exigência legal do depósito correspondente à primeira prestação dos acionistas, depósito feito no Banco Territorial e Mercantil de Minas, do qual era presidente o Barão de Monte Mário.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais teve sua aprovação para funcionar, com sede na cidade de Juiz de Fora, pelo Decreto Imperial nº 10.317 de 22 de agosto de 1889 e iniciou suas operações a 5 de setembro do mesmo ano (dia em que também foi inaugurada a iluminação elétrica da cidade, emanada da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, de propriedade da Cia. Mineira de Eletricidade, empreendimento ao qual era ligado o Sr. Bernardo Mascarenhas), com o capital social de 500:000\$000 em 2.500 ações, de 200\$000 cada uma e 100:000\$000 de capital realizado.

O Banco iniciou suas operações de "crédito real" pela carteira geral (assim denominada para diferenciar da carteira hipotecária, criada pelo governo do Estado de Minas), emitindo letras hipotecárias, exclusivamente com a responsabilidade de seu crédito, pelo prazo de 30 anos, juros anuais de 6%, pagáveis semestralmente.

O relacionamento dos seus fundadores, Viscondes e Barões, com o Imperador Dom Pedro II era bastante benéfico. Celebrou-se contrato entre o Banco e o governo Imperial a 30 de agosto

to de 1889, mesmo antes de iniciar suas atividades com o público, a 8 dias apenas da assinatura da Carta-Patente Imperial que autorizava o seu funcionamento. Pelo contrato, o Governo abriu ao Banco um crédito de 2 mil contos de réis com a condição de que o Banco efetuasse empréstimos do dobro da quantia recebida, para auxílio à lavoura, por desconto, penhor e hipoteca, à taxa de juros de 6% ao ano. "Não vencendo juros as somas que o Estado emprestava aos bancos por longo prazo, e pagando os mutuários a taxa de 6% ao ano de juros pelos empréstimos agrícolas, claro é que essas instituições de crédito gozavam de um privilégio, que muito aumentaria seus lucros" (51). Isso para todos os bancos que foram beneficiados por essa medida; o que nos surpreende, no caso do Banco de Crédito Real, é que o empréstimo representava quatro vezes o capital do Banco, que apenas iniciava as suas atividades...

Este Banco foi criado para operar exclusivamente em empréstimos hipotecários. Porém, sua diretoria logo verificou ser conveniente ampliar a esfera de sua ação a outras operações bancárias, já que, com a abolição da escravidão, os agricultores, para o custeio de suas lavouras, tinham necessidade de empréstimos a prazo curto, não exequíveis por hipoteca. Pelo Decreto nº 394 do Governo Federal, de 13 de junho de 1891, foi o Banco autorizado a executar, em carteira comercial, também operação de descontos, cauções, depósitos, contas correntes e outras.

A 7 de abril de 1894 o Governo de Minas celebrou um acordo para o depósito dos fundos disponíveis do Tesouro do Estado no Banco de Crédito Real, na sua agência no Rio de Janeiro (inaugurada nesse ano), a fim de serem feitos, por intermédio da agência de Ouro Preto (inaugurada em 1891 e transferida para Belo Horizonte em 1897), os suprimentos aos cofres da Secretaria das Finanças. Esse acordo deixou de existir com a criação da Recebedoria de Minas, no Rio de Janeiro.

Para dar cumprimento à Lei nº 212 de 9 de julho de 1897, pela qual o Estado de Minas garantia juros de 7% anuais às letras hipotecárias emitidas para auxílios à lavoura e indústria, foi com o Decreto nº 1.105 de 15 de fevereiro de 1898 publicado o regulamento dessa Lei, e a 26 de março do mesmo ano celebrado o contrato pelo prazo de 30 anos, entre o Governo e o Banco (que foi o único que se apresentou à concorrência pública, pois o "Encilhamento" arrastou, em Juiz de Fora, para a falência o Banco Territo-

rial e Mercantil de Minas, que tinha se constituído em bancos de emissão), a fim de realizar empréstimos hipotecários e pignoratícios aos lavradores e industriais, a prazo longo os primeiros e de um ano os segundos, ambos a juros anuais de 9,5%, de conformidade com as tabelas de juros e amortização, aprovados pelo Governo.

Para execução da lei que criou essa carteira, o capital social, que já tinha se elevado de 500:000\$000 e 3.000:000\$000 quando de sua expansão territorial, foi a 7.000:000\$000, sendo aplicado à Carteira novamente criado 6.000:000\$000, sobre os quais o Banco pode emitir o quántuplo desse capital em letras hipotecárias.

Regulamentada pelo decreto nº2.302 de 21 de novembro de 1908, a lei mineira nº 400 de 13 de setembro de 1905, que instituiu a carteira de crédito agrícola, foi a 18 de dezembro de 1908 celebrado o respectivo contrato com este Banco e a 11 de fevereiro de 1908 foram iniciadas as operações. Por essa carteira, o Banco fazia adiantamentos aos lavradores e industriais, dentro dos limites do seu capital, por desconto de letras, notas promissórias, saques, warrants, bilhetes de mercadorias, etc., nos termos da lei e a juros de 8% ao ano, empréstimos por hipotecas e penhor, até 5 anos aqueles e 1 ano estes. Para execução desse contrato, o Estado adiantou ao Banco a quantia de 10.000:000\$000 (originada do fundo de arrecadação da sobre-taxa de 3 francos ouro, por saca de café, instituída por ocasião do Convênio de Taubaté), à taxa de juros de 5% pagos semestralmente; empréstimo este que o Banco, em virtude do contrato de 1908 e contratos de 12 e 13 de dezembro de 1913, teria de amortizar em 20 anos por quotas iguais a contar de 1º de janeiro de 1924.

Em 1909, o Presidente do Estado, Wenceslau Brás, sancionou lei que autorizava o Estado a garantir juros de até 6%, ouro, ao ano e conceder determinados favores a um banco, que se fundasse no Estado, para operar principalmente sobre o crédito hipotecário e agrícola. Logo depois, ele envia à França seu Secretário de Finanças, Juscelino Barbosa, com a missão de atrair capitais estrangeiros para a formação de um banco em Belo Horizonte. Os contratos foram mantidos com os banqueiros Périer & Com. Mas só em 1911, no Governo Bueno Brandão, o banco iria tornar-se realidade. Dois franceses (Gabriel Henriot e Albert Landsberg) chegam a Belo Horizonte como emissários dos banqueiros Périer & Comp. O Governo de Minas assina com eles o contrato para a constituição do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. No dia 11 de junho

de 1911 realizava-se a Assembléia Constitutiva. O sr. Juscelino Barbosa foi nomeado presidente. Finalmente, a 12 de junho de 1911, o Banco foi inaugurada (52).

O Hipotecário já nasceu grande. Em 1911 adquiriu mais de dois terços das ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Controlou-o por dois anos, vendendo ao Estado, em 1913, todas as suas ações do Crédito Real, no valor de 4.006:980\$000. Nos primeiros anos de operação o Banco foi muito favorecido pelo Estado. Além de gozar da isenção de todas as taxas e impostos, até os de caráter municipal, ao seu capital subscrito por franceses se concedeu de início garantia de juros, pela relevância que se atribuía aos serviços que ia prestar à agricultura do Estado, na modalidade de crédito em que principalmente se destinava a operar, e, também, pelos empréstimos a que se obrigava às municipalidades mineiras, para os serviços de saneamento. Até 1920 inaugurou 11 agências: em 1912 as de Muriaé e Guaxupé; em 1915 a de Varginha; em 1916 a de Carangola; em 1918 as de Formiga e de São Sebastião do Paraíso; em 1919 as de Alfenas, Araguary, Barbacena, Curvelo e Ubá. Como veremos, só em 1943, com as desapropriações de suas ações, o Estado assumiu a sua administração.

Em relação ao seu capital realizado, cerca de 12 mil contos, não foram considerados lisonjeiros o movimento do seu primeiro balanço publicado. Luta política interna, Primeira Guerra Mundial, desastre da França, enfraquecimento do franco, foram alguns fatores que entravaram o desenvolvimento do Banco nos seus primeiros anos de atuação. Devido ao pequeno movimento e às despesas de instalação, o Banco teve de socorrer-se da garantia de juros, efetivada pelo Estado. Logo, o Banco Hipotecário tornou-se o responsável pelo movimento de exportação e venda do café e gêneros pertencentes às cooperativas agrícolas instaladas no Estado, realizado quase todo pela sua agência no Rio de Janeiro. Entretanto, sua carteira comercial tornou-se mais importante que a agrícola, e suas causas foram: a lentidão natural das operações da carteira agrícola, muito mais complicadas por depender de exame de títulos, apresentação de novos em substituição aos defeituosos, etc.; a desconfiança tradicional em recorrer ao crédito hipotecário; a grande alta dos preços do café em 1912 e no primeiro semestre de 1913, trazendo desafogo aos cafeicultores.

Entretanto, logo após adviria uma conjuntura de crise, com baixa do preço do café e da borracha, descrêscimo das ren-

das federais, e conseqüente crise financeira, agravada pela retração do capital europeu, determinando avultadas exportações de ouro retirado da Caixa de Conversão, desfalcando, bruscamente, o meio circulante. Normalmente um banco reage à crise elevando as taxas de desconto para reforçar o seu encaixe. Porém, o Banco Hipotecário estava tolhido em seus movimentos pelo contrato com o Estado, e, por seus estatutos, não pode elevar suas taxas, limitando a uma escolha mais rigorosa dos negócios, uma grande redução dos prazos de empréstimos em todas as modalidades e uma quase abstenção de empréstimos agrícolas. O Estado não interviu nesta decisão, pois achava que a agricultura tinha mais meios para resistir do que o comércio. Portanto, com a crise financeira há um retraimento das operações bancárias em geral e do crédito agrícola em particular.

Vejamos como os dois principais estabelecimentos bancários mineiros saem da crise.

Em 1914, com as dificuldades financeiras do Tesouro Federal, crise dos negócios comerciais e de exportação, o governo decretou feriados nacionais de 3 a 15 de agosto, decretou a moratória em todo o território nacional, por 30 dias, prorrogada depois duas vezes, por 90 dias, de modo que a moratória a favor dos últimos títulos vencidos foi até 13 de junho de 1915. Apertado por essas dificuldades e na impossibilidade de realizar o empréstimo que negociava na Europa, pela declaração da grande guerra, o governo fez uma grande emissão de papel moeda para atender ao mal estar ocasionado pela moratória, e no empenho de impulsionar a produção agrícola, fez empréstimos aos Bancos sob a garantia de "efeitos comerciais". O Banco de Crédito Real de Minas Gerais contraiu então com o Tesouro Federal, a 22 de setembro de 1914, em empréstimo a quantia de 10.000:000\$000, que foi integralmente liquidada em princípios de 1917.

O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais estava em situação pior, porque seu capital era em ouro, o que tornava seu serviço no estrangeiro mais custoso, tornando onerosas as responsabilidades daqueles que tomavam empréstimos nessa moeda ao Banco. A restrição dos negócios, a impossibilidade de aumentar de capital e a pressão da baixa do câmbio não permitiram ao Tesouro do Estado se libertar da garantia dos juros do Banco; pelo contrário, por ter-se tornado deficitário, obrigou ao Tesouro Público cobri-lo, nos termos do contrato estabelecido em 1911. O Estado entra então em acordo com o Banco para facilitar o crédito agrícola e a

realização de contratos hipotecários, em moeda nacional, com ou tras taxas de juros (com a baixa do câmbio as dívidas ao Banco tinham se tornado insuportáveis aos agricultores). Por seu lado, o Banco facilita a normalização das transações, possibilitando o pagamento dos encargos acumulados.

Finalmente, culminando essa intensa interligação, "o Banco de Crédito Real, pela lei número 740 de 16 de setembro de 1919, passou a constituir serviço do Estado de Minas, o qual possui três quartos de seu capital". (53)

Estendemo-nos bastante sobre os fatos mais relevantes da história dos dois mais importantes bancos mineiros na época, com a intenção de ressaltar suas características fundamentais. Sem dúvida, o que logo salta à vista são seus intensos relacionamentos com o Estado, seja subsidiando-os, amparando-os, isentando-os, ou mesmo garantindo o pagamento de seus compromissos. Ao Crédito Real acaba por controlá-lo acionariamente (talvez para evitar que um banco com capital de origem externa detivesse o monopólio do sistema bancário em Minas). É difícil afirmar com toda a segurança o que mais motivou ao Estado tomar essas atitudes. Pode ser que Wirth tenha razão dizendo, como vimos, que o que buscavam os Governos de Minas era estabelecer um canal que permitisse a aplicação, em Minas, dos "capitais mineiros" (os lucros da exportação de produtos mineiros) depositados nos bancos do Rio. De fato, os dois bancos logo abriram agências no Rio de Janeiro. Mas também é verdade a justificativa oficial, que o que se buscava era o incentivo ao desenvolvimento do crédito agrícola. Numa época de crise do café, Minas Gerais, já em 1905 (antes, portanto, do Convênio de Taubaté), cogitava de valorizar o produto; assim, a "lei nº 400 de 13 de setembro daquele ano autorizou o governo a promover a criação de um banco para operar sobre crédito agrícola" (54). Tanto a instituição da carteira agrícola do Banco de Crédito Real, quanto a própria fundação do Banco Hipotecário e Agrícola, podem ser encaradas sob esse prisma. Sem dúvida, a influência política da burguesia cafeeira era bastante forte, sem contar que a maior fonte de arrecadação para o Governo mineiro era o imposto de exportação que gravava o café.

Em que pesem as dúvidas lançadas anteriormente, a partir da análise do café mineiro (verdade, que de um período de crise - 1897-1910 - e não de auge exportador como 1889), de que dele poderia originar-se o capital aplicado em Bancos, constatamos que boa parte do capital social inicial do Banco de Crédito Real de

Minas Gerais pertencia à aristocracia cafeeira da Zona da Mata (e, surpresa: também o capital industrial-através de Bernardo Mascarenhas- deu a sua contribuição). É verdade que esse capital inicial era diminuto (como vimos, só 100:000\$000 realizados) e logo o Governo Imperial ou o Presidente do Estado de Minas o amparam, forne- cendo capital sem nenhum custo para suas operações. No entanto, quando lembramos que em 1900, por exemplo, 58% da receita do Estado era arrecadação proveniente do café (56), devemos concordar que mesmo indiretamente, através da mediação do Estado, o capital cafeeiro vaza ao capital bancário. Já o caso do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais é totalmente diverso: seu capital social é da do em francos, tem origem externa, e seus subscritores são franceses.

Em síntese, o Estado da Primeira República em Minas (de posse da fonte tributária do café) relaciona-se com esses Bancos, não só participando do capital empregado em suas atividades, como também garantindo seus juros, seus débitos e forçando os negócios comerciais a passarem por seus controles.

Concluimos, portanto, que o Estado cumpriu em Minas Gerais um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através dos Bancos de Crédito Real e Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

Por fim, deixamos uma sugestão para a Ciência Política em pesquisa sobre a Primeira República. Talvez o sentido da "política dos Governadores" em fortalecer suas bases econômicas esteja no favorecimento de Minas Gerais, através da "divisão de tarefas" entre governo estadual - criando mecanismos de defesa para a sua economia sem, no entanto, quebrar a força do capital comercial de São Paulo e do Rio de Janeiro - e o governo federal, empenhado na redistribuição de "favor" ao parceiro mais fraco.

Ser dúvida, em que pese o fato de que fazendeiros, comerciantes, industriais e mesmo estrangeiros aplicaram seus capitais tentando implantar um sistema bancário em Minas, foi o Estado que, dando-se conta da fragilidade desse "embrião", tutelou-o: amparando e comandando seu crescimento. O que constitui uma peculiaridade frente ao ocorrido no Rio e em São Paulo.

APÊNDICE DO CAPÍTULO I

Cidades de Minas - 1907

Por acharmos interessante a ilustração de algumas idéias colocadas ao longo do texto, transcrevemos as descrições das atividades econômicas de uns municípios da Zona Sul de Minas, encontradas no Anuário de Minas Gerais de 1907, publicado sob a direção de Nelson de Senna.

MACHADO - Esta cidade, (Santo Antonio do) fica ao sul de Minas, sendo cortada pela E.F. Musambinho. Região cafeeira, entre Varginha, Alfenas e Três Pontas. População: 17 822 habitantes (em 1890, no município).

De um interessante folheto sobre estatística agrícola e pastoril do município de Machado, organizado pelo sr. José Ignácio Fernandes, fiscal dos impostos de consumo na 24a. circunscrição federal, transcrevemos os seguintes dados:

"Na indústria agrícola é ocupada uma área presumível de 7.150 alqueires, assim discriminados:

- em cafezais, 250 alqueires ou 10 007h,20a
- em cereais, 3.300 alqueires ou 10 222h,00a
- em canaviais, 200 alqueires ou 689h,52a
- em outras culturas, 400 alqueires ou 1 239h,04a
- ao todo, 7 150 alqueires ou 22 147h,84a

Na indústria pastoril é ocupada uma área de cerca de 26.000 alqueires, do seguinte modo:

- em internada para a engorda do gado vacum, 5 000 alqueires ou 15.488h,00a
- em pastos naturais e artificiais para a criação, 21 000 alqueires ou 65.019h,60a
- ao todo, 26 000 alqueires ou 80 537h,60a

Na indústria agrícola pode-se avaliar que o capital empregado é o seguinte:

- 3 250 alqueires em cafezais a 1:5000:4.875:000\$000
- 3 300 ditos em cereais a 1500:495:000\$000
- 200 ditos em canaviais a 2000:40:000\$000
- 400 ditos em outras culturas a 1000:40:000\$000
- 16 máquinas para beneficiar café, movidos a vapor e à agua, a 25:000\$400:000\$000

-14 engenhos para serrar madeira a 8:000\$:112:000^000

-10 engenhos para moer cana, movidos a vapor e à agua

-25 engenhos para moer cana, movidos a força animal, a 2:000\$:50:000\$000

Os produtos predominantes são café e gado.

Estabelecendo-se uma média de 150 arrobas para cada alqueire de cafetal ou 2.000 cafeeiros, verifica-se, em 3.250 alqueires ou 6.500.000 cafetais tantos quantos possui o município - uma produção anual de 487.500 arrobas de café, cuja exportação é toda feita para o Estado do Rio de Janeiro.

Preve-se, dentro em pouco tempo, o duplo da produção atual, devido às novas plantações no corrente ano e nos anteriores.

Nos últimos tempos não tem havido estabilidade nos preços deste genero, que tem variado entre 3\$000 e 8\$000 por arroba.

O número de rezes gordas, exportadas anualmente, parte para a feira de Três Corações e parte para Taubaté, Estado de São Paulo, tem atinado até 15.000, variando o preço de arroba entre 6\$000 e 9\$000.

Exportam-se também em grande escala, não somente para o Rio como para São Paulo e outros pontos, couro e fumo de primeira qualidade, vendendo-se aquele a razão de 100\$ a 150\$ cada cento, e este de 20\$ a 60\$ por arroba, não podendo precisar, devido a circunstancias diversas, qual a produção destes dois generos.

Além dos referidos, que são predominantes, exportam-se também todos os generos alimentícios-feijão, arroz, milho, toucinho, etc. quando excedem do consumo do município.

Tendo variado extraordinariamente os preços destes produtos, tornando-se portanto difícil obter-se uma média para os mesmos.

Em resumo, o município de Santo Antonio do Machado tem 3.250 alqueires de cafetais, produzindo 487.500 arrobas; exporta anualmente 15.000 rezes; possui excelente e farta criação de gado suino, cavalos e lanicero, cultura de fumo e cereais; 16 usinas de beneficiar café, uma fábrica de tecidos, 14 engenhos de

serrar madeira, duas ferrarias e três selarias; sua importação é de cerca de 1.000 contos de réis.

PASSOS - sul de Minas, entre Carmo e Rio Claro, Vila Nova de Rezende, Santa Rita de Cássia, Piumí, no Vale do Rio Grande, é bastante populosa, com 10 mil habitantes na sede. Com grandes invernadas de gado, é talvez o maior centro pastoril de Minas esse município. Passos vai ser ligada à grande rede ferroviária do sudoeste.

Sobre o município de Passos nos enviou estas notas o ilustre eng. José Tecquevilles de Carvalho, colaborador deste Anuário:

"Acha-se Passos situada a 12 léguas de Guaxupé, 16 de Franca, 18 de Areado, pontos estes os mais próximos, onde existem estradas de ferro, e a 11 léguas do porto de Carrito, em Carmo do Rio Claro, por onde se faz quase toda sua importação e terminal da navegação do rio Sapucaí. Produzindo cereais e tratando indústrias correlatas, quase não importa o município gêneros alimentícios, sendo sua produção suficiente para o consumo local, e constituindo sua principal indústria a engorda de gado bovino em que, junto com o vizinho e próspero município de Santa Rita de Cássia, não tem rival em todo o Estado de Minas pela - quantidade que beneficia anualmente e pela excelência dos produtos que apresenta aos mercados do Rio e de São Paulo, em sucessivas partidas.

Nas pastagens de Passos e Santa Rita se engordam anualmente cerca de 50.000 rezes, que se destinam invariavelmente a São Paulo e Rio de Janeiro, cabendo a cada município metade daquela cifra.

Este gado é quase todo adquirido dos sertões mineiros, sul de Goiás e Mato Grosso, chega aos dois municípios desde novembro até abril, depois de longas viagens, às vezes de 100 e mais léguas e quase sempre muito magro, passando então a habitar as excelentes pastagens que os engordam em cerca de 6 meses, bastando apenas reiteradas rações de sal e algum cuidado da veterinária do meio.

Afastado de vias de comunicação regulares e rápidas, não pode o município ativar a produção em todos os sentidos

por não encontrar meios fáceis e baratos de transporte; mas acreditamos que, pela uberdade dos seus terrenos e indole ativa dos seus habitantes será um dia grande centro de vida comercial e agrícola, logo que se ponha em comunicação com outro centro.

Dados estatísticos: rezes exportados anualmente 25 000; rezes criadas no município, 3 000 anualmente; área em invernadas 12000 alqueires; engenhos de açúcar, 21; serrarias, 2; 7 fábricas de manteiga com produção diária de 70 kilos; 2 cortumes exportando 5000 meios de sola; consumo local de gado, 70 rezes mensalmente.

A importação da cidade, no ano de 1904, em que esta talvez atingiu o seu mínimo, devido a crise geral, 530.500 kilos, toda do Rio de Janeiro. A importação de algumas mercadorias se faz ainda por Franca e por Guaxupé.

SANTA RITA DE CÁSSIA - Ao sul de Minas, no Vale do Rio Grande, com invernadas de gado, fica nas divisas com o Estado de São Paulo. Pos sua cerca de 10.000 habitantes (na sede do município).

O número de alqueires de terras em invernadas é de 10.000 alqueires, aproximadamente, em todo o município. O número de rezes encordadas nos últimos 5 anos é de 150000 e nos 2 últimos anos é de 60000. Sendo destinadas a encorda de gado sertanejo, node-se dizer que não há cria de rezes.

A principal indústria é a pastoril. Os engenhos de açúcar em todo o município são em número de 28, cuja produção é insuficiente para consumo do município. Profissões mecânicas não existem. Há pequenas oficinas de carniteiro, seleiro, sapateiro, caldeireiro, ferreiro e olarias, todas com pouco movimento. Dista a sede do município 66 quilômetros do ponto de estrada de ferro mais próxima, que é a "Mogyana" na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Poucos são os fazendeiros que se dedicam ao cultivo de cereais: a produção é diminutíssima, quase que para o consumo dos cultivadores. O comércio abastece-se nos mercados do Rio, São Paulo e Franca. A importação é de mais de 1.000:000:000, sendo dificilimo o cálculo do peso (o quilo de mercadorias de Rio e São Paulo varia entre 100 e 150 rs., frete e carreto). Casas comerciais há 50 de toda a espécie.

Existem neste município algumas boiadas (novilhadas) mestiçadas de zebu, destinadas ao corte, e há criação deste gado em algumas fazendas em pequena escala, visto que as pastagens são próprias para engorda e não para criar.

Ressalto nestas informações o quase exclusivismo da indústria pastoril - a engorda anual de 30 mil rezes. Com Passos, que inverna outro tanto, tem-se total de 60 mil rezes beneficiadas nos dois municípios e vindas do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Representa esta cifra de 60 mil rezes metade do gado consumido anualmente no Rio, mas a exportação de gado de Santa Rita, como a de Passos, também se encaminha para São Paulo e Campinas.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO I

01. Estado de Minas Gerais - Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral), Anuário Estatístico de Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano 11 (1922/1925), 1929.
02. IGLESIAS, Francisco - Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835/1889), Belo Horizonte, Tese de Livre Docência pela FACE-UFMG, 1954, página 134.
03. SENNA, Nelson de - A Terra Mineira, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, página 315.
04. TANNURI, Luiz A. - O Encilhamento, Campinas, Dissertação de Tese de Mestrado pelo IFCH/UNICAMP, 1977, página 110.
Ver também sobre a crise de 1864, GRANZIERA, Rui G. Moeda e crédito no Limiar do Capitalismo no Brasil: a outra história financeira. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH/UNICAMP, 1976.
05. CANO, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo, RJ-SP, Ed. Difel, 1977, página 73.
06. idem, *ibidem*, página 74.
07. TANNURI, Luiz A. - op. cit., p.12
08. Citado in HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. - O setor financeiro e o Desenvolvimento econômico no Brasil. O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos. RJ, Ed. Dados, - IUPRJ, 1970, página 10.
09. idem, *ibidem*, página 15.
10. Esse tema foi tratado nos seguintes trabalhos:
MELLO, João M. Cardoso de - O Capitalismo Tardio, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1975, capítulo 11, página 138.
SILVA, Sérgio S. - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, páginas 58/62.
11. CANO, Wilson - op. cit., páginas 85/86.
12. LIMA, João Heraldo - Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920), Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH/UNICAMP, mimeografado, 1977, página 17.

13. idem, ibidem, páginas 35/36.
14. Em meados do século XIX, Magalhães já se refere ao "desmatamento da Zona da Mata". MAGALHÃES, Hildebrando. Subsídio para a História do café em Minas Gerais. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929, página 344.
15. LIMA, Op. cit., página 10.
16. idem, ibidem, página 25.
17. idem, ibidem, página 23.
18. LIMA, op. cit., página 68.
19. LIMA, op. cit., página 70. A propósito tanto Mello, quanto Silva, ao analisarem a economia cafeeira nacional caracterizaram como um capital predominantemente comercial. MELLO, op. cit., páginas 60/62.
20. idem, ibidem, página 72.
21. JACOB, Rodolfo - Minas Gerais no 20º Século., Rio de Janeiro, Gomes, Irmão & Cia, 1911, página 409; apud SINGER, Paul, Belo Horizonte, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Ed. Nacional, 1974, página 226.
22. LIMA, op. cit., página 100.
23. CANO, W. - op. cit., página 25.
24. É facilmente demonstrável que no período de auge do ciclo cafeeiro, no complexo cafeeiro paulista, existem condições para o vazamento de lucros do capital cafeeiro para uma acumulação diversificada: na indústria, em bancos, em títulos, etc. (conforme: MELLO, op. cit., página 103 e CANO, op. cit., página 85). Entretanto, no que se refere ao período de crise, o texto de Mello parece excluir tal hipótese, uma vez que esse autor afirma: "a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários".
25. LIMA, op. cit., basicamente as partes 3.1 e 3.2 do Capítulo II.

26. SINGER, op. cit., página 227.
27. idem, ibidem, página 228.
28. Veja: CANO, op. cit., páginas 57/69.
29. ESTADO DE MINAS GERAIS - Diagnóstico da Economia Mineira, Belo Horizonte, s/ed., 1963, vol. I, página 67.
30. CANO, op. cit., páginas 65 e 273.
31. SINGER, op. cit., página 229.
32. idem, ibidem, página 231.
33. idem, ibidem, página 232.
34. VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 2a. ed., 1975, página 127.
35. SINGER, op. cit., página 232
36. idem, ibidem, página 235,
37. ALVIM, Sócrates - Projeção Econômica e Social da Lavoura cafeeira em Minas. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), op. cit., página 66.
38. CASTRO, Antonio Barros de - A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro. 7 Ensaios sobre a economia brasileira, Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, Vol. II, 1a. edição, 1971, página 61.
39. idem, ibidem, página 73
40. CANO, op. cit., página 56.
41. JACOB, op. cit., e PRATES, Carlos - A lavoura e a Indústria da Zona da Mata, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.
42. LIMA, op. cit., página 41.
43. BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República de 1889 a 1930, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 3a. ed., Vol. 2, página 1414
44. HASENBALG, & BRIGAGÃO, op. cit., páginas 15/16.
45. WIRTH, John - "Minas e a Nação" Um estudo de Poder e Dependência Regional (1889-1937) in O Brasil Republicano, SP, Difel, 1975. Vol.1, p.83.

46. É o que pensa nosso colega Maurício Borges, basicamente em função no exemplo da Casa Bancária Banco de Cássia Azevedo & Cia., fundada em 1925, em Santa Rita de Cássia - cidade ao sul de Minas, na divisa com o Estado de São Paulo, com invernadas de gado - com capitais originados na comercialização de gado.
47. SENNA, Nelson - Anuário de Minas Gerais, Belo Horizonte , s/ed. 1907, páginas 132/325.
48. Para o que se segue, as fontes utilizadas foram as seguintes: Resumo Histórico do Banco desde a sua instalação até 31 de dezembro de 1920, publicado no Relatório de 1922 da Diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (consultado no Museu do Banco em Juiz de Fora).
ALVARENGA, Francisco José Tostes - História do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A (Fundação e Primeiro Período de Atividades). Palestra proferida em 26 de maio de 1967 no Auditório da Faculdade de Direito da UFJF.
idem. Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o relacionamento de seus fundadores com o Imperador D. Pedro II. Conferências pronunciada em 30 de abril de 1976 no Auditório do Conservatório de Música da UFMG.
49. IGLÉSIAS, op. cit., página 134
50. GIROLETTI, Domingos A. - Industrialização e Urbanização de Juiz de Fora (1850/1930), Belo Horizonte, Tese de Mestrado pelo DCP-UFMG, mimeo., 1976.
51. TANNURI, op. cit., página 24.
52. Essas como outras informações a respeito do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais foram retiradas de: Relatórios de Diretoria do Banco e Mensagens do Presidente do Estado.
53. FONTENLA, Vicente Paz - Bancos. Coleção de 1952,, número VI, página 230.
54. MAGALHÃES, Hildebrando - op. cit., página 362.
55. ALVIM, Aristóteles - op. cit., página 90.

CAFÉ E BANCOS NA DÉCADA DE 1920

"Com dinheiro ganho no café, muitas indústrias se teem fundado, casas de commercio poderosas se estabelece-ram, dotações testamentarias para fins humanitarios, uteis ou espiri- tuaes se levaram a effeito, mas so- bretudo numerosas famílias chegaram a adquirir no cultivo do café recur- sos abastados, que permitiram a edu- cação e instrucção de sua descendencia, augmentando assim o número de senhoras prendadas e de homens illus- tres" - 1927 - A.Alvim (1)

A década de 20 representa, para o café de Minas Gerais, seu segundo grande ciclo de expansão. Operando como "ofertante mar- ginal", se beneficiou das condições excepcionais de realização do café, com preços em extraordinária ascensão (Quadro I-1 do Apêndice Estatístico) (2): Silva mostra que "a evolução altamente favorável dos preços internacionais do café explica-se, antes de mais nada, pe- lo vigor da demanda externa, que decorre da situação de prosperida- de atravessada pelas economias importadoras durante a década dos 20, especialmente pela economia norte-americana, nossa maior cliente com- pradora". Lembra, porém, que "nem só ao vigor da demanda externa de- ve ser atribuída a evolução favorável dos preços externos e inter- nos. É fundamental, também, a Política Econômica do Estado, tanto as Políticas de Valorização, quanto as políticas de câmbio e monetária" (3).

Mas, do ponto de vista da acumulação, estariam as con- dições mineiras propícias a gozarem, em sua plenitude, dessa situa- ção excepcional? Não vimos, no capítulo anterior, que eram frágeis as bases da acumulação cafeeira em Minas no início desse século? Não houve uma diversificação nas atividades produtivas nas terras cansa- das pelo café? Como revive essa decadente área cafeeira?

Castro nos oferece uma primeira pista: "na segunda me- tade dos anos 20, a euforia expansiva não mais permite distinguir os três espaços característicos das fases de crescimento. Os estímulos

eram tais que não haveria mais "zona velha"; o café tanto avançaria por novas terras, quanto renasceria nas áreas decadentes. A cultura deixaria mesmo de ser altamente seletiva quanto ao uso de solos, disseminando-se por áreas sem vantagens comparativas no todo nacional" (4).

Examinemos pois, as condições econômicas que propiciaram uma grande expansão bancária em Minas Gerais: em 1925, dos 21 bancos com sede no Estado, 14 tiveram suas matrizes inauguradas entre 1920 e 1925; entre as casas bancárias, a proporção foi pouco maior: das 21 existentes, 16 foram inauguradas no período (5). Acreditamos que a dinâmica da sua evolução seja dada pelo café. Esboçaremos a estrutura dessa economia - sua agricultura, pecuária e indústria - bem como faremos um exame da evolução de suas exportações. Confirmada a assertiva, partiremos para uma análise mais detalhada do café na última década da Primeira República, tentando relacionar seus negócios com os bancos pensamos que boa parte do excedente que os bancos captavam na circulação era gerada na produção do café. Por fim, veremos como estas atividades, desembocam na crise de 1929.

1 - ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA MINEIRA

O Censo de 1920 revelou que a agricultura ocupava 78% da população total de Minas Gerais (5.888.174 habitantes, ou seja, 19,22% da do Brasil), distribuída por 115.655 estabelecimentos rurais, explorados em sua maioria pelos próprios donos e não por arrendatários e foreiros o que constituía um dos traços característicos da agricultura mineira (6). Sua distribuição segundo o sistema de exploração e a extensão territorial deixa claro que predominava no Estado, o regime da grande propriedade (considerando a zona agrícola como um todo): 60% dos estabelecimentos rurais de tamanho pequeno e médio (até 100 hectares) detinham apenas 10% da área total e os 40% restantes de grande tamanho (de mais de 100 hectares) detinham 90% da área. Lamentavelmente não temos esta distribuição, segundo as diversas regiões do Estado. Seria interessante constatar como se distribuíam as atividades econômicas por esses diversos tamanhos. Certamente havia grandes latifúndios pouco produtivos ou simplesmente ocupados por pecuária extensiva, como forma de especulação sobre terras: "os proprietários em vez de explorá-las, esperam tranquilamente pelo lucro certo que lhes advirá da sua progressiva valcrização consequente ao povoamento e beneficiamento das regiões convízinhas e ao progresso geral do Estado" (7).

Vejamos a situação dessa agricultura em 1920 (Quadro 4). Como se verifica, a maioria absoluta dos estabelecimentos rurais produziam alimentos simples para subsistência — arroz, milho e feijão —, enquanto parcela significativa, quase 36%, se dedicava também ao cultivo do maior produto de exportação, o café. Este detinha a maior parcela da área cultivada, seguido de perto pelo milho. A cana de açúcar, produto que para se tornar rentável ocupa grandes áreas, usava então somente 8% da área cultivada total, menos que o feijão e pouca coisa mais que o arroz. Sem dúvida a produção mineira de todos esses produtos, mais a do fumo e a da mamona, era representativa no contexto nacional.

Na verdade, a agricultura constituía a principal fonte de riqueza do Estado (Quadro II-2-A.E.). O valor da produção agrícola representa em média, na década, 39% do valor da produção física total, enquanto o da pecuária representa 29%, o da indústria manufatureira e fabril 23% e o da extrativa 9%. O valor da produção do café ultrapassava largamente o de todos os demais produtos, entre os quais, o milho tinha alguma significação. Na pecuária, destacavam-se a criação de bovinos e de suínos; na indústria, a produção de tecidos, açúcar e rapaduras, manteiga e queijos.

As quantidades exportadas de produtos agrícolas na década dos 20 estão no Quadro II-3(AE) verifica-se que só a do café apresenta tendência ascendente; os outros produtos com a exceção da batata, ao contrário, mostram marcada tendência declinante, principalmente no que se refere ao açúcar. Isto é confirmado por um autor que em 1929 afirma: "a cultura da cana de açúcar, praticada principalmente na Mata, onde encontra no solo e no clima excepcionais condições de sucesso, após ter atingido elevado grau de desenvolvimento, atravessa agora uma séria crise ocasionada por uma terrível praga, o "mosaico", que fez a produção baixar enormemente de ano para ano, apesar de se conservarem as mesmas áreas cultivadas" (8). Data de então a substituição das variedades de canas atacadas por outras mais resistentes, geralmente denominadas "Java" p.6.sob o incentivo do governo. Vale a pena lembrar que pelo recenseamento industrial de 1920, em 1919 havia 5 usinas (com capital de 5.260 contos e 326 operários) e 21.158 estabelecimentos rurais produzindo açúcar em Minas.

Observando-se o valor da exportação desses produtos no mesmo período (Quadro 5), a situação se altera. Todos, (com exceção do açúcar) apresentam tendência ascendente, em que pese as osci

QUADRO 4

A AGRICULTURA DE MINAS GERAIS SEGUNDO O RECENSEAMENTO DE 1920

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS		ÁREA CULTIVADA		QUANTIDADE PRODUZIDA	
	NÚMERO ABSOLUTO	Participação % no Número Total dos Estabelecimentos	HECTAREES	Participação % na Área Cultivada Total	QUINTAIS	Participação % da MG sobre Brasil
CEREAIS	Arroz	75.433	116.404	7,52	1.731.225	20,82
	Milho	101.248	620.441	40,11	12.716.559	25,43
	Feijão	91.520	156.993	10,15	1.548.562	21,56
OUTRAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS	Batata	5.260	1.712	0,11	115.397	7,90
	Mandioca	20.032	12.278	0,79	1.897.196	6,55
PLANTAS INDUSTRIAIS	Café	41.393	650.706	42,07	2.527.503	32,06
	Algodão	11.690	10.429	0,67	86.666	2,61
	Cana	23.056	124.993	8,08	28.173.014	20,14
INDUSTRIAIS	Fumo	9.580	22.793	1,47	114.730	15,58
	Mamona	5.850	7.891	0,50	107.986	25,14

Fonte: SECRETARIA DE AGRICULTURA, SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL. Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BR, Imp. Oficial, 1924

Observação: Tanto um estabelecimento pode produzir mais de um produto agrícola, quanto uma área cultivada pode contimar mais de um produto, por exemplo, plantio de cereais no cafézal.

QUADRO 5

MINAS GERAIS: VALOR DA EXPORTAÇÃO (EXTERIOR E RESTO DO PAÍS) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	CAFÉ		AÇÚCAR		MILHO		ARROZ		FEIJÃO		BATATA		MANDIOCA*	
	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice
1920	166.318	100	13.706	100	6.289	100	7.313	100	4.600	100	1.701	100	1.092	100
1921	240.894	145	5.421	40	7.125	113	4.401	60	3.692	80	1.958	117	639	59
1922	269.846	162	7.429	54	5.651	90	5.881	80	5.781	126	4.896	288	518	47
1923	339.429	204	3.295	24	10.247	163	6.806	90	9.431	205	5.321	313	1.458	134
1924	508.602	306	7.123	52	7.828	124	7.400	101	4.325	94	2.743	161
1925	565.406	340	2.965	22	8.150	130	9.454	130	6.568	143	4.704	276	1.476	134
1926	441.279	265	1.381	10	8.015	127	14.121	193	4.846	105	3.570	210	1.085	99
1927	520.030	313	2.236	16	6.934	110	10.558	144	6.214	135	2.801	165	1.459	134
1928	553.958	331	3.838	28	4.658	74	11.852	162	8.890	193
1929	648.863	391	6.623	105	10.883	149	11.700	254

Fontes: 1920/1927 - Carvalho, Afrânio de - A Atividade Mineira, BH, Imprensa Oficial, 1929.

1928/1929 - Alves Jr., J. E. - (Secretário das Finanças) - Relatório sobre a situação econômica do Estado, BH, Imprensa Oficial, 1930.

(*) Esses dados referem-se não à raiz, mas aos seus produtos farinha e polvilho englobadamente.

lações cíclicas de alguns. Sem dúvida, boa parte dessas elevações dos valores são simplesmente nominais, devido à desvalorização da moeda nacional. O café se destaca acentuadamente dos demais, tanto pelas suas taxas de crescimento quanto pelos seus valores absolutos de exportação. De fato, não há nenhum produto com valor de exportação que se rivalize com o café, apresentando, todos, parcela ínfima em relação àquele.

Lembremos que a cultura de cereais, que no final do século passado era apenas suficiente para o consumo interno, já nos anos 20 dá margem para regular exportação para o mercado interno do país. Nessa época as mais extensas plantações de milho encontravam-se no Sul de Minas e na Mata (leste), e a de arroz, no Triângulo Mineiro (sudoeste). Já o feijão, a batata inglesa e a mandioca são abundantes, os primeiros no Sul e na Mata e a última no Norte e no Oeste. A cultura do algodão, que não figurava mais na pauta de exportação mineira, teve no passado notável desenvolvimento mas, " entrou em declínio por falta de cuidado dos plantadores, que a deixaram entregue à sua própria sorte em terrenos sem amanhã, donde se originou a degeneração dos algodoeiros e a promiscuidade dos tipos que hoje se observa onde quer que seja praticada. Atualmente a produção não chega sequer para o consumo local, de maneira que as fábricas de fiação e tecelagem são obrigadas a importar matéria prima de outros Estados do Brasil " (9).

A pecuária, pode ser vista no Quadro 6, onde se nota o predomínio dos estabelecimentos criadores de bovinos, equinos e suínos. Assim, os efetivos desses rebanhos, mais o asinino e muar, destacavam-se no todo nacional, especialmente a criação mineira de suínos, que representava 30% da brasileira.

O rebanho bovino era o mais numeroso e o de maior valor do Estado. Nenhuma das raças autóctonas (a caracú e a crioula, descendentes do antigo gado português, da época colonial) apresentava aptidões especializadas, seja em leite, seja em carne, impondo-se assim seu aperfeiçoamento. " Nesse sentido o governo do Estado inaugurou antes da guerra eurocôica a importação de reprodutores de raças puras com o fim de cedê-los por preço módico aos interessados, facilitando assim o melhoramento das qualidades do gado indígena. Esses animais eram indistintamente de corte e de leite, uma vez que a diversidade das regiões, das forragens, do retalhamento e custo das terras e das distâncias dos mercados impõe e favorece o desenvolvimento simultâneo dos dois tipos de criação. A

QUADRO 6

A PECUÁRIA DE MINAS GERAIS SEGUNDO O RECENSEAMENTO DE 1920

GADO	ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS CRIADORES			GADO EXISTENTE	
	Número Absoluto	Participação % no Número Total dos Estabelecimentos	Participação % de MG sobre Brasil	Efetivo dos Rebanhos	Participação % de MG sobre Brasil
ZOVINO	95 822	82,88	20,09	7 333 104	21,40 (RS: 25% GO: 9% MS: 27% SP: 9% EP: 18% MA: 13%)
ZOVINO	100 561	86,95	19,65	1 145 568	21,80
ASSININO E MZAR	42 975	37,16	19,36	384 862	20,63
OVINO	14 021	12,15	13,15	310 928	3,92 (RS: 56,5% MA: 12% PE: 23% SP: 7% BA: 23%)
CAPRINO	16 993	14,69	12,43	203 102	3,99
SUÍNO	99 204	85,77	20,60	4 870 519	30,12 (RS: 21% SP: 18%)

Fonte: SECRETARIA DE AGRICULTURA, SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL. Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BH, Imprensa Oficial, 1924.

guerra interrompeu essa corrente, que foi reiniciada após o seu término" (10). O problema do aperfeiçoamento do gado leiteiro se resolveu com a preferência dada pelos criadores à raça holandesa que se aclimatou muito bem nas regiões produtoras de laticínios (Mata, Sul e Oeste), de temperatura mais baixa. Quanto ao gado de corte, a preferência dos criadores já se inclinava para a raça zebú, de maior rusticidade, que se adapta a quaisquer pastagens, mesmo as mais ingratas, como a vastidão dos pastos mineiros do Triângulo e região Norte, mal forrageados e infestados de parasitas.

A exportação de produtos de origem animal, tanto em quantidade, quanto em valor, estão no Quadro 7 (e II- 4AE). Verificamos então, que a exportação de gado vacum era a mais importante, dentre esses produtos. Entretanto ela não se expande muito nessa década, chegando mesmo a cair em nível absoluto em alguns anos. Lemos, na Mensagem do Presidente do Estado Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921, que a interrupção do surto de exportação de gado nos primeiros anos da década se deve não só à matança indiscriminada de vacas aptas à reprodução (matrizes), mas, principalmente, à mortandade resultante da peste bovina vinda de São Paulo. A crise da pecuária duraria três anos (de 1920 a 1922).

A maior parte do gado em pé era exportado para os matadouros frigoríficos do vizinho Estado de São Paulo. E, em menor proporção, para o do Rio de Janeiro. Lembremos que é em São Paulo que se instalam, durante a 1ª. Guerra, os frigoríficos, que industrializaram a carne, exportando-a basicamente para o exterior, além de atenderem aos mercados de São Paulo, e também do Rio de Janeiro (por volta dos anos 20 os paulistas começaram a suplantam os mineiros como fornecedores de produtos pecuários ao ex-Distrito Federal). O gado mineiro estava assim sujeito à dependência de matadouros de outros Estados, do que decorria vários inconvenientes, entre os quais o transporte mais caro (porque o do gado em pé no percurso das invernações aos matadouros custa mais do que o do gado abatido), a quebra no peso e o imposto de 4% ad valorem:

Atento a essas desvantagens que sofria a pecuária mineira, foram rescindidos em 14 de agosto de 1920 os contratos de privilégios por 30 anos para o estabelecimento de matadouros frigoríficos no Estado, de que era concessionária a Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil (11), e, pelo decreto nº 8.873 de 13 de novembro de 1928, o governo do Estado passava a conceder às empresas que instalassem matadouros frigoríficos nas regiões da Mata, do Oeste, do Sul,

QUADRO 7

VALOR DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	CABO VACUM		MANTIGA		QUEIJOS		LEITE		CARNES DE BOVINOS		SUINOS		AVES DOMÉSTICAS	
	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis
1900	77 605	24 550	100	19 650	100	6 458	100	18 559	100	9 575	100	8 259	100	8 259
1901	65 742	16 022	85	22 694	116	8 143	129	23 598	75	9 405	98	9 068	110	9 068
1902	52 555	10 975	70	25 556	120	7 215	105	9 109	49	8 013	84	10 995	135	10 995
1903	55 944	20 881	125	23 577	120	9 276	135	8 546	46	11 290	117	14 299	175	14 299
1904	86 520	28 895	112	22 275	115	9 258	135	16 659	90	18 212	180	16 859	204	16 859
1905	119 594	37 557	155	27 089	158	9 497	144	21 484	116	6 265	65	19 449	235	19 449
1906	58 260	35 647	89	35 224	169	13 573	195	15 460	83	6 741	70	12 575	150	12 575
1907	85 850	50 850	109	24 679	126	10 963	154	8 289	45	11 995	125	19 970	242	19 970
1908	103 720	49 637	141	28 846	147	16 664	242	12 425	67	11 271	118	22 554	270	22 554
1909	94 623	41 617	123	27 921	142	18 452	268	12 419	67	9 562	95	19 587	237	19 587

Fonte: ALVES JR., J.B., op.cit.

QUADRO 2

A INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS SEGUNDO O RECENSEAMENTO DE 1920

GRUPO DE INDÚSTRIAS	Nº DE ESTABELECIMENTOS			CAPITAL			FORÇA MOTRIZ			OPERARIADO				VALOR DE PRODUÇÃO (1919)		
	Absolutos	%	MG/BR	Contos	%	MG/BR	H.P.	%	MG/BR	Absoluta	%	MG/BR	OP/NZ	Contos	%	MG/BR
TEATEIS	77	6,1	6,4	39 005	43,4	5,5	11 435	31,3	8,2	9 919	51,4	8,5	124	51 151	29,7	6,2
COSTOS, PELES, etc.	97	7,8	22,9	4 373	4,9	10,8	738	3,3	12,0	518	2,8	11,2	5	6 681	3,8	10,6
MADREIRA	28	2,2	2,3	2 949	3,3	3,0	1 255	5,6	4,1	547	2,9	4,5	20	5 891	3,4	5,2
METALURGIA	76	6,1	14,9	3 218	3,6	4,8	538	2,4	6,4	843	4,5	6,0	11	3 875	2,2	3,7
CERÂMICA	141	11,3	8,9	3 156	3,5	6,3	523	2,3	5,7	1 258	6,6	6,6	9	4 632	2,6	6,5
PRODUTOS QUÍMICOS	30	2,4	3,2	685	0,8	0,4	40	0,2	0,2	132	0,7	0,9	4	2 266	1,3	0,9
ALIMENTAÇÃO	541	43,5	13,6	31 922	35,4	6,1	7 061	31,7	9,8	3 936	21,2	7,6	7	82 613	51,5	7,4
VESTUÁRIO	114	9,1	5,7	2 062	2,2	2,0	140	0,6	1,9	785	4,2	2,8	7	4 424	2,6	1,8
MOBILIÁRIO	43	3,4	7,8	978	1,1	5,0	212	0,9	3,8	322	1,7	4,6	9	1 378	0,8	3,4
EDIFICAÇÃO <u>a/</u>	26	2,0	7,8	1 197	1,3	9,4	264	1,2	9,0	368	2,0	8,9	9	1 554	1,0	7,3
CONSTR. DE APAR. TRANSP.	67	5,3	12,6	363	0,4	1,4	68	0,3	1,6	287	1,5	3,6	4	1 206	0,7	2,4
PROD. E TRANSP. FORÇAS FÍSICAS <u>b/</u>	1	0,0	3,4	35	0,0	0,2	-	-	-	3	0,0	0,6	3	22	0,0	0,5
IND. RELATIVAS ÀS CIÊNCIAS, etc. <u>c/</u>	2	0,1	4,3	14	0,0	0,2	-	-	-	4	0,0	0,5	2	9	0,0	0,1
TOTAL	1 243	99,3	9,3	89 776	99,9	4,9	22 272	99,8	7,2	18 522	99,7	6,7	14	172 061	99,6	5,8

Fonte: SECRETARIA DE AGRICULTURA (Serviço de Estatística Geral). Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BH, Imprensa Oficial, 1924.

a/ Materiais de Construção

b/ Gelo

c/ "Diversas"

do Triângulo e do Norte, vários favores, entre os quais redução e isenção de imposto de exportação para as carnes destinadas à exportação, tanto para os mercados internos do país, quanto para os externos. Com isso, visava reverter a tendência declinante dessas exportações.

Tendência oposta registrava a exportação de laticínios. O leite encaminhava-se quase todo para o Rio de Janeiro, onde concorria com a maior porcentagem para o abastecimento da cidade, e o restante para São Paulo; manteiga e queijo tomavam mesmos destinos, onde eram consumidos em parte e em parte redistribuídos para as praças do norte do país. A exportação mineira de laticínios, que era a mais elevada do país, já evitava a importação dos artigos similares estrangeiros.

Ao rebanho bovino seguia-se em importância o suíno, de largo comércio no Estado. Entretanto, sua exportação apresentava-se declinante em todo o período analisado, com única exceção no ano de 1924. A criação de aves domésticas, também de grande importância no Estado, apresentava, pelo contrário, exportação em elevação.

Por fim, devemos destacar que um autor da época chamava a atenção para o fato de que " a criação de equinos, asininos e muares está fadada a interromper o seu progresso a menos que se lhe dê outro sentido, porque, visando antigamente o transporte de pessoas e mercadorias em todas as regiões, depara hoje em muitas com a séria concorrência do automóvel consequente à multiplicação das estradas de rodagem " (12). Além, evidentemente, das estradas de ferro.

Quanto à situação da indústria de transformação (Quadro 8), é nítida a importância dos ramos Alimentação e Têxtil, que representavam 51,5% e 27,7% do valor da produção industrial, respectivamente. Com relação ao emprego a mais importante era a têxtil, com 51,4% seguida da de alimentos, com 21,2%. Assim, em conjunto, os ramos têxtil e alimentício eram responsáveis por 81,2% do valor da produção e por 72,6% do emprego industrial.

Dos 1243 estabelecimentos industriais recenseados em 1920, quase 52% deles ou seja, 641 foram fundados de 1915 a 1919. Portanto, era de se esperar que a estrutura industrial mineira houvesse mudado, desde o Censo de 1907, já que várias empresas industriais se fundaram posteriormente.

Entretanto, Lima chama a atenção para o fato de que

" de maneira geral, a indústria mineira continuava a apresentar posição relativa semelhante à de 1907. Suas médias de capital, produção e operários por estabelecimento permaneciam entre as mais baixas do país " (veja Quadros 8 e II 6-A.E.). Contudo, no interior de sua composição a nível de ramos, a indústria mineira passaria por algumas modificações substanciais. Embora os ramos "Alimentação" e "Textil" continuassem a ter peso dominante na indústria... a forma como esses dois ramos passaram a dividir a liderança se modificou. O peso do ramo "Alimentação" avançou consideravelmente em detrimento do "textil" (...) tudo nos leva a crer que Minas reforçara sua posição de fornecedora desses produtos para os grandes centros urbanos do Sudeste do país (principalmente Distrito Federal)" (13).

Assim por volta de 1920, Minas Gerais possuía uma indústria dispersa e desconcentrada. O pequeno estabelecimento produtor de manteiga e queijo, com escasso grau de capitalização e poucos operários empregados, disseminado pelo território mineiro, era o protótipo da indústria de Minas nessa época.

A sua posição no contexto nacional em 1920 é vista no Quadro II-6 ao A.E. É patente sua inferioridade face aos outros Estados (SP, DF, RS e RJ), sob qualquer ângulo que se investigue o setor industrial.

Vimos que entre todos os ramos industriais o têxtil se destacava como um dos principais, seja pelo seu capital (43,4% do total), seja pelo número de operários que emprega (51,4%) ou pelo valor de produção (29,7%). A fiação e tecelagem de algodão era seu segmento principal e achava-se espalhada por quase todas as zonas do Estado. A matéria prima consumida provinha, em parte, do próprio Estado, e outra dos Estados no Nordeste do Brasil (14). Entretanto, podemos verificar no Quadro II-7 do A.E. que sua participação no valor de produção industrial do Estado durante a década caiu enormemente, praticamente de 20% (de 29,7 para 9,0%). Segundo o "Diagnóstico", "a queda da participação da indústria têxtil deve-se mais à crise conjuntural SIC que afetou o setor nos últimos anos da década dos 20, e da qual se recuperou no início da 2ª. Guerra" (15).

Nota-se por esse mesmo Quadro que o predomínio no setor industrial mineiro ao final da década dos 20 continuava a pertencer às indústrias de alimentação. Entre essas tinha marcante primazia a de laticínios, dispersa pelo sul, Oeste e Mato, parti-

cularmente na zona da serra da Mantiqueira (que era o principal centro), regiões onde localizavam-se os rebanhos leiteiros. Seus produtos, manteiga, queijo, leite condensado e lactose, representavam em torno de 3/4 da produção nacional de laticínios.

A indústria de açúcar e derivados, com numerosas pequenas fábricas espalhadas por todo o território, mas principalmente com as grandes usinas estabelecidas na zona da Mata, em Rio Branco e em Ponte Nova, sucedia à precedente na ordem de importância, vindo depois — também nessa ordem — as indústrias de bebidas alcoólicas, de doces, balas e confeitos, de farinha de mandioca, de xarque e de banha e outros produtos de origem suína.

Devemos observar, por fim, que o ramo da Metalurgia, que em 1919 representava somente 2,2% do valor da produção industrial total, ao final da década dos 20 não figuram ainda com destaque que teria ao final da dos 30. Por exemplo, a indústria de "máquinas agrárias e outros artifícios de metal" participava em 1929 quase com a mesma parcela de 10 anos atrás: 2,3% (16). Nesse ano, Carvalho constata que "por falta de combustível mineral a indústria da fundição e maquinaria não pode desdobrar ainda com a necessária amplitude as suas realizações, posto já sejam estas bastante qualificadas a despeito da assinalada desvantagem. Os principais estabelecimentos se encontram na zona do centro (usinas de fundição) e em Juiz de Fora, onde já se fabricam máquinas de diversas espécies (turbinas hidráulicas, tornos e plainas, limadoras, teares, fiandeiras, etc.)" (17). O "Diagnóstico" confirma que o setor enfrentava sérios problemas com referência à disponibilidade de combustível, pela alta dos preços do carvão vegetal, devido ao esgotamento das reservas florestais (18).

Não vamos desfiar a história da implantação da siderurgia brasileira, isso já foi suficientemente explorado por diversos autores, além de escapar aos limites propostos para esta dissertação (19). Para o que nos interessa achamos suficiente seguir a Singer. Segundo este autor, a expansão do mercado interno após a 1.ª Grande Guerra resultado do crescimento da metalurgia brasileira, como ele acentua, mais da indústria da construção civil e da mecânica, além de medidas de incentivo governamental — vai tornando mais viável a formação de um parque siderúrgico brasileiro, naturalmente localizado junto às jazidas de minério, na zona central de Minas Gerais. "Em 1917, criou-se a Usina Siderúrgica Mineira em Sabará, a qual se associa, em 1921, a capitais belgo-luxemburgueses, nascendo

daí a Companhia Siderúrgica Belgo -Mineira (CSBM). Ao mesmo tempo José Gerspacher, Construtor da Usina Esperança, vai erguendo diversos altos-fornos, a carvão de madeira em Sabará (1920), em Rio Acima (1921), em Caeté (1924) e em Barão de Cocais (1926).

Na realidade, a produção de ferro gusa, único artigo fabricado pela pequena siderurgia tradicional em Minas quase não cresce durante a terceira década deste século. Nelson de Senna (20) registra uma produção de 30.000 toneladas em 1922; 10 anos depois, em 1932, a produção não alcança mais que 28.809 toneladas. O aumento da produção siderúrgica se dá sobretudo pela fabricação, em escala cada vez maior, de laminados, cuja produção no Brasil ascende de 283 toneladas em 1925 para 29.547 toneladas em 1932, das quais 21.576 toneladas fabricadas em Minas, pela Belgo-Mineira; da mesma forma, a produção brasileira de aço passou de 7.559 toneladas em 1925 para 34.192 toneladas em 1932, das quais 25.013 toneladas provenientes de Minas, também da Belgo-Mineira. O surgimento desta empresa inaugurou no Brasil, o que se poderia chamar de média siderurgia, em contraposição à pequena siderurgia já existente antes e à grande siderurgia que surgiria depois, com Volta Redonda, COSIPA, USIMINAS, etc. Em 1932, também a metade da produção de ferro gusa provém da CSBM, o que significa que ela substituiu um grande número de pequenas fundições que se dedicavam a este produto" (21).

Mais do que quantitativas, são qualitativas as mudanças mais importantes que decorrem da implantação da siderurgia em Minas na década dos 20. A implantação da siderurgia em municípios vizinhos de Belo Horizonte, — como Sabará, Caeté, Barão de Cocais e Rio Piracicaba — teve por efeito expandir também a demanda por produtos industriais. O crescimento industrial assim induzido deu-se sobretudo em Belo Horizonte, que já era o centro econômico da região, particularmente nos ramos que fabricam bens de consumo (22).

Num contexto mais amplo, para Liana, o surgimento da pequena indústria do aço (junto com a implantação da indústria de cimento) significa o traço fundamental do desenvolvimento industrial dos anos 20, ou seja, a diferenciação da estrutura industrial, com o surgimento do embrião do departamento de bens de produção. O desenvolvimento deste departamento, ainda que limitado, adquire importância crucial para o futuro, na medida em que é condição fundamental para que, mais adiante, o capital industrial

posse reproduzir-se de modo relativamente independente do capital mercantil-exportador. Nas próprias palavras da autora: " a emergência do embrião do departamento de meios de produção é possível somente porque o capitalismo atinge, no Brasil, um grau relativamente avançado de desenvolvimento. Melhor ainda, é o sinal de que a economia exportadora capitalista havia levado até a plenitude suas potencialidades, sobrepassando-as mesmo, ao gerar, no seu movimento, algo de essencialmente contraditório com o padrão de acumulação que lhe era próprio " (23). Esse elemento significará, portanto, a negação do padrão mercantil-exportador de acumulação e se constituirá numa base para que a transição capitalista avance a uma nova etapa, já então sob o signo do capital industrial. A mudança para esse novo padrão de acumulação será ressaltada mais adiante.

Por ora, antes de seguirmos adiante, devemos destacar que acreditamos que ainda na década dos 20 não se possa falar que exista em Minas um processo de industrialização, se entendermos por industrialização um todo articulado, integrando em si os seus efeitos "para trás" e " para frente ", e não uma porção de empreendimentos industriais isolados, atendendo um mercado local ou , no máximo, sub-regional, sobrevivendo protegidos por custos de transportes.

A acumulação de capital na época de dominância do capital mercantil exportador não se dá com liderança do capital industrial. Dito de outra maneira, pode-se ter o aparecimento de indústrias, porém as indústrias que surgem, surgem como um desdobramento de um padrão de acumulação que é predominantemente mercantil. A liderança está com o capital cafeeiro.

Na verdade, como já vimos, a maior fonte de riquezas em Minas está na agro-pecuária. Assim, necessariamente, se quisermos investigar alguma acumulação de capital em Minas Gerais , nesse período, devemos articulá-la com essa base econômica.

Analisando os principais produtos da pauta de exportação de Minas Gerais (Quadro 9), verificamos que dentre esses se destaca nitidamente o café. Se no início da década os produtos com origem pecuária, tomados em conjunto (gado e laticínios) , ainda se aproximavam na participação na receita total da exportação — 28,3% contra os 36,5% do café —, no final, antes dos efeitos da crise de 29, a distância entre ambos se amplia largamente, passando a ser de 16,8% contra 60,5%. Torne-se evidente, ainda ,

QUADRO 9

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS

(PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA RECEITA NA DÉCADA DOS 20)

ANOS	CAFÉ	GADO VACUM	LACTICÍNIOS				TECIDOS	SOMA
			MANTEIGA	QUEIJOS	LEITE	TOTAL		
1920	36,5	16,9	5,5	4,4	1,5	11,4	3,0	67,8
1921	45,5	12,1	4,7	3,8	1,5	10,0	2,4	70,0
1922	50,3	10,1	2,0	4,8	1,3	8,1	3,0	71,5
1923	45,3	12,8	2,8	3,2	1,2	7,2	6,8	72,1
1924	54,2	9,2	3,0	2,3	1,0	6,3	5,3	75,0
1925	53,1	11,4	3,6	2,6	0,9	7,1	5,8	77,4
1926	55,5	8,3	4,3	2,8	1,6	8,7	4,5	77,0
1927	53,9	8,6	5,2	2,5	1,0	8,7	3,9	75,1
1928	56,0	10,1	4,6	2,1	1,5	8,2	3,4	77,7
1929	60,5	8,8	3,8	2,5	1,7	8,0	2,9	80,2

Fonte: ALVES JR., J.B., op.cit.

que o que comanda o movimento das exportações mineiras nos anos 20 é o café. Em outras palavras, a representatividade dos outros produtos que não o café cai, em função da elevação daquele, e a do grupo como um todo se eleva! Sem dúvida, em Minas também, é sob o capital cafeeiro que devemos encontrar a dinâmica do padrão de acumulação vigente na década dos 20 (24).

Embora o arroz, o feijão, o milho, e os suínos apareçam com certo destaque (entre os quinze principais produtos) na pauta de exportação mineira, a rigor não podem ser considerados como produtos de exportação tanto pelo baixo percentual das suas produções exportadas, quanto pela sua pequena quantidade. Só um pequeno excedente em relação ao consumo interno é exportado. Seria mais correto, portanto, denominá-los de produtos de subsistência.

Sendo o café o principal produto de exportação mineiro, pode-se dizer que cerca de 60% da exportação de Minas em 1929 se encaminhava para o exterior do país, de onde se recebia, em troca, os mais variados artigos de consumo, principalmente manufaturados. Segundo Carvalho, "quanto à importação faltam estatísticas exatas, a cuja organização a situação central de Minas opõe não pequena dificuldade, mas tudo induz a acreditar que seja um pouco inferior à exportação. Os artigos principais que entram no Estado são as máquinas e utensílios e mais materiais de ferro, os automóveis, a gasolina, o querosene, o cimento, a farinha de trigo, o sal, os produtos químicos e farmacêuticos, os calçados, os chapéus e as bebidas alcólicas, provindo uns do estrangeiro e outros do próprio país" (25).

Esse intercâmbio, entretanto, devido o Estado estar situado no interior do país, não se operava diretamente entre o comércio local e o estrangeiro, mas sim indiretamente, através de intermediários localizados nos portos do litoral, Santos, Rio de Janeiro, Vitória e Bahia, que eram pontos forçados de embarque e desembarque das mercadorias de exportação e de importação. Conforme o mesmo autor citado anteriormente, "esses intermediários a quem toca exportar ou distribuir pelo resto do país os produtos mineiros e importar os artigos estrangeiros destinados ao consumo do Estado, retêm e absorvem fora dele, em paga de sua mediação, uma parte considerável do resultado do nosso trabalho, parte essa que já foi calculada oficialmente em um quinto do valor da produção. Com essa quota Minas concorre para a prosperidade de outros pontos do país em detrimento da sua própria economia" (26).

Queremos deixar bem sublinhada a importância do café para a economia de Minas Gerais nessa época. Um testemunho contemporâneo mostra seus efeitos quanto ao emprego direto e indireto. " Admitindo-se, com efeito, a existência, no Estado, de 612 milhões de cafeeiros, se deduz a necessidade do emprego de 153.000 trabalhadores para neles cuidar, representando, com suas famílias, uma população não inferior a 700.000 pessoas. O comércio atacadista e as torrefações empregam um bom número de operários, os longos transportes dão a ganhar a muitas empresas ferroviárias e outras, e finalmente os orçamentos do Estado são fartamente engrossados com a renda proveniente do café. Assim, essa cultura dá ocupação a numerosas pessoas e chega a influir indiretamente nos negócios de toda a população, quer trazendo dinheiro para dentro do Estado, quer fazendo peso na balança do comércio exterior do Brasil " (27).

Bem, resta ressaltar sua importância no que concerne às finanças públicas. De fato, " indireta e cumulativamente incidem sobre esta lavoura os impostos municipais, estaduais e federais, em geral. Alguns municípios lançam um imposto direto sobre a lavoura, na base de 2 a 6 réis por pé de café. Contudo, a mais forte taxação é a feita pelo Estado, sob a denominação de imposto de exportação ad valorem. Esta verba figura na receita da província desde 1839 (...). As taxas, representando a princípio 3% do valor do produto assumiram sucessivamente as seguintes percentagens: 4%; 3,5%; 4%; 11%; 9%; 8,5%; descendo depois a 7%, taxa que conserva ainda hoje. Além dessa percentagem ad valorem, o Estado arrecada ainda, desde 1907, a taxa fixa de 3 francos, ouro, por saca de café exportada, a taxa também fixa de 1\$000; ouro, desde 1925 e a taxa de viação, representando um adicional de 1% sobre o total de todos os impostos, desde 1916. Com exceção da taxa de 1\$000, ouro, que é destinada a custear as despesas de propaganda e valorização do café, e a viação, que se destina ao desenvolvimento da rede de estradas de rodagem do Estado, os demais impostos entram indistintamente no orçamento público e não interessam senão indiretamente à lavoura de café " (28).

O mesmo autor adverte, porém, que " em São Paulo a tributação sobre o café ainda é mais forte, pois, enquanto em Minas se cobra 7% ad valorem, lá este imposto é de 9%; enquanto a sobre-taxa aqui é de 3 francos, lá ela é de 5 francos; Minas co-

bra 1\$000, ouro, São Paulo arrecada também 1\$000. E a prova é que o café do Sul de Minas obtém, graças a essa diferença de taxaço, sempre melhores preços em São Paulo que o da produção paulista. "Entretanto", a tributação mineira é mais minuciosa e se estende a maior número de pequenas taxaço, a ponto de parecer, às vezes, ridícula aos olhos do contribuinte inadvertido e descuidoso" (29).

Se bem que tenha caído ao longo da década, como podemos verificar pelo Quadro II-9 (A.E.), é fundamental a participação do imposto de exportação na receita do governo do Estado de Minas nos anos 20. Chega, na primeira metade da década, a corresponder à metade do total da arrecadação pública. Nesse período, em torno de 70% desse imposto é pago pelo café (Quadro II-10-A.E.). Se agregássemos a esse tributo as outras arrecadações que incidem sobre o café (Quadro II-11- A.E.) — mesmo sem considerar a significativa " Renda Industrial" proveniente da Rede Sul Mineira, ferrovia arrendada ao Estado largamente utilizada pelo café do Sul de Minas — constataríamos que, sem dúvida, a maior fonte de receita do governo do Estado nessa época era constituída pelo café, a ponto de se poder afirmar que a situação do orçamento estadual era extremamente dependente do ciclo cafeeiro.

Tentemos nos aproximar mais da relação café — finanças públicas, acompanhando a evolução do orçamento mineiro face a situação econômica do Estado (Quadro 10). Para os comentários sobre a política econômica estadual nos utilizaremos das observações das " Mensagens dos Presidentes do Estado ao Congresso Mineiro ".

Como vimos, a intervenção do Estado e a grande geada de 1918 elevaram violentamente os preços, que duplicam entre 1918 e 1919, elevando o valor oficial da exportação (veja Quadro I-1 do A.E.), propiciando próspera situação financeira ao governo do Estado, com superávit no seu orçamento em 1919 e em 1920. Na verdade, o valor da exportação de 1920 sofreu um decréscimo, comparado com o ano de 1919, devido a dois fatores: (1º) a baixa do preço do café (" a nova perspectiva de uma grande safra para 1921" e a crise econômica ocorrida em 1920-1922 nos Estados Unidos, provocariam novas quedas nos preços externos, entre 1920 e 1923, que se recuperaram internamente, após 1922, pela desvalorização da taxa de câmbio " (30) e (2º) a diminuição, em quantidade, do gado exportado pelo estabelecimento de xarqueadas dentro do Estado, pela mortanda

QUADRO 10

FINANÇAS PÚBLICAS

RECEITA ARRECADADA E DESPESA EFETUADA PELOS ESTADOS MG, SP, RJ e RS

DÉCADA DOS 20

em contos de réis

ANOS	MINAS GERAIS			SÃO PAULO			RIO DE JANEIRO			RIO GRANDE DO SUL		
	RECEITA	DESPESA	% D/R	RECEITA	DESPESA	% D/R	RECEITA	DESPESA	% D/R	RECEITA	DESPESA	% D/R
1920	56 189	52 617	93,6	179 679	174 655	99,4	21 481	28 567	133,0	37 488	26 182	69,8
1921	63 450	65 382	103,0	160 580	177 977	110,8	25 312	28 700	113,4	48 717	35 211	68,2
1922	78 486	78 446	99,9	157 019	204 888	130,5	24 492	28 618	116,8	45 844	38 178	83,3
1923	90 284	72 473	80,3	202 722	233 135	115,0	32 255	30 070	93,2	83 973	122 350	145,7
1924	120 530	83 708	69,4	227 020	278 656	122,7	39 592	36 881	93,2	112 149	117 940	106,9
1925	141 090	107 839	76,4	353 271	406 687	115,1	37 879	43 358	114,5	130 512	120 617	92,4
1926	134 347	161 935	120,5	352 584	511 250	145,0	32 020	48 124	150,3	138 395	149 652	108,3
1927	151 595	147 749	94,8	404 044	594 806	147,2	32 133	92 599	288,2	147 759	145 424	98,4
1928	180 199	173 988	99,3	403 424	523 802	128,2	39 963	79 968	200,1	170 374	164 565	96,6
1929	232 052	206 290	88,9	438 460	618 436	141,0	38 640	92 321	238,9	194 418	185 601	95,5

Fonte: IEC Anuário Estatístico do Brasil. RJ, Gráfica, Ano V. 1939/1940. pp. 1414/6

Obs.: % da receita do Estado sobre a receita total

% da despesa do Estado sobre a despesa total

	MG	SP	RJ	RS		MG	SP	RJ	RS
1917/26:	14,9	34,5	4,9	12,5	1917/26:	12,5	39,1	4,9	11,5
1927/36:	15,7	37,8	3,9	14,3	1927/36:	16,3	42,9	4,8	11,2

de resultante da peste bovina e pela matança de vacas aptas à reprodução.

Embora os excedentes da receita sobre a despesa fossem diminutos tanto em 1921 quanto em 1922 (2,50% e 0,05%, respectivamente), o governo do Estado consegue manter superavitária a situação no orçamento, em que pese o título principal da receita, o dos impostos de exportação, acusar um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior, devido à redução da taxa do imposto (para 7%) e à queda do volume de exportação em 1922.

A Mensagem do Presidente do Estado, em 1923, traz um pequeno resumo da situação da dívida externa (31). Ela era resultado de três empréstimos contraídos com banqueiros franceses: o primeiro em 1910, realizado para consolidação de dívidas anteriores e execução de melhoramentos nas estâncias hidro-minerais; em 1911 contraiu-se o segundo, destinado às municipalidades; e o terceiro, em 1915, foi um funding loan. Apesar de se obter empréstimos externos com facilidade, os governos mineiros encaravam de maneira "conservadora" manter dívida com o estrangeiro. A dívida externa de Minas ficava muito aquém da do Rio Grande do Sul e da de São Paulo. Quanto à dívida interna, também era moderada relativamente a outros Estados. Seus encargos totais, compreendendo juros dos empréstimos internos e juros e amortização dos externos, representavam então apenas 13,4% da receita.

O mais pesado ônus com que teve de arcar Raul Soares foi a remodelação da Rede Sul Mineira, o que efetuou com recursos ordinários, o mesmo sucedendo com a construção da E. F. Paracatu.

Em 1922 a economia cafeeira retornou à expansão, amparada pela elevação dos preços internacionais, ocasionada quer pela relativamente pequena safra de 1921/22, quer pela recuperação da economia norte-americana.

Em Minas, " a progressão da receita continuou em 1924, de modo que o Presidente Raul Soares pode realizar algumas obras públicas de vulto, resgatar 3255 apólices ao portador, tratar do aparelhamento previsto no contrato da Rede Sul Mineira, prosseguir na construção da E. F. Paracatu, fazer pontes de cimento armado e estradas de rodagem, iniciar, enfim, uma larga política de fomento econômico, sem prejuízo do equilíbrio orçamentário. Passou ainda grande saldo ao seu imediato sucessor, Sr. Olegário Maciel e este ao Sr. Melo Viana que tomou posse em fins de 1924" (32).

A preocupação fundamental deste Presidente era com o equilíbrio do orçamento. Assim limitou-se a propor desenvolvimento sensível apenas nos serviços permanentes da instrução pública e de higiene. Só aplicava os saldos orçamentários em obras públicas de utilidade geral. Em 1925, se a exportação aumentou em valor, pela obtenção de melhores preços ou pela desvalorização do meio circulante, o certo é que decresceu em volume nos principais produtos. Em um regime tributário cuja base era o imposto de exportação, de natureza instável, cuidou Melo Viana de não criar despesas permanentes nem alargar os quadros da administração.

No ano de 1926 rompeu-se o equilíbrio característico das finanças mineiras. De fato, foi o único ano em toda a década dos 20 no qual verificou-se um déficit no orçamento estadual. A queda na receita em 1926 comparada com a de 1925 proveio em grande parte da baixa verificada no preço do café, cuja exportação, maior em quantidade (3027.852 sacas) foi, entretanto, muito menor em valor (441 mil contos). Também cresceu extraordinariamente a despesa pública, pelos diversos empreendimentos levados a efeito por Antonio Carlos, ao tomar posse no governo: abriu créditos para o pagamento de todas as obras públicas em andamento, remeteu para a Europa 1.150.000 libras esterlinas destinadas ao resgate da dívida externa (de acordo com os contratos de 1910, 1911 e 1915), efetuou diversos empréstimos aos municípios e à prefeitura da capital, e ainda realizou a encampação do serviço de eletricidade de Belo Horizonte.

Desde fins de 1926 tornou-se realmente efetiva a defesa permanente do café. Entre 1927 e 1926 todos os entraves à acumulação cafeeira são inteiramente removidos. Em fins de 1928 se delineava a crise do complexo exportador cafeeiro, ante a perspectiva de novas safras enormes, com a agravante de grandes estoques sem colocação no mercado internacional.

Em Minas, em 1927 registrou-se um saldo positivo no confronto da receita arrecadada e a despesa realizada. Embora os impostos de exportação continuassem a ser a maior fonte da renda, mostravam tendência declinante: sua contribuição para a receita geral sofreu de 1924 para 1927 decréscimo que se aproximava de 11%. Enquanto isso, a participação do imposto territorial na receita tributária elevou-se de 4,51% em 1920 para 9,30% em 1929. Na verdade, criado em 1901 por Silviano Brandão, a despeito das intenções,

nenhum Presidente do Estado, até Antonio Carlos, foi capaz de substituir um imposto de resultados flutuantes — o de exportação — por ele, que oferecia à receita estabilidade maior. Apesar dessa vantagem, o imposto territorial, ao contrário do de exportação, que só gravava os produtores, recaía sobre todos proprietários, inclusive os de latifúndios improdutivos. Assim, numa situação em que o controle do poder regional tinha como um dos pilares o respeito aos interesses dos coronéis do interior mineiro, o lançamento do imposto territorial encontrava várias dificuldades de ordem política.

Em 1928 a situação financeira do Estado continuava superavitária, embora o excesso da arrecadação sobre a despesa tenha sido de somente 0,68%. Quase metade da despesa resultou do resgate da dívida para com a França. Outras despesas (em ordem decrescente) foram: Rede Sul-Mineira, estações hidro-minerais, Departamento de Eletricidade da Capital, E.F. Paracatú, abastecimento de água a Belo Horizonte, empréstimo às municipalidades, etc. A expansão da receita em 1928 fez-se apesar da sensível redução na sobre-taxa do café, compensada pelo aumento na exportação de outros produtos, especialmente os de origem pecuária.

O exercício de 1929 também se encerrou com superavit. A receita extraordinária foi elevada pela venda à Cia. de Eletricidade de Minas Gerais das instalações da "Força e Luz" de Belo Horizonte. Acentuou-se, por outro lado, o decréscimo da porcentagem com que, para a receita geral, concorre o imposto de exportação: 31,04% foi a de 1929, confirmando-se assim a substituição paulatina desse imposto por outros de arrecadação mais estável. A dívida externa estava representada então pelo empréstimo celebrado em março de 1928, na importância de \$ 350 000, com banqueiros londrinos e novaiorquinos. O destino dado por lei a esse empréstimo foi: a) resgate da dívida externa que o Estado tinha com a França; b) Rede Sul-Mineira e E.F. Paracatu; c) estações hidro-minerais; d) empréstimo às municipalidades; e) serviços de eletricidade de Belo Horizonte. Dada a insuficiência do empréstimo para todos esses fins foi autorizada (em 16 de agosto de 1929) emissão de empréstimos até o máximo de 25 milhões de dólares. Outros empréstimos externos contraídos pelo Governo de Minas foram: o de 1923 para a Minas Gerais Electric Light Tramway e a consolidação a longo prazo com o Banco Italo-Belga, em janeiro de 1930, no valor de 2 500 000 dólares. Apesar disso, a dívida externa diminuiu durante o gover-

no de Antonio Carlos.

Este, na sua última Mensagem ao Congresso Mineiro, em 1930, justifica a grande dívida flutuante deixada ao seu sucesor: (1º) pelo aumento das despesas derivado de uma política construtora de ferrovias, estradas, escolas, auxílios financeiros à União; (2º) pela diminuição da receita devido à baixa dos preços do café (segundo ele, uma queda imprevista até pelo Instituto Paulista de Café, que garantiu em setembro de 1928 que a política de defesa dos preços dispunha dos recursos necessários para os manter no alto nível a que haviam atingido), num momento em que as despesas cresceram por causa do reaparelhamento político, militar e policial para a defesa de Minas (33); (3º) pela hostilidade dos adversários na campanha presidencial, que teriam dificultado crédito ao Estado.

Irado, acusa o Banco do Brasil de "instrumento partidário" (34). Ministrando falsas informações a fiscalização bancária conseguiu que se fechasse o Banco do Brasil para operações de redescontos dos principais bancos mineiros e se criassem os maiores embaraços às transações mantidas com esse Banco dentro de Minas. Entretanto, como uma exceção à regra geral, o Estado não era devedor do Banco do Brasil. Por outro lado, o próprio Governo Federal estaria impossibilitando ao Estado o uso de seu crédito interno ao embaraçar a admissão das apólices mineiras à cotação da Bolsa do Rio de Janeiro, além de não saldar seus compromissos com o Estado. Além disso, acusa o Governo Federal de fracasso na sua política monetária e cambial: o declínio das taxas cambiais abaixo daquelas que a reforma fixou para a paridade determina a elevação dos serviços da dívida externa, o que representa um golpe às finanças públicas. Acusa também a Caixa de Estabilização de ser um "condensador de crises", pois funcionou no sentido de uma deflação súbita e rápida. Conclui, afirmando que "se impõe nova reforma para modificar o sistema desordenado posto em prática no atual quadriênio presidencial da República".

As perspectivas financeiras do Estado com a "crise de 1929" tornar-se-iam sombrias. As finanças públicas sofreriam a depressão causada pela crise nos preços do café.

Pensamos ter demonstrado que bastava uma colheita escasa de café ou a queda do preço desse produto-essencial à vida econômica do Estado -, para se sentir a repercussão do fato nas cifras do orçamento mineiro.

Na verdade, nos alongamos mais sobre as finanças públicas estaduais no sentido de dar algum subsídio à análise do papel do Estado da Primeira República em Minas Gerais.

Como o Estado mais populoso da nação, possuía o maior eleitorado e ocupava o primeiro lugar no número de cadeiras no Congresso. Desde a eleição presidencial de 1902, quando foi estabelecida a aliança informal entre Minas e São Paulo, conhecida como "café-com-leite" e/ou "política dos governadores", procediam dos mineiros pelo menos 20% de todos os votos para as eleições presidenciais. Essa força eleitoral, associada a uma bancada grande e disciplinada — uma "frente unida" no Congresso — eram os instrumentos de poder mineiro na política nacional (35).

Minas se encontrava em boa posição para exigir favores econômicos do Governo Federal em troca de apoio político. Poderia utilizar sua grande força política para defender e promover os próprios interesses.

Porém essa questão não está suficientemente esclarecida pela pesquisa histórica.

Pela análise da atuação do governo estadual podemos levantar algumas "pistas". De fato, as finanças públicas mineiras oferecem alguma peculiaridade em relação a outros Estados. Por exemplo, enquanto o governo paulista tem déficit no seu orçamento em toda a década dos 20 (com exceção do ano de 1920), o mineiro tem orçamento superavitário, exceto em 1926 (36). Isto não significa ortodoxia em política econômica, mas sim reflexo da enorme expansão dos preços do café, que eleva a arrecadação fiscal, e possibilita, à receita, "cobrir" o significativo aumento da despesa pública. Assim, em que pese a preocupação dos Presidentes do Estado com o equilíbrio orçamentário, eles se mostram de certa forma ativos na execução de obras públicas, principalmente no que diz respeito a estradas de ferro, de que todas as regiões mineiras tinham grande necessidade.

Entretanto, há que se lembrar que as estradas de ferro encabeçavam a lista dos favores econômicos solicitados à União: que ela comprasse as linhas deficitárias e construísse novas. De fato, enquanto em São Paulo a construção das estradas ficava por conta da iniciativa particular, em Minas predominavam as ferrovias federais (embora, como vimos, o governo estadual tivesse iniciado a construção da E.F. Paracatu por conta própria).

Este exemplo nos parece expressivo para mostrar como a burguesia mineira utilizava do controle político sobre o aparelho do Estado para atender seus interesses econômicos.

Sem dúvida, o Estado usava seus "agentes financeiros" — os bancos governamentais: Crédito Real e Hipotecário e Agrícola —, criados precocemente em relação ao que ocorreu em outros Estados, para implementar as obras públicas, principalmente favorecendo a burguesia cafeeira das Zonas da Mata e Sul, que, no entanto, contribuía com a maior parcela da arrecadação fiscal.

Vejamos, para finalizar, de que forma o Estado de Minas Gerais conseguiria amparar os interesses de sua burguesia cafeeira, articulando-se com o Governo do Estado de São Paulo, na política de Defesa do Café.

Em fins de 1924 o governo federal transferiu a política de defesa permanente (instituída a partir de 1922) ao governo do Estado de São Paulo. Criou-se, com sede na capital paulista, o Instituto de Defesa Permanente do Café, que depois passou a denominar-se Instituto do Café do Estado de São Paulo. Minas, para desempenhar seu papel na defesa do produto, criou pela lei 887, de 19 de agosto de 1925, o imposto adicional de 1\$000, ouro, por saca de café mineiro exportada. Pelo artigo 4º do referido ato legislativo, a defesa do café realizar-se-ia: a) por meio de empréstimos aos produtores, sob a garantia do café depositado nos armazéns gerais ou outros fiscalizados pelo Estado, a juro módico e prazo não excedente a dez meses; b) pelo redesconto de títulos de crédito que representam operações reais sobre o café, feitos pelos bancos regionais que se sujeitarem à fiscalização do governo; c) pela fixação de um preço mínimo, ao qual seria recebido o café que fosse entregue em locais determinados, pagando-se em obrigações a juro razoável e prazo de um ano, garantidos pelo café entregue e pelo fundo de defesa (37).

" A passagem da defesa para o plano regional implicou, necessariamente, num entendimento entre os distintos Estados produtores. Surgem os Convênios Cafeeiros, realizados periodicamente à partir de 1925, tendo por objetivo principal o estabelecimento de quotas de embarque para cada Estado (38). Nesses convênios explicitam-se as disputas entre as distintas frações estaduais da burguesia cafeeira, especialmente entre a paulista e a mineira. Os mineiros, com menor produção e sem condições para realizar uma retenção a prazo largo — por não possuírem armazéns reguladores (tinham de arrendá-los), não controlarem as es

tradas de ferro para estocar mercadorias nas estações, nem disporem de um sistema bancário como o de São Paulo — pretendiam escoar suas safras dentro do ano agrícola comercial cafeeiro. Quando o interesse paulista era de imprimir a toda safra nacional um ritmo de escoamento determinado exclusivamente por seu volume de produção. Sem a arbitragem federal, a disputa entre os dois Estados se prolongou até o fim da República Velha" (39).

2. AS CONDIÇÕES DA ATIVIDADE CAFEIEIRA EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1920.

Verifiquemos as condições da produção do café em Minas, na década dos 20, face à de outros Estados, principalmente São Paulo (40).

Como vimos no Capítulo I, passou o café por uma crise, devido à deficiência da exportação por falta de transporte marítimo, no último biênio da Primeira Guerra Mundial. Os governos federal e estadual haviam intervindo nos mercados, com real êxito, promovendo a alta dos preços da saca de rs. 41510, em 1917, a rs. 47390, em 1918. As grandes geadas de junho de 1918 elevariam enormemente tal cotação, dobrando o valor da saca, que, em 1919, atinge a média de rs. 94612. Cairia a rs. 74703, em 1920, para recuperar-se um pouco em 1921 (rs. 82395).

A política de defesa permanente do café instituída a partir de 1922, com a regularização das estradas e o financiamento das lavouras, aliada à retomada da demanda externa produziria no quadriênio seguinte uma situação eufórica para os produtores:

1922	—	rs. 118 694	ou £ 3,12
1923	—	rs. 146 875	ou £ 3,05
1924	—	rs. 205 853	ou £ 4,62
1925	—	rs. 215 109	ou £ 5,50

Verdadeira febre cafeeira invidiria os espíritos, aumentando extraordinariamente o plantio. Já em 1926 e 1927, apesar dos primeiros efeitos da regularização e retenção das safras, pela valorização cambial de 1925/26 baixaria o preço interno da saca para rs. 170.700 e 170.401 (ou £ 5,50 e 4,15, respectivamente). Ante a política governamental de valorização do produto, dá-se uma reação em 1928 subindo a saca a rs. 204020 ou £ 5,00. Baixa a rs. 191.871 ou £ 4,71 em 1929, quando ocorre o desmoronamento do plano de defesa cafeeiro, devido à superprodução interna. E 1930 presencia a cotação média de rs. 119540 ou £ 2,69. Em fins de 1930 milhões de sacas estavam estocadas nos armazéns regu

ladores, sem que pudessem ser embarcadas.

Como destaca Taunay, "tão formidável papel representara o café nesta década de 1921-1930, que, embora a exportação total do Brasil fosse de 139.532.000 sacas, ou menos de 10% a mais do decênio de 1901-1910, o cômputo (de valor) dessa exportação fora cinco vêzes maior do que a do período em confronto (...) Jamais, em média, se vendera café tão caro no Brasil como entre 1921-1930 (rs. 163.460 por saca ou \$ 4,02), assim como jamais se haviam visto coeficientes tão elevados corresponderem à quota do café no conjunto da exportação nacional (69,6%). Durante seis exercícios, de 1924 a 1929, este coeficiente se mantivera acima de 70%, fato extraordinário, absolutamente inédito, pois apenas uma vez, em 1886 (também em 1892 segundo Fraga), chegara a esta altura" (41).

Entretanto, "em fins de 1930, debatia-se a indústria cafeeira em um estado de verdadeira angústia. Na década de 1921 a 1930, crescera o cafezal brasileiro de 1.780.855.850 a 2.587.845... 700 árvores, ou de um terço a mais" (42).

Embora São Paulo conserve sua posição de maior produtor de café (com a média de 64% do total durante a década), sua participação média no total da produção brasileira exportável de café cai, em relação à década anterior (Quadro II.13 A.E.). Sem dúvida São Paulo perde posição em favor dos outros dois grandes produtores de café, Minas Gerais e Espírito Santo (43).

Esse ganho de posição em relação a São Paulo nos leva a indagar das condições da acumulação cafeeira em Minas nessa década: Vimos que eram frágeis suas bases no início do século, com terras cansadas e cafezais de baixa produtividade. Retomemos o recenseamento de 1920.

Constatamos que não obstante ocupar São Paulo o primeiro lugar entre as regiões produtoras, não era entretanto o Estado que em 1920 possuía maior número de fazendas (Quadro II-14-A.E.). Nela haviam sido recenseadas pouco mais de 20 mil propriedades cafeeiras, ou quase a metade das registradas em Minas Gerais. Comparadas, porém, às plantações mineiras, revelavam as paulistas muito maior extensão, representando a média geral de cafeeiros, nas fazendas de São Paulo, mais do triplo da média geral correspondente a Minas Gerais. O número de cafeeiros em Minas, representava pouco mais da metade do paulista.

Quanto à área média por fazenda de café, as paulistas eram muito maiores que as mineiras. Confirma-se em 1920 o predomínio

mínio da pequena propriedade do café em Minas, fato verificado também no início do século.

No tocante à especialização na produção cafeeira (a porcentagem das fazendas de café em relação ao número total dos estabelecimentos rurais), entre os grandes e velhos Estados cafeeiros, ao Espírito Santo correspondia a mais elevada (78,2%), seguindo-se, em ordem de maior diversificação agrária, o Rio de Janeiro com 45,4%, Minas Gerais com 35,8% e São Paulo com 26,4%.

Questão controversa é a da distribuição regional da produção cafeeira em Minas. Lima, analisando os dados de 1920 (Quadro II-15-A.E.), diz que: "a produção cafeeira da Mata que na primeira década do século representava quase 80% do total produzido por Minas Gerais, cairia para pouco mais de 40%. Ao mesmo tempo a do Sul, que era insignificante, passaria a 33% do total" (44). Sugere assim, que teria ocorrido uma reorientação radical na frente de expansão cafeeira no transcurso das duas primeiras décadas do século, com o decréscimo do plantio na Zona da Mata relativamente ao do Sul de Minas (45).

Porém essa colocação pode ser relativizada se nos fiarmos nos dados de outro autor. Giroletti, baseando-se em Jacob, calcula que na primeira década do século a Zona da Mata detinha 64,7% da produção de café em Minas, enquanto o Sul contribuía com 28,2%, o que não era insignificante (46). Sem dúvida, a participação da Zona da Mata cai até 1923, como era de se esperar pela transformação ocorrida na sua estrutura produtiva nesse período, como vimos no Capítulo I.

Também para o ano de 1927 encontramos uma divergência entre fontes, para os mesmos dados. Assim, segundo a Inspeção Agrícola Federal do Estado de Minas Gerais, 68,4% do cafezal mineiro e 71,2% da produção para aquele ano se concentravam na Mata; enquanto no Sul os dados eram 17,1% e 14,7%, respectivamente (47). Já para a fonte originária do Quadro II-16-A.E., a Diretoria de Estatística do Estado, os dados são 40,9% e 39,6% para a Mata, e 32,8% e 33,4% para o Sul, inteiramente distintos da fonte anterior, mas que mostram que praticamente não houve variação nas participações dessas duas zonas na produção total do Estado entre 1923 e 1927.

Na verdade, observadores da época sugerem que a expansão cafeeira na década dos 20 se deu mais pela penetração do plantio nas terras virgens dos vales do Mucuri e do Rio Doce. De fato,

se compararmos os dados desses Quadros citados no que se refere à "região leste" (que inclui as zonas do Rio Doce, Mucuri e Alto Jequitinhonha), verificamos que a sua produção sobe de 570.080 sacas em 1920 para 706.030 na safra de 1927, acréscimo bem mais elevado que os verificados para as Zonas da Mata e Sul, e a sua participação na produção total sobe de 13,6% para 18,1%.

Devemos observar que, calculando-se o rendimento médio das três principais zonas produtoras em 1927, as suas médias de arrobas por mil pés não divergem muito, como pretensamente era de se esperar se considerássemos as zonas da Mata (29), Sul (30,5) e Leste (31), respectivamente, zona velha, madura e de fronteira (ou nova). Portanto, essa suposição não se confirma. Também não há grande variação entre a produtividade média do Estado entre 1920 (28,5 arrobas por mil pés) e 1927 (30). Para comparação, calculamos a produtividade média para São Paulo em 1920 e achamos 43,6 arrobas por mil pés.

Comparando-se os principais municípios cafeeiros da Zona da Mata nos anos 1923 e 1927 (Quadros II-17 e 18- A.E.), verificamos que na lista dos dez primeiros há somente três mudanças: saem os municípios de Ubá, Leopoldina e São João Nepomuceno e entram os de Caratinga, Miraf e São Manoel do Mutum. Quanto aos que permanecem na lista, em geral suas produções na safra de 1926/27 decrescem em relação à de 1923, com as exceções dos municípios Mar de Espanha e Além Paraíba. Não só no que se refere às áreas, mas também ao número de cafeeiros existentes e à produção, a Mata suplanta largamente ao Sul. Evidentemente, em produção o mesmo ocorre.

Quase todas as zonas cafeeiras de Minas eram servidas por estradas de ferro. A Rede Sul Mineira, a São Paulo Ry., a São Paulo-Minas e a Mogyana conduziam o café do Sul do Estado; a Mogyana e a Oeste de Minas transportavam a produção do Triângulo; a Paracatú e a Oeste de Minas serviam à Zona Oeste; a Central do Brasil, a Leopoldina Ry., Vitória-Minas, Bahia-Minas faziam os transportes na Mata, Leste, Nordeste, Centro e Norte do Estado (48).

Em Minas Gerais, pelo Censo de 20, distribuía-se a lavoura cafeeira pelas diversas zonas ferroviárias da seguinte forma:

ZONAS	FAZENDAS DE CAFÉ	MILHARES DE CAFEEIROS	PERCENTUAL
da Leopoldina....	12 982	208 198	43%
da Mogyana.....	2 319	67 473	14%
da Rede Sul Mineira	2 973	44 620	9%
da Vitória-Minas	3 978	29 847	6%
da Central do Brasil	2 764	28 716	6%
da Oeste de Minas	3 126	23 827	5%
da Bahia-Minas	12 066	10 705	2%
OUTRAS ZONAS	<u>11 185</u>	<u>74 650</u>	<u>15%</u>
TOTAL	41 393	488 036	100%

Na zona sem estações de vias férreas encontravam-se na da menos de 69 municípios produtores, com área equivalente a 322.000 km², ou mais da metade (54%) da superfície total do Estado, e aos quais toca va quase um sexto da totalidade dos cafezais.

Convém assinalar, entretanto, que esta distribuição regional é apenas aproximada. Algumas vezes, o mesmo município era cortado por linhas de mais de uma ferrovia, o que tornava difícil estabelecer distribuição perfeitamente exata, como no caso de Juiz de Fora, Barbacena, Belo Horizonte e Curvelo, entroncamentos ferroviários incluídos na zona da Central do Brasil e, ao mesmo tempo percorridos: o primeiro pela Leopoldina, o segundo e o terceiro pela Oeste de Minas, e o quarto pela Vitória-Minas.

A produção mineira de café se encaminhava para Santos, para o Rio de Janeiro e para Vitória. A do Sul, com pequeno desvio para o Rio, e a maior parte por Santos, a produção da Mata se escoava pelo porto do Rio de Janeiro, e parte da produção do Vale do Rio Doce, saía pelo porto de Vitória.

O café mineiro predominava na exportação realizada pelo porto do Rio de Janeiro (p. ex., pelo "SEGUNDO CONVÊNIO", de 28 de maio de 1927, a "quota de embarque" de Minas correspondia a 57%). Não se dava o mesmo quanto a Santos: a safra paulista de 1926/27 era avaliada em 8.480.000 sacas, ao passo que a mineira exportada por Santos, era computada em 815.000 sacas.

Estado montanhoso e central, sem porto de mar e sem direta comunicação fluvial com o oceano, fazendo suas exportações através de quatro Estados do país, Minas tinha no problema ferroviário o "calcanhar de Aquiles" da sua economia.

Singer assinalou, para fins do século passado, que " da mesma forma que a mineração, a cafeicultura (mineira) fará do porto de embarque, situado fora do território mineiro, o verdadeiro centro econômico da província. O Rio de Janeiro voltará a desempenhar este papel, como já o desempenhara no século anterior. (...) O café mineiro enriquece a vida comercial do Rio, movimenta a sua economia portuária e contribui, desta forma, para sua expansão urbana. Aproveitando as vias de comunicação, assim criadas, o Setor de Subsistência da economia mineira vai procurar no mercado do Rio o escoadouro dos seus excedentes de produção. Efetivamente, é o Rio o destino da quase totalidade das exportações mineiras de gado bovino e suíno, dos lacticínios e derivados de porco, etc... E, finalmente, é pelo Rio que são importados os produtos que são consumidos em Minas " (49).

Tudo nos leva a crer que tal situação de dependência comercial não se teria alterado profundamente nas três décadas seguintes. Senão, vejamos a comercialização do café mineiro nos anos 20.

A maioria dos cafeicultores vendia sua safra a intermediários agindo por conta própria ou representando grandes firmas. Raros eram os que remetiam diretamente o produto aos mercados mais importantes.

Ao vender "na porta", por muito menos do valor real da mercadoria, o fazendeiro beneficiava os comerciantes de café, por conta própria ou por conta de terceiros, que realizavam grandes negócios em torno do produto, destinado ao consumo interno ou a exportadores.

Portanto, o fazendeiro de Minas, em regra, vendia pessoalmente seu café, entregando-o na estação de embarque, no interior. Pelo menos a metade do café mineiro era vendido no interior, sendo exportado por conta de negociantes. A falta de "bolsas de mercadorias" no interior, o fazendeiro orientava-se do seguinte modo: enviava anualmente ao comissário, no Rio, Santos ou Vitória, duas ou três partidas de café, em meses diferentes. Verificava, então, pelas contas de venda recebidas, a média das despesas realizadas por arroba e o produto líquido apurado, em cada venda, também por arroba. Baseado nestes dados, entrava em negócio de partidas maiores com os compradores locais.

Raramente o cafeicultor cuidava pessoalmente de no-

gócios fora da fazenda. Comerciantes e beneficiadores de café estabeleciam-se geralmente nas sedes dos municípios. " Dos fazendeiros, muitos residiam nas respectivas propriedades, havendo inúmeros que, com o advento da prosperidade, preferiram a alegria e o conforto das cidades à solidão e desconforto dos sítios agrestes. Especialmente quando as estradas de rodagem se ramificavam por todos os lados, nas regiões cafeeiras, e que os automóveis rapidamente por elas trafegavam, notava-se uma espécie de lenta migração dos proprietários rurais para os centros urbanos onde se instalavam em bons prédios" (50).

Em síntese, um número limitado de lavradores vendia pessoalmente, mediante amostras, seu café nos mercados litorâneos. Os demais continuavam apegados ao tradicional "regime do comissário".

São bastante distintas, portanto, as figuras da burguesia cafeeira mineira e paulista. Em São Paulo, "desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade. Pouco a pouco, eles se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabeleceram nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros" (51).

O que deve ficar claro é que, além do fazendeiro, a atividade cafeeira, compreendida desde a produção até a exportação, beneficiava uma série de outros agentes, direta ou indiretamente envolvidos nos seus negócios — como por exemplo o Estado, as empresas de transportes, os diversos intermediários, o sistema financeiro, etc. —, além de possibilitar o vazamento de um excedente, seja para outras atividades, seja para outros Estados. Seria interessante analisar o quanto ele deixava para o próprio cafeicultor, ao final dos anos 20, para verificarmos seu incentivo para permanecer no negócio.

Para tanto, teríamos de analisar os custos envolvidos na atividade. Entretanto, à época, todos os cálculos relativos

à produção agrícola eram feitos sem muito rigor. A ausência de elementos seguros para a base das estimativas dá a esses cálculos grande variabilidade, segundo as fontes.

Vários autores estimaram esse custo (52). Mostram grandes diferenças entre si, segundo o Estado, a região, a zona (terra "cansada" ou "virgem"), o ano, etc. Em geral, discriminam esse custo em custos de formação, produção e de comercialização.

Ribeiro Junqueira em 1927, para uma fazenda no município de Leopoldina, Zona da Mata, com um cafezal de 52.000 pés e produtividade média de 30 arrobas por mil pés, estimou o custo de formação em 8\$240 por arroba, o de produção em 11\$500, e o de venda em 7\$000. Como no momento em que escrevia o café estava cotado a 31\$600, restava um saldo a favor do fazendeiro de 4\$860, correspondendo a 15,4% do preço da venda. Segundo ele, eram muito medíocres, senão precárias, portanto, as condições dos lavradores da Zona da Mata, mesmo em face dos excelentes preços então correntes. Pensava não ser outra a situação no Sul do Estado.

Assim, enquanto deixava ao fazendeiro, por arroba, a minguada quantia de 4\$860, a atividade cafeeira dava ao Estado, só na forma de impostos de exportação, sobre-taxa e taxa ouro, 3\$855, o correspondente a 12,2% do preço de venda. A estrada de ferro Leopoldina, tomada por base a estação de Santa Izaabel, que pouco distava do Rio (9 horas e 15 minutos; o grosso da zona estava sujeito a transporte mais difícil e frete mais elevado), dava 2\$100 por arroba, o que correspondia a mais de 6,6% do preço de venda.

Lembremos que Cano, trabalhando com dados apresentados por Taunay, referentes aos custos de uma fazenda no município de Jaú, no Estado de São Paulo, com alta produtividade (150 arrobas por mil cafeeiros), em 1927, estima que os intermediários financeiros teriam uma apropriação equivalente a 14% do valor bruto da produção cafeeira; o fazendeiro teria um lucro bruto de aproximadamente 25% desse total; o Estado apropriaria 13,5%; os intermediários comerciais 5,5%, as ferrovias 3,4% e a indústria de sacarias 2,3% (53).

À essa precária situação da lavoura cafeeira na Zona da Mata dizia Ribeiro Junqueira, certamente não poderia se manter o cafeicultor, se não encontrasse em outras culturas e

na criação, o indispensável para fazer face às suas despesas. Para essa resistência encontrava também apoio nas lavouras de café formadas em melhores tempos, exigindo, portanto, menor soma para a recuperação do capital empregado.

Segundo ele, "tem o governo mineiro o dever de olhar, com olhos de inexcedível carinho, para a lavoura cafeeira", pois " Minas tem na produção e na tributação cafeeira a firmeza da sua situação econômica e a garantia da sua situação financeira " (54).

De fato, a União e o Estado tiravam, além do proveito indireto do café mineiro com o progresso material das zonas em que ele imperava, benefícios diretos, a primeira com fretes das ferrovias e a incidência do imposto de consumo sobre o produto a taxa relativa ao café torrado ou moído, e o segundo com fretes ferroviários, as fortes contribuições do imposto de exportação, da sobretaxa do café decorrente do Convênio de Taubaté (fazendo parte da receita ordinária do Estado desde 1907), a taxa adicional sobre a saca remetida para fora do Estado, para a defesa do produto, e, ainda, a taxa de estatística. As municipalidades cobravam ainda, o imposto sobre usinas de beneficiamento, assim como o imposto sobre armazéns e depósitos.

Segundo Taunay, em 1927 " ainda era cedo para que se percebessem provas manifestas de franca ruína cafeeira, nas regiões achegadas ao rio Paraíba do Sul. Essa ruína já começara porém; e só não fora e não era mais veloz graças à prodigiosa uberdade das terras, porque em Minas nada se praticava ainda com respeito à aplicação racional de adubos. Incontestavelmente, o café estava seguindo os roteiros do Norte e Oeste. Do curso do Paraíba do Sul alcançara o vale do Rio Doce, como alcançara o Rio Grande " (55).

Nesse ano, devido à restrição de transportes, imprescindível à defesa da enorme safra corrente, muitos fazendeiros se viam apertados pecuniariamente para com o seus credores, por não poderem dar escoamento regular ao seu produto. Viam-se forçados, em tais condições, a recorrer aos bancos, que frequentemente se fechavam para eles, ou então aos " capitalistas " (agiotas), que cobravam juros avultados. Pequenos produtores preferiam mesmo, em vista disso, entregar seus cafés a compradores oportunistas, por preços reduzidos. Alguns da Zona da Mata chegavam a trazer seu produto, de longe, às estações da Leopoldi

na , para aí passarem pela decepção de não poderem embarcá-lo, por já haver sido atingido o limite máximo das remessas que compotiam aos respectivos municípios. Constrangidos, então, e por não existirem armazéns de depósito, vendiam-no muito barato, a 14\$000 ou 15\$000 a arroba, certamente com prejuízo .

3. OS BANCOS EM MINAS

Passemos ao exame da articulação dos bancos com os "negócios do café".

Vimos que a evolução financeira no Império caracterizou-se pela inexistência de formas institucionalizadas de crédito agrícola, com predominância do crédito mercantil, e que os bancos ligavam-se a operações de comércio de exportação e importação.

" Não havendo crédito agrícola no Brasil, via-se o comissário forçado a seguir como banqueiro da lavoura. Os bancos em prestavam sob o crédito do comissário, de sua firma ou pessoal , sob letras endossadas por outros comerciantes, pois recusavam-se , sistematicamente, a aceitar endossos de lavradores, de modo que se criavam interdependências, comerciais perigosas e por vezes ruinosas. Viviam os comissários a cada passo premidos pelos seus comitentes, que lhe reclamavam adiantamentos sobre adiantamentos para alargarem lavouras, adquirirem aparelhamento beneficiador mais eficiente ou atenderem a despesas várias " (56).

Assim, a assistência aos produtores no interior, na magnitude em que se dava era feita basicamente por firmas não bancárias, ligadas ao comércio e/ou casas comissárias. Além disso , existia certa difusão de "capitalistas" particulares que atendiam aos produtores nas necessidades de crédito.

Em fins do século XIX e início desse, sofre uma alteração profunda o mecanismo de comercialização do café. " Observava - se a tendência do exportador em aproximar-se do produtor, passando por cima do órgão intermediário, o comissário (...). A iniciativa do exportador indo às fazendas comprar o café, só visava um alveio: sugar os lucros atribuídos ao comissário e ainda fazer, por este meio, o jogo certo da baixa do gênero. Retirando-se para o interior, deixava o mercado sem procura, o que influiu certamente para a baixa ; uma vez realizada esta, apresentava-se exigente e poderoso ante o fazendeiro, a quem oferecia preços que acompanhavam os de mercado. Isto resultava em prejuízo para o produtor e nenhuma vantagem para o consumidor. Continuava esta a comprar café pelos

mesmos preços; as oscilações nas altas regiões não afetavam as camadas que só conheciam o café aos quilos, às libras, acostumados como estavam a preços sempre a par das grandes altas" (57).

O declínio do comissariado, junto com o surgimento das casas exportadoras, é paralelo ao crescimento da rede bancária e à penetração das agências dos grandes bancos nas áreas do café.

"Mas, o comissariado perdera terreno ante o progresso do aparelhamento bancário e a multiplicação de agências dos grandes bancos, a criação de armazéns gerais, a instituição dos warrants e outros institutos jurídicos. Fato frisante: em 1918, os bancos nacionais paulistas contavam onze agências em todo o Estado de São Paulo; haviam elas subido a 53 em 1924, e a 88 em 1927! O Banco do Brasil, com 4 agências em 1918, passara em 1927 a 16, no Estado de São Paulo. Obtinha-se, agora, o custeio das lavouras, em grande parte, nos bancos. Continuaram, porém, algumas casas comissárias a fornecer adiantamentos aos lavradores, nos velhos moldes de antanho. O Banco do Estado fornecia-lhes (aos lavradores) dinheiro sob o penhor de produtos agrícolas ou primeiras hipotecas de fazendas. Em 1927, faziam adiantamento contra conhecimentos de café de sua produção exclusiva, até o máximo de trezentos contos de réis, para cada operação, a nove por cento anuais e à base de quinze mil réis por arroba. O represamento da produção cafeeira estava exigindo, porém, modificações notáveis no aparelhamento financeiro. Já o custeio de safras relativamente pequenas se mostrava considerável. Fora, em grande parte, o que determinara o aumento do capital de quase todos bancos paulistas, havendo alguns até, tresdobrado os capitais" (58).

Portanto, ocorre na última década da Primeira República uma modificação no padrão de operações do sistema bancário, ao começar a expandir sua rede no interior das áreas do café, particularmente no Estado de São Paulo. Assim, "na década dos 20, inicia o sistema bancário uma débil ligação com o setor primário, e em particular com a produção cafeeira, através do fornecimento de recursos financeiros de prazo curto" (59).

De fato, também em Minas Gerais, se verifica nos anos 20 um surto bancário expressivo (Quadro II.19-A.E.). Dos 21 bancos mineiros existentes em 1925, 14 foram fundados na primeira metade da década. A relação nominal deles, juntamente com a das

QUADRO 11

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS MINEIROS EM 1925 INAUGURADOS APÓS 1920

ANO DA FUNDAÇÃO	NOME DO ESTABELECIMENTO	SEDE	CITÓRIA	AGÊNCIAS
	<u>Bancos:</u>			
1920	Da Paragussuú	Paragussuú	SUL	1
1922	Machadense	Machado	SUL	2
1923	Comércio e Indústria de MG	Bele Horizonte	METALÚRGICA	3
1924	De Arceburgo	Arceburgo	SUL	1
	De Cabo Verde	Cabo Verde	SUL	1
	Comercial de Minas Gerais	Carangola	MATA	1
	De Miraf	Miraf	MATA	1
	Popular Sul de Minas	Santa Rita de Sapucaí	SUL	1
	Comercial e Agrícola de S.S. Paraíso	S. Sebastião do Paraíso	SUL	1
1925	Da Lavrada de Minas Gerais	Bele Horizonte	METALÚRGICA	1
	Oeste de Minas	Formiga	OESTE	1
	Rural de S. Tiago	São Tiago	SUL	1
	Agrícola de Sete Lagoas	Sete Lagoas	OESTE	1
	Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	SUL	1
	<u>Casas Bancárias:</u>			
1921	Compe Lima & Cia.	Guaranésia	SUL	1
1922	Conde, Almeida & Cia.	Frutal	TRIÂNGULO	2
	Odilon Freire & Cia.	Guaranésia	SUL	1
	Ferreira Alves & Cia.	Guaxupé	SUL	1
	J.O. Rezende & Cia.	S. Sebastião do Paraíso	SUL	1
1923	De Santos, Conde & Almeida	Araguari	TRIÂNGULO	1
	Coats Ferreira	Arceburgo	SUL	1
1924	Monici & Gregiani	Caracol	SUL	1
	Banco de Cataguases	Cataguases	MATA	1
	Alves Lima & Cia.	Monte Santo	SUL	1
1925	De Hotelhos Ltda.	Hotelhos	SUL	1
	Banco de Cássia	Cássia	SUL	1
	Forges & Postoura	Conquista	TRIÂNGULO	1
	Tavares, Monteiro & Cia	Guaranésia	SUL	2
	Cia. de Indústrias Reunidas de MI	Pitangui	OESTE	2
	Banco de Varginha de Dias Ferreira & Cia.	Varginha	SUL	1

Fonte: Estado de Minas Gerais - Secretaria de Agricultura (Serviço de Estatística Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp. Oficial, 1929. Ano II (1922/1925), pp. 952/967).

casas bancárias, está no Quadro 11 (complementar ao Quadro 1). Como havia 5 estabelecimentos bancários com sede fora do Estado, funcionando em Minas nesse ano (Quadro II.20-A.E.) e 21 casas bancárias, somava 47 o total deles, disseminados por 70 localidades (de um total de 213 existentes em Minas). Na verdade a maioria absoluta deles serviam apenas ao local de sua sede; somente 3 deles possuíam mais de 10 agências (Quadro II-21-A.E.).

Diversas questões podem emergir dos quadros citados. A primeira delas não tem resposta fácil: por que se verificou uma grande expansão bancária, justamente na década dos 20, e não em outra época? Na verdade essa é a questão fundamental que esperamos esclarecer até o final do capítulo. No entanto, num nível de abstração mais elevado, podemos já sugerir uma pista. Se entendermos essa década como um momento específico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aquele do prenúncio da crise e superação de sua primeira fase — a da economia primário exportadora —, estaremos analisando-a como a transição para uma etapa mais avançada, quando a separação do capitalista-banqueiro, do capitalista-industrial e do comerciante é inevitável. Em outros termos, na década dos 20 as diversas faces do capital cafeeiro vão se libertando. Depois de 30 esse capital mercantil, que era simultaneamente agrário, comercial, industrial e financeiro, é rompido nessas frações.

Até então, a dinâmica da expansão era dada pela evolução do capital cafeeiro. A partir de 1933 a dinâmica do padrão de acumulação passa a ficar na dependência da expansão urbano-industrial, gerada em última análise pelo crescimento do setor produtor de "bens de consumo assalariado" (tanto na agricultura, quanto na indústria) e do setor de bens de produção. O café não é mais, em seu movimento cíclico de expansão, que subordina o padrão de acumulação. O determinante em primeira instância passa a ser a dinâmica urbana-industrial, o em última instância continua sendo a capacidade para importar. No padrão anterior, tanto um, quanto o outro, passavam pelo café; neste não.

Pois bem, o banqueiro só cumpre o seu papel no modo de produção capitalista na medida em que pode superar o fracionamento do capital social numa variabilidade de capitais individuais. Nesta função de mobilização e repasse do capital financeiro é que reside sua importância social. Em outras palavras, o capital bancário evolui na medida em que permite o descongela-

mento do capital monetário, sua mobilização e transferência inter-setorial. Portanto, a constituição de diversas esferas de acumulação próprias, a agrária, a industrial, a comercial, implica numa necessária evolução de um sistema bancário. Numa outra linha teórica, poderíamos dizer: ultrapassada a fase de "auto-financiamento", a tarefa de transmitir fundos de empréstimos entre "unidades de dispêndio" superavitárias e deficitárias leva à multiplicação dos intermediários financeiros.

Pensando a nível concreto, para obtermos uma explicação mais razoável para o surto bancário na década dos 20, temos de articular este sistema financeiro com a esfera real, verificando com que atividades econômicas se dão seus vínculos.

Notamos (ver Quadro 11), que a maioria absoluta (quase dois terços) dos estabelecimentos bancários que surgem entre 1920 e 1925 têm suas sedes (matrizes) na Zona Sul, região — como vimos — produtora dos principais produtos de exportação de Minas: café, gado (principalmente o engordado em invernadas, além do leiteiro) e laticínios. Por outro lado, Belo Horizonte (capital do Estado) e Juiz de Fora (maior centro econômico de Minas até 1930) são os dois municípios que se destacam como praças bancárias de razoáveis proporções, com 6 e 5 estabelecimentos, respectivamente. Já Varginha, Guaxupé e Guaranésia eram servidas por 4 empresas bancárias, e Carangola, Cataguases, Ponta Nova, São Sebastião do Paraíso e Formiga por 3. Todos esses municípios, como vimos (Quadro II.18-A.E.), e com exceção de Formiga, estavam colocados entre os principais produtores de café das Zonas da Mata e Sul.

No entanto, se bem que o surto bancário ocorrido na década dos 20 coincide com a penetração da rede bancária nas zonas do café, concordamos que "a explicação do fenômeno não deve ser procurada na relação direta dos bancos com a produção cafeeira e sim na densidade das atividades econômicas geradas na região por efeito indireto da economia do café" (60). Tal hipótese parece-nos, é confirmada pelo próprio tipo de crédito que os bancos praticavam à época, quando predomina amplamente o crédito de circulação. Como veremos mais adiante, mais de 80% dos empréstimos dos bancos mineiros eram realizados em letras descontadas.

Com isso não queremos diminuir a importância direta do café para as atividades bancárias, como ficará claro quando analisarmos a atuação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, nessa década. É bastante provável também que boa parte dos bancos e/ou

casas bancárias que surgem então, principalmente no Sul de Minas e atuam no repasse de capital originário na comercialização de gado para o financiamento do café.

O que queremos ressaltar aqui é a importância indireta do café para toda a vida econômica da época, o que acaba por atingir os bancos. Por exemplo, "exercendo a sua função indireta, era o café que principalmente abastecia de letras para cobertura os grandes mercados cambiais brasileiros. Os bancos, adquirindo tais letras, com elas constituíam o fundo com que se habitavam a fornecer os saques de que careciam o comércio e a indústria para pagar as mercadorias, assim como as matérias primas e os ingredientes importados; saques de que também necessitavam as administrações públicas federal, estaduais e municipais para a liquidação dos compromissos financeiros no exterior. Regulando desta forma o equilíbrio cambial, que repercutia imediatamente na estabilidade do valor do meio circulante, o café, por fenômeno reflexo, interferia também no aparelho monetário, assim como na formação e sustentação dos preços das utilidades, até em relação às mais geralmente necessárias. Podia-se, pois, dizer sem receio de errar, que até das finanças particulares se tornava instrumento de método e ordem esse produto de importância capital e até então insubstituível" (61).

Em 1925 estão instalados em Belo Horizonte as matrizes do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e do Banco da Lavoura de Minas Gerais, além das agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do Banco do Brasil e do Banco Pelotense.

Na verdade, alguns desses são bancos que figurariam, mais tarde, entre os "grandes bancos mineiros". Já em 1922 o Hipotecário e Agrícola se colocava no oitavo lugar entre os maiores bancos nacionais (62). Ele, ao lado do Crédito Real, se destacava amplamente dos demais bancos de Minas Gerais; possuíam 22 e 16 agências, respectivamente, localizadas nos principais centros produtores de Minas. Juntos, detinham quase 90% do total estadual de depósitos em contas correntes, salientando-se o Hipotecário e Agrícola com mais de 60% (Quadro II.22-A.E.)

O nascimento dos primeiros grandes bancos privados mineiros só se deu com o crescimento comercial e industrial de Belo Horizonte depois da Primeira Guerra Mundial (63). Além de

ser, na época proporcionalmente, a cidade de maior crescimento demográfico do Brasil, como sede do governo ela reuniu inicialmente uma população com poder aquisitivo relativamente elevado, derivado principalmente dos ordenados pagos pelo Estado, o que a tornou um mercado de certa expressão, não só para produtos agrícolas como também para industrializados. Sem dúvida, boa parte do excedente que então circulava na capital do Estado era derivado da arrecadação fiscal exercida sobre o café.

O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais já nasceu grande. Em 7 de setembro de 1922, um grupo de comerciantes e industriais de Belo Horizonte decidiu criar um banco para melhor atender aos seus interesses. É instalado a 1º de janeiro de 1923, com 6.000 contos de capital (o que o faz o maior banco privado de Minas; os únicos que dele se aproximavam eram o Banco Comercial e Agrícola de Varginha com 5 mil contos e o Banco Santaritense, com 4 mil). Em 1923, abre uma agência em Formiga, e em 1924 em Palmira. A evolução dos seus depósitos em contas correntes nos três primeiros anos de existência vai de 10% do total do Estado em 1923 a 12% em 1924 e a 17% em 1925.

O grupo fundador era constituído por Américo Teixeira Guimarães, Christiano Guimarães, Sebastião Augusto de Lima, José Antônio Assunção, comendador Vitorino Dias e Tomaz de Andrade. É interessante investigar a acumulação "primitiva" (prévia) do capital empregado no empreendimento. Em geral o capital em Minas era originário de capital comercial, de capital rural (fazendas) ou então dos benefícios derivados do "paternalismo político", quer dizer, através do Estado. Pela limitação das oportunidades econômicas no restante do Estado, a capital construída a partir de 1897 constitui um "novo horizonte" para a acumulação de capital e, portanto, um polo atrativo para os empresários mineiros (originários do interior). O grande industrial mineiro, em geral, iniciou suas atividades no setor têxtil, mantendo ao lado da fábrica uma casa de comércio (possuía um "caráter comercial" o empreendimento industrial). Posteriormente, diversificam suas atividades, ou adquirindo terras, ou voltando-se para empresas metalúrgicas. Esse é o traço comum. O empreendimento econômico possui feições tradicionais os participantes são ligados através de laços de parentescos (a ascensão social via casamento com jovens de tradicionais famílias mineiras é característica...). Como veremos mais adiante, o papel da especulação imobiliária na formação de grandes fortunas

em Minas é também marcante.

Pois bem, os principais fundadores do Banco Comércio e Indústria não fogem à essa regra biográfica. Américo Teixeira Guimarães era filho de fazendeiro. Foi caldeireiro, carpinteiro, curtidor de couro. Em 1886 fundou a Cia. Cachoeira dos Macacos, uma das mais antigas fábricas de fiação e tecelagem de Minas Gerais, com 80 teares. O capital inicial de 150 contos de réis foi formado à base de poupanças pessoais e de "lavradores amigos". Cristiano Guimarães, filho de Américo, em 1911 substituiu o pai na gerência da Cia. Industrial Belo Horizonte, outra fábrica textil da família, fundada em 1906. Em 1917, fundou, juntamente com 20 acionistas a Cia. Side-rúrgica Mineira com capital inicial de 350 contos de réis e fábrica em Sabará. Em 1921 entrou em contato com a missão belgo-luxemburguesa, associando-se com o grupo belga Aciéries Réunis Burbach-Eich-Dudelange (ARBED), para fundar a Cia. Belgo-Mineira. Expandiu-se a fábrica existente, que contava apenas com um alto forno e, posteriormente, com a adição de um forno SM e de uma unidade de laminação, tornou-se a primeira unidade integrada do Brasil. Finalmente, em 1922 funda o Banco, ao lado de Sebastião Augusto de Lima, cuja ascensão seria enquadrada no caso "paternalismo político".

O Banco da Lavoura de Minas Gerais (Sociedade Cooperativa de Cotas de Responsabilidade Limitada e Forma Anônima) teve sua autorização para funcionar datada de 15 de maio de 1925. Entretanto, sua inauguração só se deu a 12 de junho do mesmo ano, iniciando suas atividades no dia 16 daquele mês. Funcionava pelo tipo das Caixas Raffaisen e Estabelecimentos Luzzatti. A primeira diretoria do estabelecimento era a seguinte: Dr. Hugo Werneck, presidente Dr. Clemente de Faria, diretor-gerente; Dr. Ataliba Sales, diretor-secretário.

Foram 91 os subscritores iniciais das ações de cinquenta mil réis (50\$000) para a constituição do capital inicial de 613:700\$000, o qual, após um semestre de funcionamento do Banco, elevou-se a 948:400\$000. Foi portanto, ao contrário do Comércio e Indústria, um Banco que não surgiu com grandes dimensões. Funcionou, de 1926 a 1928, num acanhado prédio da Rua Caetés, por onde se expandia, também, o comércio na capital mineira. Ali se instalava sua Matriz, e só em 1930 inaugurou sua primeira agência, em Conselheiro Lafaiete.

Os onze incorporadores do Banco solicitaram a seus amigos e coestaduanos a subscrição de ações. Foi fundado com cari-

tais exclusivamente mineiros e dirigido por financistas mineiros. Entre seus fundadores se destacava Clemente de Faria, filho de fazendeiro e latifundiário, criador de gado em Pedra Azul - ex-Fortaleza de Minas, quase fronteira com a Bahia. Em 1910, com 36 anos, foi fazer um curso de Direito em Belo Horizonte. Iniciou então sua carreira de comerciante, com a venda de cadeiras de engraxate e especulação com balanças de pesar. Entre 1915 e 1925 negociou com prédios, confeitarias, águas marinhas etc. fundando ainda a Cia. Mineira de Diversões (proprietária de cinemas, depois de 1930). Foi eleito deputado estadual graças ao prestígio do pai, sendo reeleito diversas vezes. Portanto, fazendeiro, negociante, advogado, político com grande intuição para negócios bancários, e com pretígio pessoal, detinha amplas condições para tornar-se o empresário inovador que foi, pioneiro do crédito popular.

Em 1925, quando surgiu em Belo Horizonte o Banco da Lavoura (64), era quase nula a intimidade do povo com os negócios dos Bancos, que mais operavam com o comércio, a indústria e a lavoura. Em 1926, por inspiração de Clemente de Faria, foi instituída no estabelecimento uma seção de pequenos depósitos, que teve a maior aceitação: em dois meses apenas abriu 600 cadernetas e recebeu centenas de pedidos do interior do Estado. O novo Banco passou a ter, conjuntamente com a clientela de comerciantes e industriais, a do povo em geral.

Buscava atender a todos que o procuravam e não somente os afiançados por garantias de bens imóveis, levando em grande conta as garantias do trabalho individual e do "padrão moral de cada um". Portanto, a característica própria do Banco da Lavoura, que lhe deu grande popularidade, é que, inicialmente, em prestava fundamentalmente a negócios pequenos, com grande facilidade para o cliente, pois não exigia avalista, "confiando na pessoa conhecida". Tornou-se assim um banco "estimado" sem concorrência na área do crédito pessoal. Seu "segredo" era fazer grande número de negócios, ao contrário dos outros bancos que só faziam negócios grandes. Ou, nas palavras de Clemente de Faria: "- o importante é emprestar pouco a muitos".

O novo papel que o Banco da Lavoura passou a desempenhar na vida bancária de Belo Horizonte que constituiu o primeiro golpe sério na agiotagem, que explorava as camadas populares. "Ao mesmo tempo, tornou-se um estímulo de iniciativas, amparando aqueles que desejam produzir, mas não dispunham de capital", se-

gundo constava em folheto de propaganda do Banco.

Em 18 de dezembro de 1928, transforma-se, de Sociedade Cooperativa em verdadeiro Banco, com capital inicial de 3 mil contos de réis. Seu objetivo declarado, em registro na Junta Comercial, constituía "efetuar operações de crédito comercial, industrial, hipotecário, popular e notadamente:

- a) receber dinheiro e outros valores em depósitos simples com ou sem juros, a prazo fixo ou a disposição, de acordo com as tabelas que estiverem em vigor, ou combinação especial entre a diretoria e o depositante;
- b) abrir crédito mediante condições fixadas pela diretoria;
- c) descontar letras de câmbio, promissórias e outros títulos comerciais à vista e à prazo garantido por firmas ou pessoas notadamente abonadas;
- d) incumbir de cobranças e passagens de dinheiro dentro ou fora do Estado;
- e) contratar, lançar, colocar por si ou por intermédio de terceiros empréstimos municipais, estaduais, de empresas ou particulares, encarregando-se dos serviços de juros e amortizações;
- f) subscrever, comprar, vender por conta própria ou alheia, títulos de empréstimo nacionais ou estrangeiros, público ou particulares, letras hipotecárias, ações e obrigações de sociedade ou empresa industrial, comercial ou agrícola;
- g) realizar operações de câmbio;
- h) emprestar pelo prazo máximo de seis meses, sob garantia pignoratícia, de: (1) título de dívida pública estadual ou federal; (2) mercadorias que não forem de fácil deterioração; (3) warrants; (4) ações e obrigações de companhias com valores integralizados;
- i) empréstimos por hipotecas sobre imóveis rurais ou urbanos por prazo máximo de três anos, com ou sem autorização à vontade da Diretoria sob as seguintes condições: (1) os empréstimos não podem ser feitos senão com garantia de primeira hipoteca, cedida de acordo com a lei em vigor. A entrega da quantia emprestada não poderá ser feita senão depois da inscrição em primeiro lugar no registro de hipotecas; (2) os empréstimos feitos sob garantias hipotecárias não poderão exceder a um terço (1/3) do valor dos imóveis urbanos e um quarto (1/4) dos rurais;
- j) realizar operações de crédito popular;
- k) fazer quaisquer outras operações bancárias.

Por fim, queremos ressaltar que, com o crescimento desses bancos, Belo Horizonte, nos dois últimos anos da década au

menta sua participação no total dos depósitos realizados no Estado, de 24% para 28%.

Analisando o movimento bancário em Minas Gerais na década dos 20 (Quadro II.23-A.E.) observamos por um lado, que os empréstimos em letras descontadas têm crescimento muito mais acentuado que os em contas correntes, aumentando sua participação no total de pouco menos de 60% no início para mais de 80% ao final dos anos 20. Por outro lado, os depósitos à vista evoluem muito mais que os à prazo. Eles, que eram menores que os à prazo em 1921, passam a deter em torno de 60% do total dos depósitos. Quanto a relação entre empréstimos e depósitos observa-se que foi variável no período, ora as aplicações superavam os depósitos, ora ocorria o inverso. Minas não se definira ainda como praça de aplicação ou como praça de depósito. Os encaixes que se apresentavam elevados nos primeiros anos da década caem em seguida, como consequência da criação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, na qual os bancos poderiam se socorrer em momentos de falta de liquidez.

Resta analisarmos o sistema bancário mineiro face aos de outros Estados, ou a concentração regional dos depósitos à vista (Quadro II.24-A.E.). Na década anterior, Minas figurava em sétimo lugar quanto à participação no total dos depósitos à vista do país; nos dois primeiros anos da década, passa ao sexto lugar, e em seguida se firma (até 1939, quando sobe para o terceiro posto) como quarto Estado em importância financeira, suplantando Bahia e Pernambuco, principais praças nordestinas. É nessa década, portanto, que os Bancos mineiros começam a assumir posição de destaque no sistema bancário nacional.

O Rio Grande do Sul mantém a terceira colocação também na década dos 20, com fatia expressiva no total dos depósitos, que só se reduz no início da década seguinte, com a grave crise bancária que sofre. São Paulo, que tem participação variando entre um mínimo de 29% e um máximo de 56%, em alguns anos da década dos 20 apresenta volume de depósitos ainda maior que a Capital Federal - principal centro financeiro do país, - que apresentava tendência declinante.

Mas uma característica marcante do sistema bancário mineiro face aos de outros Estados será a ausência inicial e depois a participação inexpressiva, dos bancos estrangeiros em seu território (Quadro II.25-A.E.) O Banco de Londres & Sul América Ltda. instalou uma agência em Belo Horizonte somente a 10 de novem

bro de 1927. Por outro lado, a atuação de bancos privados de outros Estados em Minas é pouco significativa no período áureo dos bancos mineiros. Como vimos, nessa década que analisamos, existiam em Minas, somente 5 agências do Banco Pelotense (que, prestes a entrar em falência em 1930, é encampado pelo Banco do Rio Grande do Sul, governamental) e uma agência em Poços de Caldas do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, inaugurada em 1923.

Essa característica contrasta enormemente com os principais centros financeiros do país, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul; em que pese que em todos eles a participação percentual dos depósitos à vista dos bancos estrangeiros no total do Estado é declinante na década dos 20: acentuadamente em São Paulo - de 74% em 1920 para 18% em 1929 - e no Rio Grande do Sul - de 19% para pouco mais de 2%.

Ocorrem na década dos 20 alguns fatos marcantes da história financeira brasileira. Como mostram Hasenbalg e Brigagão, a história bancária do Império e da Primeira República se caracterizou pelo padrão de alta instabilidade desses empreendimentos: a crise de 1857/8 iniciada nos E.U.A. e Europa; a crise de 1864 de origem interna e localizada na praça do Rio de Janeiro, que culminou na falência de várias casas bancárias; a crise de 1875 em que desmoronou o império econômico de Mauá e alguns outros bancos; o "encilhamento" de Rui Barbosa; a política deflacionista de Murinho, que resulta na profunda crise bancária de 1900. Os autores apontam as seguintes causas para tais ocorrências: a) o impacto das crises externas (através do desequilíbrio na balança de pagamentos e desvalorização da moeda); b) as próprias oscilações da política econômica executada (variações entre as posições papelistas e metalistas, a pluralidade e a centralização emissora, a contenção versus a ampliação dos meios de pagamento); c) a atração exercida pela atividade bancária para investimentos de natureza especulativa; d) a falta de fiscalização e controle da atividade bancária, por parte do governo central (65).

Pois bem, contra essa última causa se institui pela lei nº 4182 de 13 de novembro de 1920 a fiscalização dos Bancos e Casas Bancárias. Organiza-se a Inspeção Geral de Bancos, cujo decreto também estabelece as normas para a instalação e funcionamento dos bancos (66). Segundo Ribeiro e Guimarães "o regulamento e a fiscalização devem ter influído para que a grave crise econômica de 1929/30 não gerasse o pânico observado nas de 1864, 1875 e 1900" (67)

Na verdade, como veremos, "na época da Grande Crise de 29 o sistema bancário estava melhor estruturado, havia um incipiente controle governamental, mais senso de liquidez e maior experiência empresarial no setor. Dessa forma, embora em termos econômicos a crise de 29 tenha sido mais profunda que as anteriores, não se verificaram tantas corridas e fechamento de bancos" (68).

Vemos em Taunay que "a propriedade advinda dos saldos mercantis provocara, como sempre, em meados de 1919, escassez de numerário, dificuldades de desconto nas principais praças do país, porque a maior parte do dinheiro em giro se concentrara no interior, para pagamento de produtos agrícolas pastoris. Melhor organização bancária e sobretudo um banco de emissão e redesconto corrigiria tais perturbações". Segundo ele, "bastaria que ela funcionasse (a Carteira de Redesconto), abrindo aos bancos crédito proporcional ao capital, para que estes estabelecimentos facilitassem o desconto, por saberem onde buscar a compensação em caso de necessidade. A situação vigente não podia perdurar. Bons negócios, por vezes muitos dos melhores, ficaram prejudicados porque as melhores garantias não podiam ser aceitas desde que os bancos não possuíam elementos para descongestionar as respectivas carteiras" (69). A falta de um sistema de emissão e redesconto obrigava os bancos, a manterem um encaixe bastante elevado.

No terceiro trimestre de 1920 agravara-se a crise financeira. O Presidente Wenceslau Brás, depois de pressionado, pelos numerosos debates parlamentares e manifestos de órgãos de classe, resolve fundar, no Banco do Brasil, a Carteira de Redesconto, que começaria a funcionar em 1921.

A Carteira operaria no redesconto de letras de prazo inferior a quatro meses, utilizando emissão especial do Tesouro. A taxa de desconto mínima seria de 5%, podendo ser elevada de acordo com as circunstâncias. A emissão para fins de redesconto teria um teto de 100 mil contos que poderia, entretanto, ser elevado em caso de emergência. Para evitar abuso, seria fixado um teto para acesso de cada banco ao redesconto.

"Uma das razões para a criação da Carteira tinha sido o fortalecimento da posição competitiva dos Bancos Nacionais face aos Bancos Estrangeiros. A ausência de redesconto havia sido apontada como causa da vulnerabilidade dos Bancos Nacionais às crises monetárias e para a preferência do público pelos Bancos Estrangeiros, cujas matrizes

os socorriam prontamente durante as emergências" (70). Assim, as facilidades de redesconto eram sensivelmente maiores para os bancos nacionais em relação aos estrangeiros, apesar destes também poderem recorrer à Carteira. Constatase imediatamente o aumento do volume dos depósitos em bancos nacionais (veja Quadro II.25-A.E.).

Em junho de 1921, também como remédio para atenuar a crise de liquidez e aumentar o giro da moeda (ampliando o uso de cheques), houve a criação de câmaras de compensação em diversas cidades do país.

Na verdade, ainda em 1921 era insuficiente, além de obsoleto, o mecanismo do crédito do qual se socorria a lavoura cafeeira. O comissário, cuja função não era a de fornecer dinheiro, mas que tinha ainda larga clientela, e sempre queria aumentá-la, descontava nos bancos as letras dos fazendeiros, para movimentação de seu capital. Os bancos, de depósito e descontos, cuja função principal consistia em receber dinheiro dos "capitalistas", a juros módicos, para, ganhando as diferenças, emprestá-lo a juros mais altos ao comerciante, não operavam somente com o capital próprio, em geral pequeno. Trabalhavam, fundamentalmente, com os depósitos dos correntistas. Operando sobre estes, alguns a prazos fixos, porém, curtos, e outros à vista, e portanto podendo ser retirados a qualquer instante, geralmente aplicavam apenas dois terços das quantias recebidas, immobilizando por medida de prudência, em caixa, o outro terço, tendo em vista os saques ou retiradas eventuais.

Quando nenhuma alteração ocorria na vida comercial, tudo caminhava mais ou menos bem. Com a vinda da safra do café tudo se pagava, auferindo cada qual o lucro que lhe cabia. Mas, ao menor atrito, toda esta engrenagem emperrava, desorganizando a vida econômica brasileira, causando prejuízos colossais. Para tanto, não era necessário mais que ligeira convulsão política, financeira ou econômica em um dos grandes mercados consumidores de café. Por exemplo, uma demora nas ordens de compra dos Estados Unidos ou da Europa retardava as vendas que o comissário devia fazer, e com cujo produto precisava pagar os adiantamentos aos lavradores, liquidando os descontos das letras nos bancos. Para sair de tal situação, "para fazer dinheiro", largava-se o café por qualquer preço no mercado, o que ocasionava a baixa dos preços e a demora nas vendas. Como consequência fatal surgiam os pedidos de reforma das letras, que os bancos, às vezes, não podiam conceder, por precisarem

contar com este dinheiro para a restituição dos depósitos recebidos a prazo fixo, a coincidir nessas datas.

Então, lavradores e comerciantes, oferecendo cada qual maiores vantagens de juros, recorriam diretamente aos "capitalistas". Estes, por sua vez, para receber as vantagens oferecidas, retiravam os depósitos em contas correntes, não reformavam os de prazo fixo, enfraquecendo assim consideravelmente os encaixes, escasando os recursos bancários.

Em tais situações, era necessário por qualquer forma "fazer dinheiro". O pânico fazia com que todos gritassem contra a falta de numerário. Explicam-se assim as medidas governamentais tomadas para atenuar as crises de liquidez.

Após a posse do novo governo, pelo Decreto 4635-A, de 8 de janeiro de 1923, o Banco do Brasil foi dotado do monopólio da emissão de papel-moeda. Organizado um banco de Emissão e Redescontos - aspiração máxima dos cafeicultores - se consolidaria a política de defesa permanente do café.

"A defesa permanente instituída pelo governo federal a partir de 1922, que, entre as várias medidas preconizadas, estabeleceu o sistema de armazéns reguladores no interior, encerrava contradição, como mostrou Delfim Netto: o café anteriormente depositado nos armazéns gerais, era negociado na base dos "warrants", títulos esses passíveis de desconto bancário; nos armazéns reguladores, o fazendeiro recebia apenas como prova do café armazenado, o conhecimento de transporte e armazenagem, título esse sem negociação bancária. Assim, ainda que os preços externos e internos estivessem altos, a situação financeira do cafeicultor e do intermediário na compra e venda do café era de falta de liquidez, o que colocava o fazendeiro numa inferior posição de negociação, obrigado a vender seu café por preços inferiores às cotações vigentes" (71). Em fins de 1924, com a transferência da política de defesa permanente ao governo do Estado de São Paulo, esse, através do Banco do Estado de São Paulo, passaria a financiar o café estocado nos armazéns reguladores com a emissão de "warrants", e não dos antigos "conhecimentos de embarque".

Minas, como vimos, para desincumbir-se de seu papel na defesa do produto, organizou o serviço de que trata a lei 887, de 19 de agosto de 1925, através do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; "dada a fraqueza do momento, em consequência de

várias causas, dos estabelecimentos bancários". Criado o Fundo de Defesa do Café foi esse Banco encarregado da parte desse serviço, que tinha por fim proporcionar aos produtores empréstimos (sob garantia do café depositado nos armazéns gerais e/ou pelo redesconto de títulos de crédito que representam operações reais sobre o café), ficando assim livres de disporem de seu café, sem a premência de despesas urgentes (essas operações de empréstimo iniciaram-se a 21 de dezembro de 1925).

Na verdade, como vimos no capítulo anterior, desde 1919 (pela lei 740 de 16 de setembro) o Banco de Crédito Real passou a constituir serviço do governo do Estado de Minas, que detinha três quartos de seu capital. O Estado tinha participação não só nesse Banco, como também no Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (através de garantias dadas aos seus capitais), com o intuito de fornecer crédito às "classes produtoras".

Pela Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1921, constatamos que o governo de Minas incentiva "à fundação de novos bancos e agências bancárias no seu território, isentando-os do imposto de indústria e profissão. A de 1923 notifica, entretanto, que uma das conseqüências da inflação da época (pelo aumento dos negócios expressos em papel moeda depreciado e especulação sobre uma produção diminuída) tem sido a multiplicação dos bancos. "A rede bancária já abrange as principais praças de comércio e centros de produção do Estado. No entanto, o desenvolvimento que ocorre no crédito comercial não se observa nas mesmas proporções em relação ao crédito agrícola". Já em 1924 diz: - "O Estado criou a sua Caixa Econômica numa época em que as instituições bancárias eram pouco numerosas e pouco desenvolvidas, o que já hoje não se dá; portanto deve ser deixada à iniciativa privada." Então Raul Soares sustou em todas as agências a emissão de novas cadernetas, suspendeu os depósitos subsequentes em todos os lugares onde existem bancos ou agências bancárias, e pretendia "liquidar gradualmente as agências destas localidades, onde os portadores de cadernetas poderão facilmente transferir seus depósitos para a Caixa Econômica Federal ou para os bancos".

A Mensagem de 1925 afirma que "o capital do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que havia consumido integralmente em prejuízos verificados nas suas operações, na ocasião em que o Estado adquiriu, com a maioria das ações, o controle do estabelecimento, acha-se hoje completamente restaurado e o Banco er. franca

prosperidade". O Estado emprestou ao Banco, naquela ocasião, 10.000 contos a juros de 5%, retidos por 10 anos. Entretanto, "não tendo mais o Banco necessidade desse auxílio, rescindiu os respectivos contratos com o Estado, com o qual convencionou a restituição do empréstimo e juros retidos, no montante de cerca de 14.500 contos, em prestações anuais de 1.000 contos de réis e mais os juros da dívida". Desligado dos contratos anteriores, o Banco adquire mais liberdade de ação.

Em 1926 o Estado integralizou as 23.289 ações de que era possuidor, das 35.000 ações em que estava dividido o capital do Banco de Crédito Real. Centralizava então o Estado neste estabelecimento quase todo seu movimento financeiro: no Rio de Janeiro toda a arrecadação das rendas era feita pela sucursal do Banco, mediante guias expedidas pela Inspetoria Fiscal; assim, também todos os pagamentos do Estado se processavam ali, por intermédio daquela sucursal.

A 11 de junho de 1926 representantes do Estado de Minas Gerais e da diretoria do Banco de Crédito Real fizeram a rescisão dos contratos da Carteira Agrícola de 18/12/1908 e de 12/12/1913, modificando a forma de reembolso das prestações do empréstimo contraído pelo Banco com o Estado e a taxa de juros respectiva, e fizeram o restabelecimento da referida Carteira, de conformidade com a lei 400 de 13/09/1905 e do decreto 2.302 de 21/11/1908, ficando assim novamente instituída, mas com algumas modificações, a Carteira Agrícola, a partir de 30 de dezembro de 1925, a fim de que o Banco fosse beneficiado com a taxa de juros deste contrato e continuasse a auxiliar, com empréstimos, à lavoura e indústrias do Estado, mediante, entre outras, as cláusulas e condições seguintes:

- 1a. Valor do empréstimo do governo do Estado: 13 mil contos de réis;
- 2a. prazo do empréstimo e do seu reembolso: 25 anos em 20 prestações anuais, a partir do quinto ano, contado a partir da assinatura do contrato;
- 3a. juros do empréstimo pagos pelo Banco: 5% a.a., semestralmente, sobre o saldo do empréstimo, que, a arbítrio do governo, poderia ser, com os juros vencidos, elevados a 15 mil contos de réis;
- 4a. formas das operações realizadas pela Carteira Agrícola:
 - a. desconto de letras e promissórias, bilhetes de mercadorias e "warrants" emitidos de acordo com a legislação em vigor;

- b. descontos de letras e notas promissórias aceitas por lavradores e industriais, com a garantia de duas firmas reconhecidamente solváveis;
- c. desconto de ordens sacadas por lavradores ou industriais no Estado, a prazo máximo de quatro meses, sob a garantia de duas firmas idôneas e abonadas;
- d. penhor agrícola ou de apólices da dívida pública federal ou do Estado e de produtos industriais ou agrícolas;
- e. primeira hipoteca de imóveis;
- f. conta corrente de movimento, sob garantia hipotecária ou pignoratícia para custeio das lavouras, aquisição de máquinas, etc.

Na verdade, os contratos hipotecários realizados nas Carteiras Hipotecária e Agrícola do Banco, desde o ano de 1909, a prazos de 5 e 10 anos, eram mal vistos no país pelos insucessos repetidos do crédito real. Eram empréstimos realizados com garantia de imóveis rurais, que sob a exigência de prestações vencidas, muitas vezes passavam para as mãos dos bancos. Assim, as operações bancárias relativas ao crédito territorial, eram, em Minas, como em todo o Brasil, de notória insignificância. A letra hipotecária, que era o principal instrumento desse crédito, jamais teve êxito no Estado. Segundo a Mensagem Presidencial de 1927, "só por meio de empréstimos diretos a bancos será possível alcançar recursos para operações sobre a terra."

A ação do Estado na esfera do crédito hipotecário e agrícola, como foi visto, se dava através dos Bancos de Crédito Real e Hipotecário e Agrícola. Antonio Carlos, na Mensagem de 1928, diz que "o maior funcionamento dessas carteiras dependem de maiores recursos pecuniários, visto que os que provêm do depósito são preferencialmente destinados ao movimento comercial, que proporciona lucros maiores". Esperava, ainda, dotar o Banco de Crédito Real de maiores recursos para empréstimos a agricultores e industriais com a colocação de letras hipotecárias no estrangeiro. É interessante destacar ainda que essa Mensagem constata "um apreciável incremento no Estado de bancos populares" e que houve um Congresso Bancário em Belo Horizonte nesse período (referente ao ano de 1927).

Pelo contrato da carteira da defesa do café, o Banco tinha assumido, em 1925, a incumbência do serviço de empréstimos aos cafeicultores, tendo recebido do Estado naquela data, a quantia

de 5.000 contos de réis. Segundo a diretoria do Banco, "desse ser viço, que tem uma escrita à parte, aufero o Banco apenas uma comi são insignificante que não excederá, uma vez deduzidas as despesas de, um pouco mais de uma dezena de contos de réis". O Banco tinha então instaladas 18 agências; para atender ao serviço da carteira de defesa do café eram necessárias novas agências, requeridas pela diretoria ao governo do Estado e da República.

A Mensagem de 1928 afirma que o serviço de adiantamento de dinheiro sobre "warrants", expedidos pelos armazéns reguladores (encarregados da limitação da saída do café para exportação), vinha sendo feito pelos Bancos de Crédito Real do Espírito Santo, Comercial de Estado de São Paulo e Comercial de Varginha. Até en tão, em adiantamentos à lavoura, já havia sido empregada a soma de 36.345:406\$900.

Em 1928 o Banco de Crédito Real realizou importantes reformas na sua organização: elevou seu capital de 7 mil para 25 mil contos; fez uma reforma nos seus estatutos e uma revisão geral dos contratos entre o Banco e o Estado, visando unificá-los. O Governo estava em vésperas de assinar um novo contrato com o Banco para ampliar a Carteira Agrícola e organizar a de Redescontos, que permitiria maior desenvolvimento das cooperativas de crédito e de bancos regionais. Nesse ano, autorizou também o Banco a realizar um empréstimo externo para prover recursos para o desenvolvimento das carteiras Hipotecárias e Agrícola. No entanto, esta tentativa seria frustrada.

Como vimos anteriormente, já em fins de 1928 se deli neia a crise do complexo exportador cafeeiro. "Quando surgiu a Depressão Mundial de outubro de 1929, ela apenas reforçou uma sê ria recessão pela qual a economia brasileira vinha atravessando desde o último trimestre de 1928" (72).

Interessa-nos aqui a crise de 29 na sua manifesta- ção imediata. À primeira vista, uma crise aparece como simples cri se de crédito e de dinheiro. "Como sua aparição não depende dire- tamente mais que do nível da taxa de juros, pode aparecer, portanto, um pouco antes da aparição da crise comercial e industrial. Porém não é mais que um sintoma, um indício da última, pois a variação no mercado está condicionada por aquelas mudanças na produção que con duzem à crise" (73). Podemos tomar mais um ensinamento des se autor sobre a especulação sobre mercadorias: "a retenção da mer

cadoria e a manutenção dos preços são dificultados também pela alta do juro e a limitação do crédito. Porém, ao mesmo tempo, o elevado nível de preços provoca uma tensão na produção, o aumento da oferta e a contração do consumo, até que, finalmente, ocorre a catástrofe" (74).

Deve ficar claro, pois, que não duvidamos que: "torⁿnando-se permanente a defesa do café não só se promoveu a ampliação da capacidade de produção nos países concorrentes, como, e principal^mente no Brasil, sem correspondente expansão do mercado. Ou seja, a manutenção de um preço alto e a certeza de sua persistência cria^ram uma super-produção interna de fantásticas proporções, e elevaram o grau de concorrência externa. Era cada vez mais difícil financiar a produção de uma mercadoria que se avolumava, sem possibilidades de venda, nos cemitérios de café, como passaram a ser chamados os armazéns reguladores. A Grande Depressão, portanto, veio somente aprofundar uma crise que seria inevitável" (75). Entretanto, gostaríamos de lançar alguns indícios sobre uma vertente da crise de 29 que, a nosso ver, não foi ainda suficientemente explorada pela historiografia econômica brasileira.

Referimo-nos à articulação dos bancos com a especula^ção com mercadoria, no caso com o café. Outro velho pensador alemão, do século passado, também nos dá uma contribuição valiosa para entendermos a essência dos fenômenos: "o capital adiantado com garantia de mercadorias surte o mesmo efeito que se adiantasse median^te o desconto de letras. Se alguém toma em empréstimo uma quantia com garantia de suas mercadorias, é o mesmo que se vendesse suas mercadorias por uma letra dessa quantia e descontasse essa quantia num banco. Entretanto, a antecipação lhe permite reter suas mercadorias aguardando uma conjuntura melhor do mercado e evitar o sacrifício que de outro modo teria de fazer para obter dinheiro com todo aperto (...) Como tudo o que facilita os negócios, facilita também a especulação... quanto maior seja a facilidade com que se possa obter antecipações sobre mercadorias ainda não vendidas, mais antecipações dessas se contrairão e maior será a tentação de produzir mercadorias ou de deixar as mercadorias afastadas do mercado somente para obter este tipo de antecipações em dinheiro" (76).

Pois bem, sugerimos que o armazenamento do café em^preendido pela política de defesa permanente desde 1925, mediante o fornecimento de "warrants" para desconto em bancos, não tardou em converter-se num sistema de armazenamento não só para controle do

preço, como também para conseguir "warrants", sistema que necessariamente conduziria a uma super-produção do café e à hecatombe. Em outras palavras, já não se produzia café porque se conseguiria vendê-lo, mas sim produzia-se simplesmente porque se conseguia financiá-lo...

Vejamos, rapidamente, como se dá teoricamente esse mecanismo de armazenamento "especulativo" de mercadorias. Para se conseguir que os preços subam, o procedimento mais comum consiste em retirar temporariamente do mercado uma parte da oferta da mercadoria. Para que se possa pagar a mercadoria comprada sem vendê-la se mobiliza dinheiro por meio do "regime das letras comerciais". Nesse caso, cresce a demanda de capital de empréstimo e a taxa de juros pode subir como consequência dessa tentativa de controlar artificialmente a afluência de mercadorias ao mercado. Portanto, a alta da taxa de juros (com consequente elevação do lucro bancário) expressa nesse caso uma diminuição artificial da oferta de mercadorias. Como os preços se elevam extraordinariamente, surgem em cena, de maneira ostensiva, os "aventureiros" que operam sem capital de reserva ou sem capital de nenhuma classe, baseando-se, portanto, exclusivamente no crédito monetário. Acresce a isso, o grande aumento de imobilização de capital, com o início em massa de ampliações de capacidade produtiva. O endividamento é geral, os juros sobem às alturas. Quando explode a crise, desaparece repentinamente o crédito, se estancam os pagamentos, se paraliza o processo de reprodução e se produz, ao lado de uma falta quase absoluta de capital de empréstimo, um excesso de capital produtivo ocioso. "Num sistema de produção em que toda a trama do processo de reprodução descansa sobre o crédito, quando este cessa repentinamente e só se admitem os pagamentos à vista, tem que produzir-se imediatamente uma crise, violenta e em atropelada demanda de meios de pagamento. Por isso, à primeira vista, a crise aparece como uma simples crise de crédito. e de dinheiro" (77).

Tendo esse quadro teórico em mente, vejamos como se manifesta a crise em 1929 no Brasil. Para tanto seguiremos a análise do panorama econômico desse ano realizada por Victor Vianna no Retrospecto Commercial do Jornal do Comércio, citado por Taunay (78), em que ele vai buscar as raízes da crise na política econômica e monetária que vinha sendo seguida desde dezembro de 1926. "A defesa do café provocara a super-produção pela elevação do preço e a garantia do financiamento aos fazendeiros. Quem plantasse café

não só em São Paulo como em qualquer outro Estado tinha maiores facilidades de obter crédito. Era o café o produto que pagava, apesar do câmbio vil, e tudo isso concorrera para o aumento da produção. Como o volume das safras e dos cafés retidos prejudicasse os preços, o Instituto do Café mantivera verdadeiro artifício das cotações, comprando em Santos, no Rio e Nova Iorque, graças a um movimento financeiro sustentado pelos empréstimos arranjados pelo Instituto do Café para o Banco do Estado de São Paulo. Lazard and Brothers, de Londres, abriam créditos constantemente renovados para operações diversas e letras hipotecárias ouro, além de 20 milhões de libras. Quando pela crise do desconto em Londres e Nova Iorque, essas facilidades haviam sido suspensas, o Instituto de Café de São Paulo tivera de confessar que se garantia apenas nas remessas dos banqueiros, que não estabelecera nenhum movimento de compensação, tudo precisando suspender. Em outubro, haviam os preços do café caído a 10\$000 no interior, e a 20\$000 nas grandes praças como Santos e Rio, quando dias antes estavam a 35\$000 nos entrepostos do litoral".

Como se pode ver, o imenso círculo especulativo que se montou em torno da valorização do café tem seus segmentos internos e externos. Um a um, esses circuitos vão se queimando.

Inicialmente, em fins de 1928, "a recessão foi acionada não só pela ação deliberada do Banco do Brasil em restringir o crédito e acumular encaixes (o Banco era o líder do sistema bancário, sendo seu comportamento, de certa forma, acompanhado pelos demais Bancos), mas também por um declínio na confiança sobre a continuidade da estabilização cambial, surgido de pressões no mercado cambial que induziram ainda mais o Banco do Brasil a executar uma contração monetária via aumento da razão encaixe/depósitos (...), a decisão do Banco de contrair o crédito em setembro de 1928 foi, essencialmente, motivada por dois conjuntos de circunstâncias. Em primeiro lugar, a Lei de 1908, que regulava as falências de empresas, era extremamente branda, e havia um sistema deficiente de informações cadastrais com respeito à solidez do crédito dos clientes bancários potenciais, tornando a economia cada vez mais vulnerável a problemas cíclicos (sic) (...). Havia, tipicamente, uma sobreexpansão do crédito durante a fase ascendente do ciclo, ocorrendo, próximo ao pico cíclico, uma onda de falências que, por sua vez, induzia os Bancos a restringir o crédito. (...) O Banco do Brasil, especialmente, havia sido fortemente afetado pelo aumento do número de falências desde meados de 1928 (estimava-se que o Banco era

credor em mais de um terço das falências e concordatas durante esse ano) (...) Em segundo lugar, o Governo decidiu apressar... a plena conversibilidade em ouro de toda a circulação, idéia esta baseada na Reforma Monetária de 1926 (...) Assim o Governo procurou aumentar a liquidez da Carteira do Banco pela redução dos prazos de vencimento e risco dos ativos, e pelo aumento dos encaixes. Este objetivo se conciliou à precaução do Banco contra o aumento alarmante das falências, acionando o arrocho creditício de setembro de 1928 (79). Com o conseqüente aumento do número de falências e concordatas, os demais bancos se intimidaram e seguiram o exemplo.

Vinha o Instituto de Defesa do Café, através de créditos externos, principalmente com Lazard Brothers & Co. Ltd em Londres, conseguindo manter os preços relativamente estáveis. Com a organização da defesa haviam entrado £ 5 000 000 para adiantamento sobre conhecimentos de embarque e £ 3 750 000 para letras hipotecárias, além dos grandes valores-ouro obtidos com os cafés vendidos a bom preço. Entretanto, em 1928/29 a massa de capital especulativo de curto prazo, principalmente de origem inglesa, que girava em órbita mundial, facilitando o endividamento externo das nações periféricas capitalistas produtoras de bens primários, se dirige para a Bolsa de Valores de Nova Iorque. Ocorreu então uma carência mundial de ouro, todo absorvido pelo mercado americano, onde encontrava juros fabulosos, devido à especulação de títulos, que então atingia o auge.

Devido à crise aguda em que entram os mercados estrangeiros, torna-se impossível quaisquer operações de crédito externo, o que faz com que o Instituto necessitasse que o Governo Federal lhe abrisse, no Banco do Brasil, o crédito de 100 000 contos de réis, com caução de conhecimento de café, para assim prosseguir o plano de Defesa. O empréstimo lhe é negado. Segundo Washington Luís a defesa do café não lhe interessava mais...

Dada a situação de Nova Iorque, que impedia a consecução de créditos no estrangeiro, e dada ainda a deflação que o Banco do Brasil mantinha para facilitar a defesa do câmbio, tendo lhe negado o redesconto, o Banco do Estado de São Paulo tem de fechar, por sua vez, o crédito aberto a outros bancos.

"A 5 de outubro de 1929 passou a cidade de Santos por fortes emoções, que um jornal local, a "Praça de Santos", narrou ao referir que a situação do café se tornara sobremaneira alarmante.

Soubera-se pela manhã, muito cedo, que as agências bancárias do interior não descontavam saques sobre qualquer firma da praça santista. Neste sentido teriam recebido ordens terminantes das matrizes (...). Chagara-se a uma situação penosa: o café rolava pela encosta do abismo. No interior não tinha preço (...) Acusações gravíssimas se faziam contra banqueiros acusados de sabotarem as finalidades do Instituto do Café e do Banco do Estado com o fito de realizarem fabulosos lucros, à custa da lavoura paulista (...) Os jornais noticiavam o fato de que o Banco do Estado suspendera o financiamento à lavoura (...). O que houvera de fato fora o seguinte: o Instituto do Café contava com mais um empréstimo tentado mas não conseguido, dada a situação política do país e sobretudo a crise dos mercados financeiros mundiais. O Banco do Brasil comprometido na faina de sustentar a política de estabilização não pudera nessa aflitiva emergência amparar o Banco do Estado de São Paulo. Nesta ocasião esboçara-se a forte pugna presidencial para a sucessão do Dr. Washington Luis e os acontecimentos cafeeiros serviam de ensejo a que a imprensa oposicionista fizesse ao governo acerbadas acusações, arguindo-o entre outras coisas de distribuir somas para fins políticos, etc" (80).

Em Minas, como vimos, Antonio Carlos na sua Mensagem ao Congresso Mineiro de 1930 imputa à hostilidade dos adversários na campanha presidencial, as dificuldades do crédito ao Estado: "Ministrando falsas informações, a fiscalização bancária conseguiu que se fechasse o Banco do Brasil para operações de redescontos dos principais bancos mineiros e se criassem os maiores embaraços às transações mantidas com esse Banco dentro de Minas".

Não temos muitas informações de como reagem os bancos mineiros à crise de 29. Aprofundaremos essa questão no próximo capítulo. De imediato, podemos dizer que o único Banco, dos que atuam em Minas, que desaparece com a crise é o Pelotense, que possuía 5 agências em território mineiro. No entanto, sua encampação pelo Banco do Rio Grande do Sul - em relato dramático, efetuado por um autor gaúcho - envolve todo sistema bancário rio-grandense, imerso numa profunda crise no período de 1929-1931, "com três etapas diferentes e sucessivas, que foram:

1a) a crise estadunidense de 1929, e o conseqüente desequilíbrio absoluto do Banco do Rio Grande do Sul, com um relativo ciclo de repercussões;

2a) a falência do Banco Popular, em abril de 1930, com a repercussão imediata sobre os outros bancos, mas particularmente sobre o Banco Pelotense, salvo então pela intervenção moral e material do governo do Estado;

3a) a liquidação do Banco Pelotense, em 1931, repercutindo fortemente sobre os outros bancos, e terminando com a criação da Caixa de Mobilização Bancária" (81).

Parece que os fatos que levaram o Banco Pelotense à queda têm mais relação com questões gaúchas, entre as quais cita-se a fundação, em 1928, do Banco do Rio Grande do Sul (governamental), que levou à transferência dos depósitos do Tesouro do Estado, da Viação Férrea e de outros departamentos do governo, do Banco Pelotense para o novo banco. Essa "sangria" de depósitos foi acompanhada pela retirada de um grande número de depósitos particulares, golpe do qual o Banco não se recuperou mais. Segundo Fontenla, "a quebra do Banco Pelotense atingiu profundamente a economia mineira e a gaúcha" (82). Devemos observar, por fim, que o Banco Pelotense dividia com o governo do Estado do Espírito Santo, possuindo a "maioria", a participação no Banco do Espírito Santo, um dos encarregados do serviço de adiantamento de dinheiro sobre "warrants" expedidos pelos armazéns reguladores do café em Minas.

O mesmo Fontenla afirma que "a crise de 1929/30 mostrou como os bancos, principalmente os que fornecem crédito à especulação ou empréstimos além de suas posses, criam desajustamentos graves, pois, não podendo resistir à corrida bancária que sempre se verifica nessas ocasiões, abrem falência, atingindo a todos os empreendimentos a eles ligados".

Outros autores parecem não concordar com ele. Por exemplo, Neuhaus, para quem "o sistema bancário provou ser surpreendentemente estável durante a Depressão. No Rio, em 1929, registraram-se apenas três suspensões de pagamentos (de dois pequenos bancos nacionais e de um banco estrangeiro relativamente pequeno), e em 1930 a suspensão de um banco gaúcho cujos ativos foram liquidados pelo governo estadual. Mesmo durante eventos como as revoluções de outubro de 1930 e julho de 1932 não houve maiores corridas dos bancos, exceto num breve período, em outubro de 1929, quando ocorreu pânico bancário em São Paulo e Santos" (83).

Na verdade, diversas firmas comissárias de Santos foram forçadas a recorrer aos pedidos de concordata e falência.

Segundo Taunay (84), surgiram logo as dificuldades de origem jurídica. A controvérsia que centralizava as atenções na praça de Santos girava em torno do valor do título de crédito emprestado ao conhecimento ferroviário. Como se sabe, os negócios de financiamento de café pelos bancos e casas comissárias se faziam sobretudo sobre a base dos conhecimentos de embarque dos lotes nas estradas de ferro. E mais se acentuara esta modalidade a partir de 1926, ao se esboçar a política de retenção nos reguladores do interior. Os advogados do forum santista nas discussões de falências e concordatas de seus clientes alegavam que tais documentos não passavam de meros contratos de transporte, sem valor de título de crédito negociável e transferível por endosso. Tiveram seus pontos de vista aceitos por uma das câmaras do Tribunal de Apelação de São Paulo. Com isso achava-se em jogo a própria estrutura financeira do país, ameaçados os bancos de ruína total, detentores como eram, de cerca de 13 milhões de sacas de café em conhecimentos ferroviários, se acaso pudesse prevalecer, eventualmente, a tese defendida pelo advogado requerentes daquelas reivindicações.

Com a revolução de 1930, assume o Ministério da Fazenda do Governo Provisório o banqueiro paulista José Maria Whitaker. Logo, pelo decreto nº 19473 de 10 de dezembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas, Whitaker faz prevalecer os interesses de sua fração de classe, dando ao conhecimento ferroviário o valor de autêntico título de crédito.

A burguesia bancária já impunha sua presença na cena política, em desfavor da burguesia mercantil-cafeeira.

Pensamos ter confirmado neste capítulo - referente à década de 1920 - a conclusão que chegamos no anterior: houve um intenso relacionamento do Estado da Primeira República, em Minas, com os bancos estaduais. Exemplo disso, nesse período, é a centralização no Banco de Crédito Real de Minas Gerais de todo seu movimento financeiro, o estabelecimento da sua Carteira Agrícola com o fim de amparar, com empréstimos, a lavoura e a indústria, e a execução através deste Banco da "política de defesa do café".

No entanto, houve uma mudança marcante na história bancária mineira, nessa década: a ampliação dos negócios bancários, com o crescimento comercial e industrial de Belo Horizonte, deu oportunidade para surgirem os primeiros grandes bancos privados de Minas.

Veremos no capítulo seguinte a consolidação desses bancos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS REFERENTES AO CAPÍTULO II:

- (01) ALVIN, A. "Confrontos e Deduções". Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), BH, Imp.Ofic., 1927, p.90.
- (02) Conf. CANO, W. op.cit., p. 46.
- (03) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. No Limiar da Industrialização. Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, mimeo, 1976, pp.13/14.
- (04) CASTRO, A.B. - op.cit., p.89. Para São Paulo esse fato pode não ter se dado dessa forma, tendo em vista, a notável expansão da fronteira agrícola em suas regiões da Moroeeste e Alta Paulista.
- (05) SECRETARIA DE AGRICULTURA (Serviço de Estatística Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais ano II (1922-1925). BH, Imp. Ofic., 1929, p.955.
- (06) CARVALHO, Afrânio de (do Serviço de Estat. Geral da Secretaria de Agricultura), A Actualidade Mineira. BH, Imp.Ofic., 1929
- (07) idem, ibidem, p. 44.
- (08) idem, ibidem, p.48.
- (09) idem, ibidem, p. 51.
- (10) idem, ibidem, pp. 51/63. Tudo que vem a seguir sobre a pecuária mineira é baseado nesse autor, que constitui uma rica fonte de informações; para não tornar-se repetitivo, evitaremos citá-lo.
- (11) BERNARDES, Arthur. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1921. BH. Imp. Ofic., 1922, p.84.
- (12) CARVALHO, op.cit., p. 63.
- (13) LIMA, J.H. Café e Indústria em M.G. (1870-1920). Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH - UNICAMP, 1977, pp.98/9
- (14) CARVALHO, op. cit., p.86.
- (15) BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira V (Indústria). BH, s/ed., 1968, p. 12.
- (16) ANDRADA, A.C.R.. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1930. BH, Imp. Ofic., 1930, p. 205.
- (17) CARVALHO, op. cit., p. 88.

- (18) BDMG, op. cit., p. 12.
- (19) Entre outros, destacamos:
- BAER, Werner. Siderurgia e Desenvolvimento Econômico. RJ, Zahar, 1970.
 - BASTOS, Humberto. A Conquista Siderúrgica do Brasil. SP, Livraria Martins Fontes, 1959.
 - LIMA, Heitor Ferreira. A Formação Industrial do Brasil.
 - PELAEZ, Carlos Manuel. História da Industrialização Brasileira. RJ, APEC, 1972.
 - SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op. cit., pp. 49/58.
 - BDMG. "Evolução Cronológica da Siderurgia Brasileira" in op.cit., pp. 124/137.
 - SINGER, Paul. op.cit., pp. 236/248.
- (20) SENNA, Nelson. A Terra Mineira. BH, vol.I, p.240.
- (21) SINGER, P., op.cit., p. 243.
- (22) SINGER, P., op.cit., p. 248.
- (23) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op.cit., p.53.
- (24) Para o caso da economia cafeeira nacional, veja:
- MELLO, J.M.C. de. O Capitalismo Tardio, Campinas, Tese de Doutorado em Economia pela UNICAMP, 1975.
- (25) CARVALHO, A., op. cit., pp. 94/5.
- (26) Idem, Ibidem, p. 93.
- (27) ALVIN, A., op.cit., p. 79.
- (28) Idem, Ibidem, pp. 86/7.
- (29) Idem, Ibidem, p. 91.
- (30) CANO, W., op.cit., p. 43.
- (31) Também chama a atenção para os problemas enfrentados pelo governo mineiro na área da atividade econômica básica, a produção agrícola, em 1922. Queixavam-se então os agricultores de escassez de braços para a lavoura (apesar de Minas ser na época o Estado mais populoso da nação!). Segundo a Mensagem, o alastramento excessivo da criação de gado nas regiões agrícolas ocasionava o despovoamento do território mineiro. Assim, a reconversão de terras em plantações só para subsistência e a transformação em pastagens do restante da propriedade provocava o êxodo

- dos trabalhadores rurais para outros Estados (em busca de melhores salários, elevados em virtude da alta do café e dos trabalhos de desbravamento de terras virgens).
- (32) CARVALHO, Daniel. As Finanças de Minas Gerais. Estudo de Economia e Finanças. RJ, Agir, 1946, p. 152.
- (33) Antonio Carlos empenhava largamente, na campanha eleitoral para a presidência, os recursos do tesouro público do Estado. SOBRINHO, Barbosa Lima. A verdade sobre a Revolução de Outubro - 1930. SP, Alfa-Omega, 1975. p. 172.
- (34) Carvalho Brito, único político mineiro que apoiava a candidatura de Júlio Prestes, opositor, portanto, a Antonio Carlos, era diretor do Banco do Brasil. idem, ibidem,
- (35) Conf. WIRTH, J.; op.cit.
- (36) Devemos observar (Quadro 10) a extraordinária diferença entre os montantes da receita e da despesa do Estado de São Paulo e os de Minas Gerais, mais similares aos do Rio Grande do Sul.
- (37) O texto completo da lei encontra-se em: MAGALHÃES, Hildebrando de. Subsídios para a História do Café em Minas Gerais. Minas e o Bicentenário ..., op.cit., pp. 368/9.
- (38) Para a adição de medidas de limitação de saída do café, pelo sistema de armazéns reguladores, assinaram-se diversos convênios. Pelo "Segundo Convênio Cafeeiro", em 28 de maio de 1927, os estoques deveriam ser distribuídos em cada porto segundo as seguintes porcentagens: porto do Rio de Janeiro - MG: 57%; RJ: 25%; ES: 13%; SP: 5%; porto de Santos - continuava a ser obedecido o critério de regular as entradas de cafés paulistas e mineiros naquele porto pela quantidade embarcada no mês anterior. Já para o "Terceiro Convênio Cafeeiro", em 14 de setembro de 1929. Depois de um acirrado debate entre o presidente do Convênio e o representante de Minas (que queria tornar os princípios básicos da defesa mais elásticos de maneira que pudessem os Estados, em casos especiais, aumentar as respectivas saídas) foi prorrogado em todos os termos o Convênio anterior. Os textos dos diversos acordos mais os debates em torno deles encontram-se em TAUNAY, A.E.. História do Café no Brasil. No Brasil República: 1927-1937 (Tomo I), RJ, DNC, 1942. Vol. 13, pp.129/131; 235/6; 333/341.

- (39) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op.cit.; p.90.
- (40) Para tanto estaremos baseando na obra fundamental de Affonso de E. Taunay sobre a História do Café no Brasil, e na série de artigos e monografias sobre o café em Minas, que durante o transcorrer do bicentenário do cafeeiro no Brasil (1927) foi produzida.
- (41) TAUNAY, A.E.. Pequena História do Café no Brasil. RJ, D.N.L., 1945, pp. 532/3.
- (42) Idem, Ibidem, p. 534.
- (43) Veja: CANO, op.cit., pp. 46/7.
- (44) LIMA, J. H.. op. cit., p. 100.
- (45) Há uma certa polêmica em torno do período em que se dá a introdução do café no Sul de Minas. Uns, como Hildebrando de Magalhães ("Subsídios para a História do Café em Minas Gerais" in Minas e o Bicentenário..., pp. 354/5), afirmam que o cafeeiro penetrou na região em fins do século XVIII; outros, como Sócrates Alvim ("Projeção Econômica e Social da Lavoura Cafeeira em Minas" in Minas e o Bicentenário..., p.47), dizem que tudo parece indicar que o café chegou ao Sul de Minas em virtude da expansão cafeeira do oeste de São Paulo, isto é, depois de 1835. Uma coisa porém parece certa: pode-se distinguir dois ciclos de penetração do café em Minas: o ciclo da Zona da Mata e o da Zona Sul. As lavouras do Sul, já na segunda metade do século XIX, depois que se iniciou a fase de culturas intensivas, se expandiram para o Sudoeste, para alcançarem enfim o oeste (Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso, Oliveira e Campo Belo). Daí a linha nítida de separação que em toda a "Etapa cafeeira" se verifica no Estado entre as lavouras oriundas do solo fluminense e entradas pela Zona da Mata, e as que penetraram pela Zona Sul.
- (46) GIROLETTI, D.A.. Industrialização e Urbanização de Juiz de Fora (1850-1930). BH, Tese de Mestrado pelo DCP-UFMG, mimeo, 1976.
- (47) Citado em TAUNAY, op.cit. (vol.XII), pp. 364/5.
- (48) A São Paulo-Minas, a Mogyana, a Leopoldina, a São Paulo RY, a Vitória-Minas e a Bahia-Minas eram empresas particulares.

A Paracatú pertencia ao Estado. A Central do Brasil e a Rede Sul-Mineira eram de propriedade do governo federal, sendo que esta última foi arrendada ao Estado de Minas na década dos 20.

- (49) SINGER, op.cit., p.212.
- (50) TAUNAY, op.cit., (Vol.XII), p. 367.
- (51) SILVA, S. - op. cit., p.59.
- (52) Para Minas Gerais, veja:
- JUNQUEIRA, R.. "A Tributação e a Produção Cafeeira de Minas Gerais" in Minas e o Bicentenário..., op. cit., pp.205/217
- ALVIM, S. & CLEROT, L.F.. "A Cultura" in idem, pp. 130/1
- Para São Paulo consultar:
- TAUNAY, op. cit.. Vol. 12, cap.LXVIII, pp.306/310: o custo da produção em Jaú e em Ribeirão Preto; cap. LXXVI, pp.370/373: o depoimento sobre uma zona recente de cafeicultura, o noroeste paulista em 1927. Vol. 13, cap. XVI, pp.294/300: o custo de formação de uma fazenda de café na zona nova e os custos da produção nas zonas velha, madura e nova.
- (53) CANO, op. cit., p.82
- (54) JUNQUEIRA, op. cit., p. 217
- (55) TAUNAY, op. cit. (Vol.XII), p. 370
- (56) TAUNAY, Pequena História ..., p.173
- (57) Idem, Ibidem, p. 271
- (58) Idem, Ibidem, p. 404
- (59) HASENBALG E BRIGAGÃO, op. cit., p. 27
- (60) Conf. HASENBALG e BRIGAGÃO, op. cit., p. 19
- (61) TAUNAY, op. cit. (Vol. XII), pp. 258/9
- (62) WIRTH, (op. cit., p. 83) também sugere algo nessa direção.
- (63) SENNA, Nelson de. A Terra Mineira. BH, Imp. Oficial, 1926, p.315
- (64) Denominação escolhida por capricho pessoal de Clemente Faria, e não indicadora de nenhuma especialização na área.
- (65) HASENBALG e BRIGAGÃO. op. cit., pp. 23/24
- (66) Decreto nº 14728 de 16/3/1921: aprova o regulamento para a fiscalização dos bancos e casas bancárias; o texto completo

pode ser visto em: BRANDÃO; A.Caldas. Legislação Bancária. RJ, A.Coelho Branco Fº Editor, 1954, pp.342/358

- (67) RIBEIRO, B. & GUIMARÃES, M.M.. História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro no Brasil. RJ, Ed. Pró-Service, 1967.
- (68) LEVY, M. Bárbara. História dos Bancos Comerciais no Brasil. RJ, IBMEC, 1972, p. 106
- (69) TAUNAY, op. cit., (Vol.XII), pp. 7/8
- (70) NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil: 1900-45. RJ, IBMEC, 1975.
- (71) CANO, op. cit., p. 44
- (72) NEUHAUS. op. cit., p. 88
- (73) HILFERDING, Rudolf. El Capital Financeiro. Madrid, Tecnos, 197, pp. 302/3
- (74) Este é um anunciado geral e não para uma mercadoria específica como o café em termos de elasticidade da demanda.
- (75) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op.cit., p. 102
- (76) MARX, Karl. El Capital. México, F.C.E., 1973, Vol.III, pp.387/8
- (77) Idem, Ibidem, p. 460
- (78) TAUNAY, op. cit. (Vol.XIII), p. 374
- (79) NEUHAUS, op. cit., p. 89
- (80) TAUNAY, op.cit. (Vol.XIII), p. 355
- (81) OLIVEIRA, Alcebiades. Um Drama Bancário (O Esplendor e a Queda do Banco Pelotense). PA, Globo, 1936
- (82) FONTENLA, Vicente Paz. História dos Bancos no Brasil. RJ, s/ed.; 1975, p. 19 e 25.
- (83) NEUHAUS, op.cit., pp. 11415
- (84) TAUNAY, op. cit. (vol.XIII), pp.365/6

BANCOS NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)

"A missão dos bancos é facilitar os negócios. Tudo o que facilita os negócios, facilita também a especulação. Os negócios e a especulação vão, em muitos casos tão intimamente unidos, que é difícil dizer onde acabam os negócios e onde começa a especulação... Onde queira que existam bancos pode obter-se capital mais facilmente e mais barato. A barateza do capital dá asas à especulação, assim como barateza da carne e da cerveja dá asas à gulodice e à embriaguez". 1834 - Gilbert (1).

Em 1929 o café de Minas Gerais alcançou o auge de seu segundo grande ciclo de expansão. Seu valor de exportação atingiu o máximo - 648.000 contos, o que significava 60,5% do valor da exportação mineira -, caindo em 1930, com a crise, para 273.000 contos de réis. Com sua queda, fez com que caísse em 48% o valor da exportação total de Minas.

Inicia-se uma fase de transição para a economia mineira.

Pois bem, interessa-nos neste capítulo saber quais as mudanças na estrutura produtiva de Minas nos anos 30 (período da recuperação da crise de 1929) e como os bancos se articulam com o "novo" quadro da economia mineira, sob as condições institucionais imprimidas pelo primeiro Governo Vargas.

1. O REAJUSTAMENTO ECONÔMICO DE MINAS

Vejamos as transformações pelas quais passou a economia de Minas Gerais no período de recuperação à crise de 1929.

Sensíveis são as mudanças ocorridas na estrutura produtiva agrária mineira no período 1930-1945. Acompanhemos o Quadro 12, referente à área das principais culturas, que mostra as transformações na estrutura da oferta de produtos agrícolas. Essas modificações, em última análise, podem sugerir a transferência de recursos entre as principais culturas.

Sabemos que "com o objetivo de reduzir a capacidade de produção a um nível compatível com o consumo mundial, o Conselho Nacional do Café, passou, em abril de 1932, a cobrar um imposto de 1 mil réis por novo cafeeiro plantado. Em novembro do mesmo ano, foi proibido o plantio de café no Brasil, exceto no Paraná e nos Estados que tivessem menos de 50 milhões de cafeeiros. Esses Estados poderiam plantar até aquele limite" (2).

Portanto, não surpreende que de 1932 a 1936 a área cultivada do café em Minas tenha permanecido estagnada em torno dos 800.000 hectares. Enquanto isso, esse principal produto de exportação do Estado vai perdendo posição relativa no total da área cultivada em favor de culturas para mercado interno. Assim, sua participação cai, nessa época, de 43,25% para 30,09%. O cultivo da cana de açúcar, depois de decrescer em 1932 e 1933, cresce em 74%, de 1931 a 1937, superado apenas pelo do feijão, com 161%. O milho, após ter alcançado participação máxima em 1935, com 45,44% da área cultivada total, tem diminuída sua parcela.

No entanto, esse grupo, no período da guerra - 1939-1945 - adquire papel de destaque na agricultura mineira. Somado ao café, detém em média pouco mais de 95% da área cultivada total, representando o milho, cerca da metade dessa área. O café, que anteriormente praticamente dividia com o milho a área total das lavouras em Minas (veja Quadro 4), tem sua área totalmente declinante no período, (para o que cooperou também a "broca", praga que assolou os cafeeiros mineiros em 1935); em 1942, chega a representar somente 18,21% da área total. Sem dúvida houve uma erradicação do café em Minas, nesses anos.

Por quais produções foi a do café substituída? Roquete Reis afirma que "alguns cafeicultores mudaram de ramo. Em Minas, na

QUADRO 12

ÁREA CULTIVADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS (1930-1945)

BASE - 1931 = 100

ANOS	ÁREA TOTAL	CAFÉ (I)			CANA (II)			MILHO (III)			ARROZ (IV)			FEIJÃO (V)			TOTAL (I a V)
		ha	Índice	%	ha	Índice	%	ha	Índice	%	ha	Índice	%	ha	Índice	%	
1930
1931	2837828	724320	100	39,41	44930	100	2,44	773330	100	42,08	128000	100	6,95	99740	100	5,21	18,10
1932	2104172	805500	112	43,25	23190	52	1,24	761020	98	40,70	96640	75	5,17	108340	108	5,38	18,74
1933	2104598	811398	111	38,08	42360	94	2,01	941180	121	44,72	115400	90	5,48	112700	117	5,37	19,01
1934	2161524	798000	110	36,92	70510	157	3,26	959630	124	44,39	126030	98	5,83	113700	119	5,26	19,16
1935	2043710	800000	110	30,39	69000	153	2,61	1200000	155	45,44	201200	157	7,62	201000	201	8,37	20,45
1936	2125340	800000	110	30,82	71200	158	2,74	1073450	139	41,36	202000	158	7,78	211230	211	8,65	20,11
1937	2133340	780000	112	30,54	76200	174	2,94	1056300	137	39,73	203000	159	7,62	200000	201	9,11	19,17
1938	2460310	800000	116	28,37	76347	170	2,58	1256221	162	42,44	226122	177	7,64	239271	239	8,07	21,08
1939	2940043	704081	125	30,19	76324	170	2,55	1389752	180	46,38	291017	227	9,72	202110	211	6,75	21,33
1940	2128605	743867	103	25,02	79413	177	2,67	1467751	190	49,37	304817	238	10,11	233000	233	7,34	21,11
1941	2817401	694000	92	21,10	62603	184	2,93	1477643	191	52,44	303697	237	10,78	210710	241	8,19	21,11
1942	2722281	499420	69	18,21	67354	194	3,18	1467607	190	53,52	313769	245	11,40	246222	257	8,58	23,11
1943	2867367	738000	101	25,41	86230	192	3,01	1402235	181	48,90	303852	237	10,60	240014	251	8,18	21,11
1944	2535727	620000	73	18,00	127976	285	4,36	1198522	155	40,82	486892	320	16,58	366300	364	11,18	21,11
1945	2605172	512000	70	21,22	104850	233	4,02	1000049	129	38,59	366815	286	14,05	370078	391	11,33	21,11

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Vários anos.

Zona da Mata, o café cedeu lugar à cana e mais uma vez à pecuária leiteira" (3). Não temos os dados discriminados por região fisiográfica, entretanto, fica claro, pela sua pequena importância em área cultivada (em torno de 3% da total), que a cana não se constituiu na produção substituta do café em todas as regiões cafeicultoras mineiras, apesar de que seus índices de crescimento - tanto em área quanto em quantidade produzida -, serem significativos; sua importância cresceu bastante após meados da década dos 40.

Com a decadência gradativa da agricultura de exportação - a do café - os cafeicultores destinaram parte de suas terras, quer à pecuária (rebanho leiteiro e também gado de corte), quer à agricultura de subsistência - alimentos simples para uma população tipicamente rural (75% da população recenseada em 1940): arroz, feijão, milho e mandioca -, linhas de menor resistência à diversificação produtiva.

Independentemente da reconversão de recursos do café devemos destacar o fato de extraordinária importância, de que, no caso do arroz e do feijão, ambos, que somaram área de 220 mil ha. no início do período, totalizaram 740 mil ha. nos últimos anos da Guerra. Entretanto, essa expansão poderia conduzir a uma apreciação equivocada, se pensada exclusivamente no "encolhimento" cafeeiro. O Quadro 12 é claro: tomado o período 1930/39 os cultivos de arroz e feijão, juntos passam de 220 mil para 490 mil ha. sem utilizarem terras do café. Sem dúvida, houve significativa expansão da agricultura para mercado interno em Minas, no período da recuperação da crise de 29.

No que se refere à área cultivada, como vimos, são marcantes tanto o crescimento, quanto o ganho de posição relativa do arroz, feijão e cana. O milho declina um pouco nos últimos dois anos da série.

Esses quatro produtos mais o café representam em média no período 1930-1945 cerca de 85% do valor total da produção agrícola em Minas Gerais (Quadro III.3-A.E.). Persiste flagrantemente ao longo de toda essa série a tendência declinante da participação do café no valor total, ao ponto de, entre 1933 e 1942, cair de 45,61% para 11,52%. Neste último ano, por exemplo, só o valor de produção da cana não superava o do café, mas dele chegava perto. Arroz e feijão se destacam com extraordinária tendência ascendente nos seus valores de produção, enquanto cana e milho oscilam suas

participações.

Resta verificar se esses crescimentos nos valores da produção são puramente nominais ou se são acompanhados efetivamente de uma elevação na quantidade produzida. Sabemos que no período da 2a. Guerra Mundial vigoram altas taxas inflacionárias, porém, com contenção dos preços dos produtos agrícolas.

Passemos então ao Quadro III.4-A.E., que mostra a quantidade produzida dos principais produtos agrícolas em Minas no período 1930-1945. O que ressalta de imediato é a queda na produção cafeeira, principalmente após 1937, consequência natural da erradicação do produto. Cana, milho, arroz e feijão, em geral, elevam suas produções a partir de 1934. Destacam-se, pela ordem, arroz, feijão e cana. O milho apresenta-se ao longo desses anos com quantidade produzida oscilando em torno de 1,5 milhão de toneladas.

Constatemos por fim, a importância de Minas Gerais entre os principais Estados produtores desses produtos (Quadro III.5-A.E.).

No que se refere ao café, Minas mantém sua posição de segundo maior produtor brasileiro, em que pese o início da ascensão do Paraná. Na verdade, só na safra de 1950/51 o Estado irá perder essa condição. Nos últimos anos da Guerra -1943-1945 -, talvez devido à expansão do plantio do algodão em São Paulo, há uma queda na participação relativa desse Estado na produção nacional, com consequente ascensão mineira (se bem que, como vimos, a produção de café em Minas também tenha se elevado nesses anos).

Não é clara, a posição de liderança entre os Estados maiores produtores de cana nos anos da Guerra. Pernambuco, que se destacava até então, é prejudicado pelas dificuldades enfrentadas pelo comércio de cabotagem nessa época, perdendo o primeiro posto em 1942 para Minas Gerais e em 1944 para São Paulo, que eleva bastante sua participação. As quantidades produzidas por esses Estados mais Rio de Janeiro são mais ou menos próximas.

No milho, Minas se destaca largamente dos demais competidores a partir de 1935. São Paulo e Rio Grande do Sul disputam o segundo posto, assumindo ora um, ora outro. Paraná possui uma marcante tendência ascendente.

No arroz, Minas inicia em terceiro lugar, vai, a partir de 1935, para segundo, chegando em 1940 e em 1944 a alcançar o

primeiro. São Paulo, que chegou a produzir mais da metade do arroz do Brasil, decai em muito sua participação relativa ao longo da série, só recuperando um pouco nos últimos anos. Rio Grande do Sul disputa o segundo ou o terceiro posto, apesar de se destacar como grande exportador. Goiás, nessa época "corre por fora".

Finalmente, na produção de feijão, Minas, que até 1935 detém a terceira colocação, assume nesse ano a liderança incontestada. São Paulo e Rio Grande do Sul decrescem gradativamente suas participações, enquanto, de maneira inversa, o Paraná ascende gradualmente a sua.

Fica claro, portanto, que Minas passa a disputar, nesse período, o posto de maior produtor de produtos agrícolas, para alimentação, no mercado interno, com São Paulo, que contava com mercado próprio expressivo, e com o Rio Grande do Sul, tradicional exportador (principalmente para o Rio de Janeiro e Nordeste).

Fazendo uma "ponte" para passarmos à análise da pecuária mineira, queremos ressaltar a correspondência existente, a longo prazo, entre os índices de crescimento do milho e dos suínos e aves domésticas. Certamente as frequentes plantações de milho encontradas nas fazendas mineiras são destinadas a produzir ração a esses animais (4).

Mas, como veremos, importância fundamental nessa época tem o gado vacum. "O que ficou dos anos bélicos foi, sem dúvida, o boom do zebu. Experiência realmente espetacular do início do século, a introdução do gado de giba no rebanho brasileiro encontrou, no início dos '40, situação que bem se pode chamar de "febre", pois é difícil distinguir os motivos racionais para especulação com os genearcas indús e aclimatados. Talvez o aumento da demanda de carne, quer interna como externa, possa ter sido o elemento gerador da violenta especulação, mas não se veja, no episódio, só seus aspectos puramente bancários e falimentares. A "febre do zebu" foi a mais ativa forma de participação mineira na conjuntura de guerra, suplantando mesmo o desbravamento do Rio Doce que sucede à conclusão da E.F.V.M. (Estrada de Ferro Vitória-Minas), ao início das exportações de minério por essa via e à abertura da BR-4 (Rio-Bahia)" (5).

Mais adiante voltaremos à "febre do zebu". Por ora interessa-nos somente acentuar as características mais fundamentais do rebanho bovino, no período 1936-1945 (Quadro 13). Há elevação gradual no seu efetivo nos últimos anos da década dos 30; nos anos da

ANOS	MILHEIRO		CABEÇAS AMANHADAS		Índice
	1000 cabeças	Índice	1000 litros	Índice	
1950	9 885	85	1 162 452	110	...
1951	10 521	89	1 166 538	113	...
1952	11 147	96	1 268 935	120	...
1953	11 522	99	1 203 465	114	...
1954	11 580	100	1 095 855	100	414 356
1955	11 467	99	1 089 912	94	399 744
1956	11 537	100	934 425	88	426 341
1957	11 432	99	880 558	83	461 333
1958	9 206	80	805 162	76	439 365
1959	9 436	81	876 737	83	452 616
1960	10 123	88	917 039	87	511 612
1961	10 496	91	988 058	94	534 378
1962	11 618	100	1 007 514	95	631 567
1963	11 915	103	1 007 346	95	597 820
1964	11 771	102	1 018 791	96	566 875
1965	11 589	103	1 052 244	103	702 077
1966	12 262	106	1 137 781	108	598 651

BASE - 1940 = 100

O REBANHO BOVINO EM MINAS GERAIS (1936-1952)

guerra permanece mais ou menos estagnado, talvez devido ao acréscimo do abate, até que em 1944/45 (quando está no auge a especulação com zebu) há uma queda absoluta no rebanho mineiro, pelo aumento da exportação de "gado em pé" para os frigoríficos paulistas. Interessante notar que cai a produção de leite durante os anos da Guerra, provavelmente por causa do abate de matrizes. O gado de corte deve ter prosperado em desfavor do rebanho leiteiro. A produção de carnes bovinas de fato só inicia seu crescimento mais expressivo em 1945.

No setor industrial, Minas apresentou certo dinamismo, como se nota comparando os resultados dos censos de 1920 e 1940 (Quadro II.6 e III.6-A.E.). Além de São Paulo, que apresenta extraordinário crescimento, só Minas eleva sua participação relativa no valor da produção nacional, de 5,8% para 6,7%. Com isso, ultrapassa, inclusive, a indústria do Estado do Rio, firmando-se na quarta posição nacional (6).

As mudanças na estrutura industrial mineira espelhadas nesses dois censos, mostra que esse dinamismo advém da evolução do ramo metalúrgico. Nota-se, pelo Quadro III.7-A.E. que, embora a predominância continue com a indústria de alimentação, a metalúrgica ultrapassa a textil em valor de produção, contribuindo em 1939 com cerca de 20% do total industrial do Estado. Esses três ramos representavam então cerca de 70% do valor da produção industrial de Minas e eram responsáveis por cerca de 60% de seu emprego.

Na verdade, o maior "salto" da siderurgia mineira, nessa época, se dá a partir de 1937 (Quadro 14). Em 1932, de 8 usinas então existentes, apenas 4 estavam em funcionamento (Quadro III.8-A.E.) No ano de 1937 já eram 9 as usinas instaladas, todas trabalhando, assinalando-se ainda esse ano como início de funcionamento da Usina de Monlevade, da Companhia Siderúrgica Belgo-mineira, que já vinha explorando a Usina de Sabará, de sua propriedade. Com a instalação dessa usina, no vale do Rio Piracicaba, centro de opulentas reservas ferríferas e florestais (utilizava carvão vegetal), com capacidade inicial de 50.000 toneladas de lingotes de aço, a posição de Minas Gerais no comércio exportador de aço e seus artefatos para outros Estados avança.

"A mais notável expansão na indústria de ferro e aço durante os anos 30 foi a construção, pela Belgo-Mineira, de sua unidade em Monlevade com a extensão dos serviços ferroviários até aquela área, a Companhia iniciou a construção em 1935. Em julho de 1937

PRINCIPAIS PRODUTOS SIDERÚRGICOS EM MINAS GERAIS

(1925-1950)

BASE - 1930 = 100

ANOS	FERRO GUSA		AÇO		LAMINADOS	
	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice
1925	31 040	112	408	3	283	2
1926	27 540	99	1 467	10	2 512	21
1927	30 399	109	155	1	2 720	22
1928	25 761	93	10 200	73	10 400	86
1929	33 707	121	10 029	72	10 178	84
1930	27 706	100	14 006	100	12 124	100
1931	32 045	115	18 644	133	14 736	121
1932	33 327	120	26 013	185	21 576	178
1933	46 775	169	22 929	163	22 929	189
1934	58 022	209	27 497	196	23 061	190
1935	64 445	233	25 935	185	22 178	183
1936	78 986	285	30 811	220	28 886	238
1937	98 107	354	31 005	221	30 339	250
1938	113 478	409	40 702	291	35 125	290
1939	143 694	518	59 901	428	40 787	336
1940	158 739	573	85 397	609	74 508	614
1941	169 955	613	92 541	661	81 901	675
1942	174 143	628	97 968	699	82 862	683
1943	203 708	735	108 276	773	82 167	678
1944	240 076	866	132 190	944	98 278	728
1945	194 401	701	117 714	840	81 778	674
1946	211 082	761	133 900	956	101 955	841
1947	229 501	828	129 476	924	102 494	845
1948	223 597	807	113 846	813	96 715	798
1949	221 844	801	149 537	1 068	123 702	1 020
1950	301 517	1 088	170 262	1 216	135 207	1 115

Fontes: de 1925 a 1935: Serviço de Estatística Geral do Estado
de 1936 a 1950: Anuário Estatístico do Estado. ano VI-1952

seu novo alto-forno começou a funcionar, em abril de 1938 deu-se a primeira corrida de aço em Monlevade em seu novo forno SM e, com o início do funcionamento de suas novas usinas de laminação, em janeiro de 1940 a Belgo-Mineira tornou-se a maior siderúrgica integrada da América Latina. Ela se tornou também, e ainda é até hoje, a maior indústria siderúrgica integrada a carvão vegetal do mundo (...) A expansão da Belgo-Mineira foi a principal responsável pelo crescimento da indústria siderúrgica brasileira" (7).

A participação percentual da siderurgia mineira na produção nacional encontra-se no Quadro III.9-A.E. Como vimos pelo Quadro 14, o setor siderúrgico em muito aumentou sua produção no período da Guerra, decaindo um pouco, em seguida. Minas, que produzia em torno de 90% do ferro gusa brasileiro, 60% do aço e mais da metade dos laminados nessa época, tem sua significação no contexto siderúrgico nacional diminuída no pós-guerra, em virtude da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, em pleno funcionamento a partir de 1946.

A guerra refletiu-se, em Minas, na expansão da indústria extrativa mineral, principalmente de produtos como a mica, o cristal e o minério de ferro (este, com a inauguração da Cia. Vale do Rio Doce em 1942, dá um "salto" na sua produção, como se pode ver pelo Quadro III.10-A.E.); na agronecuária; e, no setor industrial, além do impulso à siderurgia, a intensificação da produção têxtil, verificou-se o surgimento da indústria de transformação de minerais não metálicos, como o carbureto, refratários e cimento.

"A indústria têxtil, com o mercado interno reservado e dada a possibilidade de colocar seus produtos no mercado internacional, entrou a utilizar, quase plenamente, a capacidade instalada, o que representou grande desgaste do equipamento. À época era impossível a reposição, já que a indústria nacional de bens de produção apenas surgia e o fornecimento estrangeiro se fazia difícil. No pós-guerra, com a produção internacional recuperada, a indústria têxtil mineira entra em crise, em face do estreitamento de seus mercados. A conjugação dos fatores implica o alto grau de obsolescência do equipamento com que essa indústria passa a operar" (8).

A produção mineira de cimento iniciou-se em 1939, com 5,4% da produção nacional. Oito anos depois, em 1947, já detinha 17,2%. Minas era o terceiro produtor, após São Paulo e Rio de Janeiro. Na verdade, essa evolução deve-se à implantação de duas fábricas

no Estado: em 1939 foram concluídas as instalações da Cia. Itaú, no município de Passos, e na "cidade industrial" de Contagem, criada em 1942, instalou-se uma nova fábrica da Cia. de Cimento Portland Itaú.

Passemos agora à importante questão do mercado. Quais eram os mercados atendidos pela produção mineira? O que representava o mercado interno de Minas? Qual o grau de urbanização da população mineira de então? A exportação de Minas Gerais era destinada ao exterior e/ou para o eixo urbano-industrial Rio-São Paulo? Tentemos dar respostas a essas indagações.

Segundo o recenseamento de 1940 a população presente em Minas compunha-se de 6.736.416 de habitantes, ou seja, 16,34% sobre o total do Brasil. Caiu, portanto, a participação relativa do Estado, que em 1920 era de 19,22%. A taxa de incremento médio anual que foi de 3,24% no período 1900-1920, caiu para somente 0,72% em 1920-1940. O grau de urbanização, que era de 21% em 1920 cresce para 25% em 1940 (enquanto em São Paulo a evolução é de 37% para 44%). A população de Belo Horizonte cresce bastante, indo de 55.563 para 211.377 habitantes. Portanto, de 0,94% para 3,14% do Estado.

Graham e Hollanda Filho, calculando a migração interna líquida de brasileiros natos, por Estados, durante o período intercensitário 1920-1940, estimada pela taxa de sobrevivência global, mostram que de Minas Gerais emigraram, liquidamente, 608.455 habitantes, ou seja, 10,5% da população, pelo censo de 1920. Em números absolutos, foi o Estado que teve a maior emigração no Brasil (9).

Segundo nossa hipótese, essa grande emigração foi causada - como fatores repulsivos - pela erradicação do café e a expansão da pecuária extensiva em Minas, e como forças de atração atuavam o desenvolvimento urbano-industrial em São Paulo e a nova "fronteira agrícola" do Paraná.

Pois bem, estimamos que o mercado interno de Minas absorveria cerca de 80% do total da produção mineira (10). É claro que essa porcentagem deveria variar em cada produto. Por exemplo, veja-se (Quadro III.11-A.E.) a extrema variabilidade nos valores percentuais da produção exportada de produtos representativos de duas atividades econômicas - a pecuária e a agricultura de subsistência - que mais avançam na década dos 30 em Minas.

Entretanto, comparando-se a produção per-capita dos alimentos simples - arroz, feijão e milho - de Minas com a de São Paulo (Quadro III.12-A.E.), somos levados a crer que em Minas havia

um excedente razoável propício à exportação.

Analisemos a exportação mineira no "período Vargas".

Sendo um Estado central, sem porto de mar, sua exportação é colocada, na maior parte, nos Estados limítrofes, aí se entrega uma parte ao consumo local, outra ao comércio de cabotagem para outros Estados, outra, finalmente, ao estrangeiro. Isso se dá principalmente no Distrito Federal, que recebe cerca de metade da exportação total; em São Paulo que recebe em torno de 30%, inclusive o porto de Santos; no Estado do Rio, que recebe cerca de 15%, incluindo o porto de Angra dos Reis; nos Estados da Bahia e Espírito Santo, com porções menores, porém também significativas (Quadro III. 13-A.E.)

De modo geral, considerando-se os anos de 1937 e 1938, para os quais temos dados, estima-se que os dois destinos da exportação mineira, no seu desdobramento para os dois principais mercados - o nacional e o estrangeiro - estão na razão de 70% para 30% (11).

Não havia maior integração econômica em Minas na década de 1930. O Estado "repartia-se" em várias zonas de produção, independentes e descentralizadas, com suas peculiares características, não formando um todo econômico. Assim, as relações diretas de exportação e de importação se faziam com os centros comerciais dos Estados vizinhos. A Zona da Mata atendia mais ao mercado limítrofe do Rio de Janeiro. O Sul e o Triângulo especializavam-se em produtos para explorar o mercado paulista.

Vejamos os principais produtos exportados para o Distrito Federal e São Paulo em 1937 (Quadro III.14-A.E.). Tanto a exportação de suínos, quanto a de gado eram maiores para os frigoríficos paulistas. Não era por outra razão que a Zona Sul detinha o maior rebanho bovino e suíno de Minas Gerais. Galinhas, frangos e carnes eram exportados bem mais para o Rio de Janeiro. Já os laticínios tinham uma grande entrada nos dois Estados. A Zona da Mata fazia parte da bacia leiteira carioca. Os queijos repartiam-se semelhantemente entre Rio e São Paulo. A manteiga mineira ia mais para o porto do Rio, de onde era redistribuída para outros Estados, através do comércio de cabotagem.

Quanto aos vegetais e seus produtos, eram semelhantes as exportações de açúcar para esses dois mercados, o algodão predominava para a indústria textil paulista, o arroz largamente para

São Paulo (o Triângulo Mineiro era a região especializada nesse produto), o café da Zona da Mata ia quase todo para o porto do Rio para ser exportado para o exterior, o feijão mineiro era preferido pelos cariocas, assim como a mamona, o milho e o papel. Já o tabaco em corda tinha um mercado razoável em São Paulo. As fábricas de tecidos de algodão em Minas localizavam-se predominantemente na Zona da Mata para atender o seu mercado consumidor urbano e o do Rio de Janeiro.

Finalmente, todos os minerais e seus produtos destinavam-se largamente ao Rio de Janeiro, com a única exceção do ferro e seus artefatos, do qual São Paulo importava um montante significativo, próximo ao enviado ao Rio.

Em síntese, o Distrito Federal importava principalmente, pela ordem: café, ouro, manteiga, tecidos, gado de corte, galinhas e frangos, ferro e seus artefatos, queijos, feijão, manganês e leite natural. Já São Paulo importava: gado de corte, arroz, ferro e seus artefatos, queijos e suínos.

Naturalmente há a contrapartida no intercâmbio. Minas era um Estado consumidor da indústria paulista e um bom freguês do porto do Rio de Janeiro. Em 1936 escrevia Brazil: "não se tem até hoje uma fonte segura do volume da importação do Estado, mas pelas observações que colhemos em geral nos maiores mercados internos e vias de transportes, podemos quase garantir que Minas Gerais importa quantia superior a 700 mil contos e, dessa volumosa importação, dois terços (2/3) é feita dos mercados paulistas. Podemos ainda afirmar que, a não ser os mercados paulistas, de cujo intercâmbio há uma certa compensação, mas que, com essa relativa compensação ainda Minas dá um saldo para a balança econômica de São Paulo, de importância superior a 100 mil contos de réis. Os demais Estados não estabeleceram com equidade o intercâmbio comercial em Minas Gerais. Por exemplo os Estados salineiros: Minas comprou de sal em 1935, desses Estados, quantia superior a 60 mil contos de réis; no entanto, computando-se as estatísticas das mercadorias mineiras para esses Estados, elas não atingiram talvez a 6 mil contos" (12).

Na verdade, só temos estatísticas oficiais sobre a importação do Estado, por vias internas, segundo a procedência, para o período 1943-1948 (Quadro III.15-A.E.). Segundo essas, no período da guerra as importações mineiras ainda equilibravam-se entre Rio e São Paulo, somando ambos em torno de 90% delas. Vinham a seguir, com

alguma significação, pela ordem: Estado do Rio, Goiás (provavelmente gado criado lá, para engorda em invernações de Minas) e Espírito Santo (porto de Vitória). A partir de 1945, crescem as importações vindas do Rio em relação às feitas em São Paulo, certamente devido ao gasto no comércio exterior das divisas acumuladas durante a Guerra.

Examinemos os quadros referentes à exportação mineira na década dos 30, discriminada por produto.

No Quadro III.16-A.E., o mais marcante na exportação de produtos agrícolas foi a tendência declinante do café em toda a década. Em contrapartida, elevaram-se acentuadamente os dos produtos de subsistência - no caso, arroz e feijão -, principalmente no tocante ao valor. Isso indica uma mudança de ênfase na agricultura mineira, com o predomínio do cultivo de produtos para o mercado interno.

Quanto à exportação de produtos de origem animal (Quadros III.17 e III.18-A.E.), o mais importante a destacar é a tendência crescente dos valores (mais do que as quantidades) dos produtos derivados do rebanho bovino - gado em nê, laticínios e carnes -, principalmente a partir de meados da década. Essa tendência acentua-se durante a Guerra, levando a crer na excelência dos negócios pecuários, base propícia para a especulação conhecida como "febre do zebú". Antes de passarmos adiante, devemos sublinhar as quedas na quantidade de suínos exportada e nos valores de exportação das aves domésticas.

Finalmente, no Quadro III.19-A.E. estão os valores de exportação dos minerais e seus produtos. Aí se esboçam tendências interessantes. Primeiro, a ascensão das exportações tanto do ferro e seus artefatos (reflexo da expansão siderúrgica do Estado), quanto do minério de ferro. O minério de manganês após cair a níveis inexpressivos até a metade da década, inicia em 1936 sua recuperação. O ouro é o produto mineral de maior valor de exportação, só sendo superado em 1940 pelos produtos siderúrgicos. Já as pedras coradas, as pedras preciosas e os diamantes, tiveram extraordinária ascensão nos seus valores com o início da II Guerra Mundial, pois os refugiados buscavam aplicações em bens que serviam de reservas de valores de fácil liquidação (como jóias, pedras preciosas e indústria de lapidação), visando o retorno à Europa, ao fim do conflito.

A melhor síntese das mudanças estruturais ocorridas na economia mineira na década dos 30 está contida no Quadro 15, que mostra os principais produtos de exportação de Minas Gerais. A par-

QUADRO 15

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS

(Participação Percentual na Pauta)

(-%-)

ANOS	CAFÉ	GADO VACUM	LATICÍNIOS			TECIDOS	FERRO E SEUS ARTIFATOS	OURO	SOMA
			MANTEIGA	QUEIJOS	LEITE				
1921	55,50	9,12	3,89	2,22	1,67	4,00	0,89	4,11	81,40
1922	52,75	9,22	4,27	2,59	1,80	3,82	1,01	3,88	79,28
1933	36,70	11,60	5,46	3,55	2,32	4,91	1,64	4,56	70,54
1934	31,45	11,30	5,26	4,11	2,44	4,62	2,13	7,32	68,63
1935	34,23	10,32	4,76	4,07	2,28	4,56	3,97	6,03	72,22
1936	27,05	13,16	4,63	4,17	1,95	4,82	3,06	7,35	76,99
1937	25,05	13,25	5,70	4,01	2,25	5,32	4,86	6,19	67,63
1938	24,79	12,21	5,52	3,98	2,06	5,33	4,26	6,95	65,71
1939	21,50	12,03	4,18	3,51	1,78	6,15	5,48	7,32	62,02
1940	15,05	13,78	4,90	3,51	2,18	8,71	7,50	7,38	53,01

Fonte: D.E.E. - MG. Exportação do Estado de Minas Gerais 1940. BH, Imp. Oficial, 1945.

tir de 1931, o café, que contribuía com cerca de 55% do valor da exportação total, teve a sua importância diminuída, atingindo em 1940 somente 15%, apesar de permanecer ainda como o principal produto de exportação. O gado bovino (com 14%) e seus produtos derivados (leite: 2%, manteiga: 5% e queijos: 3,5%), de certa forma, considerados em conjunto, substituíram a importância do café. A tradicional indústria textil mineira expande suas exportações com o início da Guerra. A década dos 30 marca o surto siderúrgico em Minas. Os alimentos simples - arroz, feijão e milho -, e o açúcar, apesar de elevarem seus valores de exportação, tem importância reduzida na pauta. Por fim, é patente a diversificação da pauta de exportação mineira ao longo dessa década, pois cai bastante a representatividade desses principais produtos - globalmente - na receita total.

2. BANCOS E A RECUPERAÇÃO DA CRISE (1930-1937)

Ao final da década dos 30, mais precisamente, a partir de 1939, Minas Gerais firmar-se-ia como o terceiro centro financeiro do país. Com a decadência bancária gaúcha, decorrência, como vimos, da profunda crise no período 1929-1931, e com a própria expansão de seu sistema bancário, Minas ascende a esse posto, sem contudo ameaçar as posições do Distrito Federal, onde o Banco do Brasil centralizava os negócios bancários governamentais, e de São Paulo, maior mercado financeiro (de aplicações) do país. A posição predominante do Distrito Federal é devida à influêcia das transações do Banco do Brasil com o Tesouro Nacional, o Departamento Nacional do Café e a Prefeitura do Distrito Federal, que dão lugar a vultosas cifras de empréstimos e depósitos. Se essas transações fossem eliminadas, a posição de São Paulo seria de franco predomínio sobre o Distrito Federal. Este é o grande centro bancário do país para as "operações financeiras", ao passo que o Estado de São Paulo é o grande núcleo das "transações econômicas". Esses dois Estados concentram quase três quartos (3/4) do total dos depósitos à vista realizados no país (Quadro III - 20 - A.E.)

Nesses anos, principalmente a partir de 1940, os bancos mineiros ganham maior expressão no cenário nacional. O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais - como veremos com maior detalhe - coloca-se em primeiro lugar em volume de depósito entre os bancos privados do país, entre 1940 e 1946. A partir de 1947, e até pelo menos 1964 (ano limite de nossa pesquisa), com exceção de 1951 e 1952, quando perde a liderança para o Bradesco, o Banco da Lavoura de Minas Gerais detem esse posto. Na década dos 50 e início da dos 60, considerando todos os bancos em funcionamento no Brasil, o Crédito Real, o Hipotecário e Agrícola, o Mineiro da Produção, o Comércio e Indústria, o Lavoura, o Moreira Salles e o Nacional situam-se sempre entre os vinte maiores do país, em postos de destaque.

Qual seria o "segredo" dessa "explosão bancária" mineira? Pretendemos responder a essa intrigante questão ao longo da dissertação; entretanto, achamos que nesse "período Vargas" (1930-1945) é que nascem as raízes da força dos bancos mineiros.

Levantaremos diversos pontos que, assim achamos, confirmarão essa hipótese. Antes porém, esboçaremos o quadro institucional que passa a vigorar para os bancos a partir da Revolução de

1930, ou seja, os limites estabelecidos pela nova legislação bancária para a sua atuação.

Na verdade, o período Vargas foi pródigo em inovações legislativas. Desde seu início, como diz Oliveira, "observa-se durante o Governo Provisório uma intensa preocupação com o problema bancário e, como consequência disso, surgiu um impressionante número de documentos normativos que objetivaram o aperfeiçoamento do sistema de crédito" (13).

Menos de um mês e meio após a posse de Vargas, sob a orientação do Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, Presidente do Banco Comercial do Estado de São Paulo, pelo art. 5º do decreto nº 19.479 ("prorrogação da moratória") busca-se um saneamento do sistema bancário através da liquidação dos bancos e casas bancárias impossibilitados de retomar seus pagamentos normais, processada de acordo com a lei de falência, mas "fora de juízo" (extra judicialmente).

O decreto nº 19.525 de 24 de dezembro de 1930 restabelece, no Banco do Brasil, a Carteira de Redescontos, criada em 1920, sendo incluídos entre os títulos admitidos a redescontos os warrants e as promissórias garantidas por conhecimentos de mercadorias de difícil deterioração, não, porém, os títulos da União, dos Estados ou dos Municípios. Em 21 de dezembro de 1931, atendendo ao convenio cafeeiro daquele ano, e tomando em consideração as sugestões constantes do relatório dirigido por comissão de banqueiros ao Sr. Whitaker, ampliam-se os limites para as operações da Carteira de Emissão e Redescontos do Banco do Brasil para 400:000\$000 e admite-se também a redescontos os títulos cambiais emitidos pelo Conselho Nacional do Café. Inicialmente a Carteira só aceitava para redesconto notas promissórias cujo prazo de vencimento não excedesse a 120 dias, atendendo, portanto, mais aos interesses do comércio. Entretanto, pelo Decreto nº 24534, de 3 de julho de 1934, foi autorizada a redescon-

tar letras de câmbio ou notas promissórias, cujo prazo para o vencimento não superasse a um ano, contado da data do redesconto, e que o aceitante ou emitente exercesse atividade na agricultura ou indústria. Em 1935, há nova alteração na Carteira, favorecendo, desta vez, especialmente ao algodão, cujo plantio se expandia principalmente em São Paulo. Até 1945 há diversas novas ampliações das atribuições da Carteira, que destacaremos à medida que tornarem-se relevantes ao nosso estudo.

Em 1932, pelo Decreto nº 21.499, "fica criada a Caixa de Mobilização Bancária, destinada a promover a mobilização das importâncias aplicadas em operações seguras, mas de demorada liquidação, realizada, anteriormente à data deste decreto, pelos bancos de depósitos e descontos, nacionais e estrangeiros, estabelecidos no país". Na verdade, a CAMOB foi criada com a finalidade de intervir nos momentos de crise, a fim de socorrer os bancos ameaçados por ocorrências várias, como retração de negócios, imobilizações em empréstimos a longo prazo, quedas de depósitos, etc. O retraimento geral do crédito na época era provocado pela necessidade de os bancos operarem com encaixes altos, compelidos pelo ambiente geral de desconfiança decorrente da crise mundial.

"Decidiu-se, então, formar um pool de reservas pela imposição aos bancos comerciais da obrigatoriedade de depositarem, junto ao Banco do Brasil, toda a moeda manual que excedesse a 20% de seus depósitos; pela primeira vez, impuseram-se reservas compulsórias mínimas aos bancos comerciais, correspondentes a 10% dos depósitos a prazo e 15% dos depósitos a curto prazo (depósitos à vista e de aviso prévio até 90 dias)" (14).

Efeito imediato dessa medida foi a queda dos encaixes, como podemos verificar para o caso dos bancos em funcionamento no Estado pelo seu movimento bancário (Quadro III.21-A.E.). Nesse mesmo quadro devemos acentuar, desde já, três pontos: primeiro, o ritmo muito mais acelerado do crescimento dos empréstimos em contas correntes em comparação com os em letras descontadas, tendendo a uma participação mais equilibrada entre eles no total. Talvez seja efeito de uma diversificação das aplicações (da atividade mercantil para a agrícola, a industrial, ou mesmo a imobiliária) esse gradativo ganho de importância relativa do crédito de capital em desfavor do crédito de circulação (15) segundo, observa-se gradual queda de participação dos depósitos a prazo no total de depósitos. Pela lei nº 182 de 1938 passa-se a condenar por crime de usura a cobrança de

juros acima de 12% ao ano. Como afirmou Levy, "esta taxa era impossível de ser mantida na realidade inflacionária do período". Gradativamente deixavam de existir os depósitos a longo prazo. A burla à lei de usura, pelos bancos, tornou-se sistemática através da cobrança de taxas de serviço" (15). No próximo capítulo exploraremos mais essa questão. Terceiro, pelo exame da relação de empréstimos/depósitos, acima da média brasileira, fica evidente que nesse período Minas consolida sua posição de praça de aplicação.

Com a situação criada pela crise de 1929, segundo Levy, "os bancos tinham dificuldades de acertar com os fazendeiros em dividas os passivos hipotecários. Fazenda do Banco - termo da época - generalizava os casos em que vários estabelecimentos assumiram, transitoriamente, a administração de propriedades rurais, sobretudo das de café" (16). Com isso se aprovou, em 1º de dezembro de 1933, a Lei do Reajustamento Econômico, reduzindo em 50% o valor, nessa data, dos débitos de qualquer natureza, de agricultores a bancos e casas bancárias, desde que tenham sido contraídos antes de 30 de junho de 1933 e seja o patrimônio do devedor inferior ao total do seu passivo. Como indenização do prejuízo sofrido pelos credores foram-lhes entregue apólices da dívida pública federal.

O papel da CAMOB foi salientado a partir de então, já que aquela medida lhe permitia incluir as apólices do Reajustamento Econômico entre suas operações, tomando-as como garantia, ao valor par, de empréstimo a longo prazo, aos bancos. "O efeito líquido, portanto, foi o de nacionalizar as dívidas agrícolas via criação de moeda (a ser gradualmente recolhida à medida que fosse efetuado o repagamento dos empréstimos da CAMOB)" (17)

Em 1942, o Relatório do Ministério da Fazenda mostrava a seguinte distribuição das indenizações do Reajustamento Econômico, por regiões e por colheitas. Entre os Estados, São Paulo foi beneficiado amplamente, com 53,45% do total; em seguida vinham Rio Grande do Sul com 11,92%, Pernambuco com 11,02% e Minas Gerais com apenas 6,13%. Por atividades agrícolas, distribuiu-se assim: café com 55,99%, cana de açúcar com 16,56% e pecuária com 13,63%.

Portanto, com o programa de Reajustamento Econômico removeu-se do sistema bancário o ônus das insolvências que afetaram o setor agropecuário em consequência da profunda crise econômica de 1929.

Em Minas, aumenta, nesta conjuntura de crise, o interrelacionamento dos bancos (inclusive os privados) com o Poder Públi

co Estadual. Vejamos as origens de tal cooperação mútua.

Ao contrário do ocorrido na década dos 20, no período governamental de Benedito Valadares registraram-se seguidos déficits nos orçamentos, sendo que só nos de 1942 a 1945 constatou-se superávits. Mesmo assim, nas contas oficiais ... Observadores da época levantaram sérias dúvidas sobre a existência real destes superávits, escriturados nas contas e anunciados com alarde na imprensa, como prova de uma administração cuidadosa das finanças estaduais (18). Segundo eles, "não se pode aceitar o resultado orçamentário e financeiro publicado pelo Governo de Minas sem explicação para vários pontos controvertidos e obscuros da escrita e especialmente da conta restos a pagar". Teria havido artifício de escrita para aparentar saldo e escamotear a precária situação financeira do Estado e a necessidade em que o mesmo se viu de pedir moratória a diversos credores de dívidas líquidas e certas, e a entrar em acordo com eles para pagar parceladamente os débitos. Possuía então uma dívida enorme garantida por promissórias, para amortização periódica de capital e juros.

Benedito Valadares, pela sua Mensagem de 1935, justifica a existência do déficit orçamentário pela escassez de rendas causadas pela diminuição na arrecadação dos impostos e taxas sobre o café (ainda a maior riqueza do Estado), não só pela desvalorização do produto após 1929, como também pela restrição de sua exportação, além de ter o governo transferido para o Instituto Mineiro do Café o direito a determinadas taxas e impostos. Ao lado disso constata uma desorganização do aparelho fiscal estadual devido a nova Constituição Federal (de 1934) que proibiu o lançamento de impostos tais como os de viação, adicionais, obrigações, de circulação em geral e de serviços regulados por leis federais. Por outro lado, haviam despesas incompressíveis como o serviço de juros da dívida do Estado e o arrendamento da Rede Mineira de Viação (19).

Essa situação levou a uma reforma tributária em 1935, sendo suprimidos os seguintes impostos: 11% sobre passagens em estradas de ferro, consumo de bebidas, selos de diversões e taxas sobre pesagem de gado, sobre matrículas de automóveis, de viação, consumo de gasolina, estatística, consumo de lenha, de defesa do café e sobre-taxa do café. Sofreram redução os seguintes impostos: novos e velhos direitos, territorial e exportação do café. Foram criados o imposto de vendas e consignações, a taxa de defesa da produção, a taxa de ocupação de terras devolutas, a de consumo de combus

tíveis e taxas de serviços do Estado. A receita tributária muda de uma maneira tal que o imposto de venda e consignações que participava com 17,17% do total em 1936 vai para 35,65% em 1945; o de transmissão inter-vivos de 6,38% para 17,49%; o territorial de 13,83% para 19,77%; o do selo de 7,94% para 3,78% e o transmissão causa-mortis de 4,22% para 3,52% (20).

Na verdade, a renda arrecadada em 1933 mal era suficiente para o pagamento de juros e amortização da dívida estadual e pagamento do funcionalismo. O governo de Minas Gerais que foi até 1930 muito parcimonioso no apelo ao crédito público interno, daí em diante tornou-se costumeiro na obtenção, por este meio, de recursos para as suas despesas. Assim é que em 1934 se busca a unificação das dívidas do Estado por meio de um Empréstimo de Consolidação. O empréstimo foi lançado por importantes estabelecimentos bancários brasileiros: o Banco do Brasil, o Banco Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Enquanto esses bancos tratavam de colocar os títulos fizeram adiantamento ao Estado, de 50.000 contos de réis. Com esses recursos iniciou o Estado o pagamento de seus débitos mais urgentes.

A regularização da Situação do Estado perante todos os bancos torna-se um ônus regular e cumulativo. Um permanente saldo devedor representava o total dos títulos caucionados pelo Estado em estabelecimentos bancários, para garantia de suprimentos recebidos em dinheiro e outras operações efetuadas com os mesmos. Quando o governo fazia os pagamentos dos títulos da dívida pública, como uma resultante do Empréstimo de Consolidação, chegava a determinar um grande acréscimo no movimento global das operações bancárias em Belo Horizonte (21).

Enfim, a cooperação dos institutos de crédito foi pedida pelo Poder Público para a regularização de suas finanças. A desesperadora situação econômico-financeira em que o Estado, após a Revolução de 30, se encontrava criou estímulos para que, os bancos a amenizassem. Antecipações, empréstimos, participação no lançamento de títulos, na conversão de outros - tudo fizeram, amparando o Tesouro Estadual com uma contribuição que só em títulos públicos atingiu, em 1938, a 1 milhão de contos (o que equivalia, por exemplo, a 70% do valor total de exportação do Estado no ano). Os bancos mineiros, depois de tomarem ponderáveis lotes de títulos da dívida pública, foram pouco a pouco disseminando-os, dentro e fora do Estado, de tal forma que "hoje não há brasileiro que desconheça

as apólices mineiras (...) talvez (haja) três e meio milhões de portadores de títulos" (22).

Era também comum a prática de "antecipação de receita": o banco emprestava ao governo, e, em troca, este designava esse banco privado como local de cobranças dos impostos e taxas, que podia então, durante certo tempo, até o seu recolhimento, movimentar grandes somas da arrecadação do Estado.

Em 1938 um contrato foi celebrado entre o Governo Estadual e o Banco Comércio e Indústria, com sede em Belo Horizonte (nessa época, já um grande banco nacional, com agências em Minas, Estado do Rio, Espírito Santo e Goiás, além de filial no Distrito Federal). Por esse contrato o Governo empregava 5.000 contos privativamente para custeio de obras de eletricidade em Uberaba, possibilitando a imediata construção da usina geradora "Pai Joaquim". Dentre as garantias para o financiamento constava a renda do serviço que era de grande valor.

Verifica-se, portanto, que a ligação Estado-bancos não beneficiou somente o primeiro. Pelo contrário, os bancos mineiros lucraram bastante nessas transações, constituindo isto, talvez, uma das explicações básicas para sua força e uma característica própria do Estado de Minas Gerais.

Outro dos pilares explicativos para a grandeza de bancos mineiros, podemos buscar articulando a órbita financeira com a produtiva, analisada precedentemente, na primeira parte do capítulo.

Levantamos a hipótese de o capital bancário mineiro ter se desenvolvido atuando exatamente na confluência da produção de subsistência do interior de Minas e o abastecimento de grandes cidades, como o eixo urbano Rio-São Paulo (23). Portanto, uma explicação para a origem da força de bancos mineiros estaria na apropriação, na esfera da circulação, de parte do excedente gerado na economia agrícola e pecuária de Minas Gerais, em passagem para o abastecimento de outras regiões do país, notadamente, como vimos, o Rio de Janeiro. Os bancos de Minas atuavam - segundo esta hipótese - junto ao capital comercial especializado na agricultura de alimentos, descontando os títulos envolvidos nas operações de intermediação mercantil dos produtos agrícolas.

Tavares também acredita na vinculação do sistema bancário com a agricultura de alimentos (no Brasil): "o financiamento direto à produção, o afastamento espacial dessas culturas e a con-

centrada urbanização aumentaram a "distância" entre o produtor e o consumidor, exigindo ou permitindo um custoso processo de intermediação, com repercussões óbvias sobre a demanda por recursos financeiros do sub setor comércio (24). Esse sub setor estaria obrigado a financiar suas atividades em todos os níveis, sobretudo no que se refere à comercialização de produtos primários - que ia desde o financiamento ao pequeno produtos até o consumidor, passando pela rede de distribuição em todas suas etapas intermediárias. Certamente, parte das necessidades de financiamento dessas atividades mercantis era atendida pelo sistema bancário.

De fato, o desenvolvimento horizontal (espacial) que corresponde à integração progressiva dos mercados regionais num mercado nacional implementa a intermediação comercial. Na verdade, nessa época, a maior fonte do lucro bancário estava nas operações de desconto. Vimos que a agricultura de Minas Gerais exportava bastante para o Rio de Janeiro e São Paulo. Os bancos mineiros forneciam, portanto, o "capital de giro" necessário à comercialização dos produtos agrícolas de Minas, através do desconto das letras provenientes dessa operação.

Porém, o banco mineiro atuava não só no comércio para o mercado interno, mas também no de exportação para fora do país e no de importação de produtos estrangeiros, principalmente antes da II Guerra. No comércio, quanto maiores as distâncias, maior a fonte de lucro da intermediação. Minas, Estado situado no interior do país, sem porto de mar, exigia esforço maior dos intermediários, que incorriam em elevadas despesas. Importava praticamente todos os produtos manufaturados de consumo durável, máquinas e equipamentos. Seus bancos não só financiavam esses clientes como também os "encaminhava" ao câmbio do Banco do Brasil.

Outra hipótese que Tavares lança, ainda referindo-se ao conjunto do Brasil, é que "a expansão da agricultura comercial a uma taxa considerável deve ter permitido um aumento de volume de poupanças, boa parte das quais, não encontrando aplicação dentro do setor, deve, em consequência, ter sido transferida à atividade urbana" (25). De fato, os fazendeiros eram mais depositantes do que aplicadores, ou seja, não tomavam empréstimos na rede bancária na proporção em que depositavam suas poupanças.

No entanto, Bielchowsky, analisando esta questão, chegou à conclusão que "a rede bancária privada de fato transferiu importantes somas de recursos da agricultura aos setores urba

nos, mas os fundos perdidos nessa transferência foram mais do que repostos pelo Banco do Brasil: o fluxo de dinheiro pelos bancos privados em direção aos grandes centros coexistiu com um fluxo ainda maior no sentido oposto, do Banco do Brasil ao campo". Belo Horizonte, por exemplo, recebeu por várias décadas fundos não apenas do interior mineiro, como também de outros Estados (o que explica em parte as altas taxas de empréstimo/depósito na capital mineira, como se pode ver pelo Quadro III.22-A.E.) "Os dados reunidos para Minas Gerais mostram que, desde a década dos 30, os bancos privados transferiam fundos do interior à capital, e que o Banco do Brasil repunha esses fundos no interior (...) Minas Gerais sempre recebeu certa soma de fundos de outros Estados pelos bancos privados (e também sempre foi muito bem servido pelo Banco do Brasil)" (26).

Segundo Tavares, "a própria formação de uma parte da rede bancária privada, como por exemplo os bancos mineiros, está indissoluvelmente ligada à captação de poupanças do setor agrícola" (27).

Avançando na questão sobre a articulação bancos-agricultura, sugerimos que, com o controle de preços dos produtos agrícolas (seja institucional, como no período da Guerra, seja através dos oligopsônios mercantis urbanos), os produtores de alimentos simples, principalmente os pequenos, se viam muitas vezes em situação precária, sendo obrigados a se desfazer de suas terras (adquiridas pelo grupo econômico do banqueiro) para cumprir seus compromissos bancários. Os bancos mineiros intercalariam assim uma etapa agrícola (rural) com uma em que adquiriam terras e faziam especulação imobiliária urbana.

No entanto, o crédito à comercialização de produtos agropecuários se diferencia do crédito propriamente "agrícola". O crédito agrícola destina-se, de modo específico, ao financiamento da produção que forma a atividade primária do sistema econômico. Ligando-se esta modalidade de crédito diretamente ao processo de produção, este, naturalmente, constitui fator determinante quando se estipula o prazo no crédito agrícola. Em geral, o crédito concedido a curto prazo não atende às necessidades do processo de produção agrícola. Daí conceder-se ao crédito agrícola um prazo cuja amplitude não oferece à rede bancária privada maiores atrativos.

Além do prazo, há que se considerar, ainda, o elemento risco, como característica essencial do crédito agrícola. O

processo de produção agrícola está condicionado por diversos fatores incertos. As condições climáticas, os danos e perdas da semeadura, do cultivo, da colheita, as pragas, as doenças, bem como as oscilações dos mercados, contribuem para que a produção agrícola se situe num campo para o qual os bancos privados não se sentem estimulados a operar.

Em vista disso, foi o Poder Público que se encarregou, no Brasil, da expansão do crédito agrícola. O Banco Mineiro da Produção, pioneiro no país nos financiamentos à lavoura, embora não fosse "Repartição Pública", pois foi organizado sob forma de sociedade anônima, orientava-se no sentido das diretrizes econômicas traçadas pelo governo, por ser o Estado detentor da quase totalidade de suas ações. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil começou a funcionar em 1937, e os mais importantes institutos de crédito agrícola especializados na época, como o Instituto do Cacau da Bahia e o Instituto do Açúcar e do Alcool, eram estatais (28). Na verdade, não haviam carteiras especializadas nos bancos privados, durante os anos 30; portanto, não se distinguia o crédito rural do comercial, nesses estabelecimentos.

Os produtores rurais estavam acostumados, em virtude das deficiências da organização bancária, no defeituoso e empírico sistema de financiamento por meio de promissórias avalizadas, de prazo curto, mas renováveis. O Banco Mineiro da Produção e a CREA do Banco do Brasil tiveram de arcar com a propaganda e difusão do crédito agrícola.

Um dos problemas do crédito agrícola era que o empréstimo aos lavradores endividados, a juros baixos e prazos longos, sem fiscalização, acabava caindo em mãos do "capitalista" (geralmente um credor mais exigente), transformando-se esse dinheiro em ações, apólices, empréstimos a outros a taxas asfixiantes. O lavrador estava impossibilitado, assim, a amortizar a dívida bancária, terminando por ser obrigado a transferir a propriedade de seu imóvel ao banco. Isso ocorreu com frequência em Minas, elevando a desconfiança do mineiro quanto ao crédito agrícola...

A idéia da criação do Banco Mineiro da Produção foi tornada pública no IV Congresso dos Lavradores Mineiros no ano de 1933. Não era nova, porém; há muito vinha sendo debatida pelos cafeicultores mineiros, que pretendiam fosse fundado um estabelecimento de crédito com a finalidade de lhes financiar as lavouras, em

condições favoráveis de taxa e de prazo.

A mais elementar prudência dada a mudança prevista e ocorrida nos negócios do café após 1929 aconselhava aos bancos a restrição das operações relativas ao seu financiamento pela Carteira Comercial.

Em 4 de dezembro de 1933, em assembléia geral de acionistas, foi fundado o Banco Mineiro do Café S.A., nome primitivo do Banco ligado ao extinto Instituto Mineiro do Café, o seu funcionamento teve início no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1934. Em 1937, foi o Banco transferido para Belo Horizonte, fundando, então 50 agências pelo interior do Estado. Com a reforma do estatuto, então promovida, passou o estabelecimento a denominar-se Banco Mineiro da Produção S.A., financiando, a partir dessa época as lavouras de algodão, arroz, cana de açúcar e fumo, a partir de 1940, além da de café. Contava com a garantia do Estado: "O Estado de Minas Gerais se responsabiliza pelos depósitos de terceiros, feitos e por fazer, no Banco Mineiro da Produção S.A., em conta corrente e a prazo" (Lei nº187 de 10/9/37).

Pelo art. 69 do novo estatuto, "o Banco prestará assistência, abrindo crédito ou concedendo empréstimos aos agricultores ou cooperativas que exerçam atividade agrícola no Estado..., com as finalidades seguintes:

- 1º) aquisição de meios de produção ou máquinas agrícolas, sementes, adubos e matérias primas para fins industriais;
- 2º) aquisição de reprodutores e gado destinados à criação e melhora de rebanho;
- 3º) custeio de entre safra.

Parágrafo único - Não são permitidos empréstimos para a aquisição de imóveis.

O crédito aberto deveria ficar assegurado com alguma das seguintes garantias: a) penhor agrícola da safra em curso; b) penhor pecuário; c) warrants ou penhor de café colhido; d) caução de títulos, quer comerciais, quer da dívida pública; e) warrants ou penhor de outros produtos agrícolas não deterioráveis no prazo do contrato e com cotações correntes no mercado; f) penhor mercantil.

Os empréstimos para custeio agrícola eram realizadas em prestações, de conformidade com as conveniências da cultura a que se destinavam, devendo os vencimentos respectivos coincidir com a época do término e beneficiamento da colheita, e os para engorda

e criação de gado, ao prazo máximo de dois anos.

O montante de qualquer adiantamento agrícola não podia exceder o equivalente a um terço do valor estimado para a safra em formação ou a 40% do valor das aquisições a que se destinavam, quando se tratava de empréstimo para a pecuária.

Os bancos que operavam no crédito agrícola não podiam produzir taxas de lucro tão elevadas quanto o banco de depósito e desconto comum, não só porque as despesas operatórias eram muito mais elevadas, mas também porque as taxas de juros cobradas pelos seus empréstimos eram menores (8% a.a.). Assim, no caso do Banco Mineiro da Produção, funcionava uma Carteira Comercial, com um apreciável volume de transações, que reduzia o custo final dos fundos, que seria muito maior, se o Banco operasse exclusivamente no crédito agrário.

Dizia o art. 15º do estatuto do Banco: "para o bom desempenho de seus serviços, o Banco terá duas Carteiras, a de Crédito Agrícola e a Comercial, sendo as operações de cada Carteira escrituradas separadamente.

§ 1º - O Banco empregará nas operações de crédito agrícola até 80% de seu capital, e na Carteira Comercial 20%.

§ 2º - As quantias disponíveis dos depósitos em conta corrente ou até um ano de prazo serão aplicadas nas operações comerciais, e as dos depósitos a prazo maior de 12 meses poderão ser empregadas nas operações agrícolas.

§ 3º - A cargo da Carteira Agrícola ficam os negócios de crédito rural, e a administração de filiais, agências, escritórios e correspondentes estabelecidos no território do Estado.

§ 4º - Correrão pela Carteira Comercial as demais operações e a seu cargo ficarão as filiais, agências e correspondentes fora do Estado".

Na verdade, as operações globais em empréstimos pela Carteira Comercial predominavam sobre as correspondentes pela Carteira Agrícola, sendo insignificante 80% do capital face aos montantes dos depósitos em conta corrente.

Quanto aos empréstimos feitos pelo Banco sob a modalidade de penhor agrícola de frutos pendentes, repartiam-se por produto da seguinte forma, na safra 1939/40: café 90,32%; algodão 3,71%; cana de açúcar 2,20%; arroz 2,02%; e fumo 1,72%. Já na safra 1944/45, foram esses os resultados: café 57,93%; algodão 4,21%

cana de açúcar 2,56%; arroz 30,57%; e fumo 4,73%.

Mas não só por via do penhor do fruto pendente auxiliava o lavrador mineiro; também descontando-lhe títulos e fazendo-lhe empréstimos e financiamentos de produtos colhidos, a prazos maiores e taxas menores que os da Carteira Comercial, possibilitando-lhe a espera de melhores mercados, com a sua produção depositada em armazens.

Verdadeiro precursor do crédito agrícola no Brasil, o Banco Mineiro da Produção era conhecido no interior mineiro como "o banco dos fazendeiros". Entretanto, segundo o depoimento de um gerente do Crédito Real em Curvelo (em 1937), "os bancos em Minas Gerais têm prestado inestimáveis serviços à lavoura e à pecuária, mas os melhores proveitos são obtidos quase que exclusivamente por lavradores e criadores abastados, bastante conhecidos nos círculos bancários. Para estes uma operação a curto prazo satisfaz e é mesmo vantajosa, embora o pesado ônus do selo, porque com a maior facilidade renovam suas transações, dilatando os vencimentos até que suas conveniências comerciais permitam a venda do produto em mercado compensador. O lavrador desconhecido nos meios bancários, de recursos médios, não obtém a mesma facilidade. Os abastados muitas vezes investem seus recursos no alargamento dos seus latifúndios e não na produção. É esta uma triste realidade no interior de Minas". O lavrador de recursos médios, regra geral, não ia aos bancos. Limitava-se a rendimentos que cobrissem suas imediatas despesas, pagava seus impostos, não tinha e não queria dívidas, possuía a propriedade e nela gozava sua relativa independência.

O ufanismo mineiro afirma que foram as operações de crédito agrícola deste Banco que serviram de modelo para o Banco do Brasil criar a sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1937. O fato é que a CREAM se propunha pelo seu regulamento prestar assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias, com os seguintes fins:

- a) custeio de entre-safra; aquisição de adubos e sementes;
- b) aquisição de máquinas agrícolas e de animais de serviço para os trabalhos rurais;
- c) custeio de criação;
- d) aquisição de reprodutores e de gado destinado à criação e melhora de rebanho;
- e) aquisição de matérias primas;

f) reforma ou aperfeiçoamento de maquinarias das indústrias de transformação;

g) reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinaria para outras indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais, pela utilização de matérias primas do país e aproveitamento de seus recursos naturais, ou que interessem à defesa nacional.

Não eram permitidos empréstimos para aquisição de imóveis ou instalação inicial de aparelhagem industrial, salvo quando a indústria interessasse diretamente à defesa nacional. Mas havia pouca fiscalização sobre o emprego do empréstimo agrícola. Não se controlava a aplicação do financiamento, de maneira a ser ele investido exclusivamente no trato de lavouras. Assim era frequente a utilização desse empréstimo nos centros urbanos, ou mesmo no setor rural, adquirindo terras.

Para obtenção dos recursos necessários ao financiamento rural e industrial, o Banco do Brasil emitia bonus ao portador, negociáveis em bolsa, na razão direta dos empréstimos efetuados, não podendo seu montante ultrapassar o total das operações. Toda vez que a liquidação do empréstimo desse lugar a excesso, o Banco resgatava imediatamente o quantum necessário para ficar o seu total dentro do limite, adquirindo, para tal fim, bonus em bolsa. Esses bonus tinham valores e prazos diversos, e venciam juros convenencionados, pagáveis por meio de cupons, de seis em seis meses.

Pelo Decreto-Lei nº 221, de 27 de janeiro de 1938, ficaram isentos de quaisquer impostos, taxas, selos, contribuições ou outras tributações federais, estaduais ou municipais os bonus que o Banco do Brasil emitisse para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias, de acordo com o art. 4º da Lei nº 454 de 09 de julho de 1937.

Também em 1938 é decretado que, para a tomada dos bonus, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões concorrerão com uma percentagem de seus depósitos ou fundos; fixada em 1940 em 15%. As novas fontes de recursos foram ainda insuficientes para as necessidades da CREA (talvez devido a que os Institutos de Previdência insistirem em depositar suas disponibilidades junto a bancos comerciais que remuneravam os depósitos a taxas superiores às do Banco do Brasil). A solução prática foi a utilização das "disponibilidades gerais" do Banco do Brasil e de recursos da Carteira de Redesconto.

Vimos assim os esforços que o Governo Getúlio Vargas fez para, substituindo a iniciativa particular, amparar financeiramente o setor rural. Segundo Hasenbalg e Brigagão, "desde antes de 1930, mas de forma mais acentuada nas décadas posteriores, o Banco do Brasil será o principal ponto de apoio financeiro do setor agrícola. Essa vinculação que nasce com o café, incorpora, posteriormente, a agricultura comercial que cresce ligada ao mercado interno". Entre os anos de 1941 e 1951 foi a agricultura que recebeu o montante maior dos empréstimos do Banco do Brasil entre as atividades econômicas; antes de 1941 o setor comércio e depois de 1951 o setor industrial são os que recebem maior montante de crédito do Banco do Brasil, se bem que a maior parte dos empréstimos que a agricultura recebe seja ainda deste banco. "Por sua vez, os bancos comerciais estão voltados, do período de 1930 aos nossos dias, basicamente às atividades de indústria e comércio" (29).

Enfim, pensamos ter demonstrado, ao longo deste item, como os bancos articulavam-se à recuperação da crise de 1929 pela economia mineira, seja vinculando-se à agricultura comercial ligada ao mercado interno, seja cooperando com o governo na política econômica implementada, através da dívida pública.

3. BANCOS, O ESTADO NOVO E A GUERRA (1937-1945)

A força política da fração bancária da burguesia (evidentemente, uma força relativa às outras frações) tinha como base econômica, nos parece, a "nacionalização" do seu setor e os "lucros bancários" acima da inflação. Esse último tópico investigaremos no capítulo seguinte. Entretanto, a nacionalização do sistema bancário brasileiro advem, em grande medida, da legislação restritiva outorgada durante o Estado Novo (além, evidentemente, do crescimento dos próprios bancos nacionais).

Na verdade, a constituição de 1934 já preceituava, no art. 117: "a lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do crédito e a nacionalização progressiva dos bancos de depósito. Igualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedade brasileira as estrangeiras que atualmente operam no Brasil". (30)

No entanto, era muito mais incisivo o art. 145 da Carta de 1937: "são poderão funcionar no Brasil os bancos de depósito e as empresas de seguros, quando brasileiros os seus acionistas. Aos bancos de depósito e empresas atualmente autorizados a operar no país, a lei dará um prazo razoável para que se transformem de acordo com as exigências deste artigo".

Em 9 de abril de 1941 foi expedido o decreto-lei nº 3182, estabelecendo prazo para a transformação dos bancos de depósitos e dispondo sobre a propriedade, transferências, penhor ou caução das ações ou quotas desses estabelecimentos. Segundo esse decreto, a partir de 1º de julho de 1946 somente poderiam funcionar no país os bancos de depósito cujo capital pertencesse inteiramente a pessoas físicas de nacionalidade brasileira.

Entretanto, logo a 1º de novembro de 1941 (sete meses após, portanto), Getúlio Vargas, "considerando os princípios de solidariedade manifestados pelas Repúblicas Panamericanas em que têm tomado parte, com o objetivo de serem encontradas, sobretudo para seus problemas econômicos e financeiros, soluções inspiradas no mais franco espírito de cooperação internacional", autoriza os bancos americanos de depósito a operar no país além do prazo a que se refero o decreto-lei nº 3182. Em 1942 estende o mesmo direito aos bancos canadenses, e, posteriormente, aos

seguintes: " Bank of London & South America Ltda.", Banco Italo-Belga, Banco Holandês Unido S.A. e o Banco Nacional Ultramarino.

Na verdade, o passo mais decisivo para o decréscimo da participação dos bancos estrangeiros nas atividades bancárias nacionais decorreu do estado de guerra entre o Brasil e os "países do eixo". Cancelou-se no ano de 1942, a autorização do funcionamento em todo o território nacional das agências dos seguintes estabelecimentos de crédito: Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano para a América do Sul. Posteriormente, idêntica providência foi tomada com relação ao "Yokohama Specie Bank Ltd." (31).

Em Minas ocorreu o expressivo caso da encampação, pelo Governo, do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais em 1943, alegando, entre outras coisas, que a maioria dos acionistas vivia em território francês ocupado pela Alemanha nazista. Assim, o Governo de Minas assinou o decreto-lei nº 6020, autorizando o Estado a assumir sua administração. A 12 de outubro de 1944, outro decreto-lei considerava o Banco e suas ações, de utilidade pública. O Governo do Estado ficava autorizado a desapropriar todas as ações o que foi feito poucos dias depois. Começou então uma batalha judicial que se prolongou até os anos 50. Efetuou-se dessa maneira, uma "nacionalização" compulsória de um banco que sempre figurou nas estatísticas como "banco nacional", apesar de ter sido, como já vimos organizado com capitais franceses.

O argumento oficial, a nível federal, para a onda de nacionalizações dos bancos de depósitos, durante o Estado Novo, tinha outro caráter. Segundo fonte do Ministério da Fazenda (32), a sucursal de um banco estrangeiro que se estabelecia no país, com capital diminuto, e conseguia obter, em seguida, depósitos muitas vezes superior ao seu capital realizado, não podia ser considerado como um órgão de canalização de recursos externos necessário ao desenvolvimento da economia brasileira, porque, na verdade, a atuação desta sucursal se dava de maneira inversa, isto é, ela drenava para fora do país todo lucro conseguido em suas operações realizadas pelo emprego de capital nacional (o depósito do público), que era, calculava, trinta vezes superior aos recursos que lhe são próprios.

Portanto, o que o Governo Federal almejava era limitar o aumento extraordinário de depósitos em conta corrente, conseguido pelas sucursais de bancos estrangeiros, com o reduzido capital que dispunham no país. Eles não reinvestiam seus lucros aqui,

umentando o capital e ampliando os empréstimos no país. Havia uma verdadeira evasão para o exterior de recursos nacionais.

O resultado, é que houve, de fato, uma queda do número de bancos estrangeiros no Brasil, durante a II Guerra Mundial, principalmente a partir de 1942 (Quadro 16).

Na situação de incerteza em que se encontravam os bancos estrangeiros, prevendo, por força de lei, uma progressiva extinção de suas operações, é óbvio que os depósitos refluíram de suas caixas. Naturalmente, acentua-se a queda na participação percentual dos depósitos à vista dos bancos estrangeiros sobre o total dos principais sistemas bancários estaduais (Quadro III.23-A.E.). Aliás, as atividades desses bancos só se faziam sentir em escala apreciável, em São Paulo, no Distrito Federal e em Pernambuco. Em 1939, a capital de São Paulo possuía 9 agências de bancos estrangeiros e o interior 23. O Distrito Federal possuía 12, Recife 5, Porto Alegre 3 e o interior gaúcho 5. Em Minas Gerais aqueles bancos quase não operavam. Belo Horizonte só possuía uma agência do "Bank of London & South America Ltd.". No interior do Estado atuavam mais duas agências de bancos estrangeiros.

O Quadro V.1. do Anexo Estatístico mostra como os bancos estrangeiros tendem, com o tempo, a desaparecer do ranking dos vinte maiores bancos que funcionam no país. Eles que em 1940 chegaram a deter 8 das vinte primeiras colocações, já em 1944 só detinham 3.

Por fim, queremos chamar atenção para a tese que Hasenbalg e Briçação defendem sobre o controle nacional do sistema bancário. Segundo esses autores "a explicação desse processo prende-se, primeiramente, ao fácil acesso nacional ao setor: o volume relativamente reduzido do investimento requerido para o estabelecimento de novos bancos antes que o setor começasse a se concentrar, bem como as mínimas exigências tecnológicas da atividade, são condições que, ao contrário da indústria por exemplo, permitem ao longo do período analisado, definir um grau significativo de controle nacional do setor". Também, "a partir do momento em que outros setores da economia nacional abrem-se à participação de capital estrangeiro, a atividade bancária não se incorpora a esse padrão de internacionalização, devido à existência de um controle estatal que se traduz em diretrizes definidas no sentido de não facilitar o acesso aos bancos estrangeiros". Por outro lado, "parte dos estabelecimentos bancários

QUADRO 16
 NÚMERO DE BANCOS E CASAS BANCÁRIAS, NACIONAIS ESTRANGEIROS
 (Inclui Agências e Escritórios no Brasil)
 (1938/1948)

ANOS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1938	865	79
1939	968	78
1940	1 280	80
1941	1 416	80
1942	1 672	80
1943	1 952	44
1944	2 234	39
1945	2 417	39
1946	2 514	38
1947	2 604	38
1948	2 740	41

Fonte: Os Bancos Estrangeiros no Brasil.

Conjuntura Econômica. RJ, FGV, 1948. ano III, n°3.

estrangeiros existentes no Brasil estabeleceram-se antes de 1930, durante a fase de crescimento agro exportador. Ao se acelerar o processo de industrialização e expansão do mercado interno, base para o crescimento do sistema bancário nacional, os estabelecimentos estrangeiros, sediados fundamentalmente em praças marítimas, não se vinculam a este movimento. Com efeito, eles continuam a operar nas faixas tradicionais de atividades, basicamente comércio externo e câmbio" - (33).

Pois bem, justamente no período da II Guerra Mundial houve um crescimento extraordinário do número de bancos nacionais em funcionamento no país. Analisando o Quadro 20 vemos que, em 1940, existiam no Brasil, incluindo matrizes, filiais e agências, 1360 estabelecimentos bancários; em 1944 - ano do auge do crescimento - este número havia subido a 2459. Houve, portanto, um aumento de 1099 estabelecimentos. Considerando apenas as matrizes, o aumento foi de 309 bancos: em 1940 existiam 354 e, em 1944, 663. Dos 309 bancos novos, 72 estavam localizados no Distrito Federal, 38 em São Paulo, 17 em Minas Gerais e 24 no Rio Grande do Sul (34). Praticamente a metade em apenas quatro Estados. Incluindo agências, filiais e sucursais, o aumento no Distrito Federal foi de 99, em São Paulo de 247, em Minas de 214 e no Rio Grande do Sul de 164.

Nessa época a poderosa rede bancária mineira iniciou a instalação de agências em outros estados (principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás). É o período de transição entre a exploração do mercado interno mineiro e a do mercado nacional, em formação (35). No capítulo seguinte exploraremos essa tese.

Como vimos, até o fim da II Guerra Mundial, vigorou um padrão de crescimento bancário cuja característica maior era a pouca concentração das unidades bancárias. A multiplicação das agências (78% a mais de 1940 a 1944) não acompanhava o ritmo mais acelerado de criação de novas empresas no setor (crescimento de 87% no mesmo período). Segundo Hasenbalg e Brigaçõ, "esse padrão desconcentrado de crescimento revelava por um lado as facilidades decorrentes da legislação para o setor, bem como a não interferência reguladora do Estado no processo de expansão nesta etapa; por outro lado, o nível reduzido de recursos de capital, bem como requisitos organizativos e tecnológicos necessários à instalação de novos bancos relacionam-se ao intenso crescimento do número de empresas" (36).

O maior crescimento relativo ocorreu nos anos de guerra de 1940 a 44, sendo o auge em 1943/44. A que se deve essa notável expansão? Uma primeira resposta encontramos no Relatório do Banco do Brasil de 1945, que mostra, em traços largos, um retrato da situação:

"Fundaram-se bancos e casas bancárias em profusão. Pessoas alheias à técnica bancária, desconhecedoras dos mais rudimentares princípios de administração, atraídas unicamente pela idéia de lucros fáceis, obtiveram, abusando das facilidades oriundas da inexistência de uma lei bancária rigorosa, cartas-patente para criação de bancos e estes surgiram como cogumelos em todo o país".

"Foi causa também desta imoderada criação de bancos e casas bancárias a prática seguida pelos Institutos, Caixas Econômicas e Autarquias, de efetuarem depósitos em bancos particulares, onde as taxas eram mais altas que no Banco do Brasil. A especulação criou mesmo um mercado de procura destes depósitos mediante comissões".

"Houve bancos que se fundaram com capital meramente nominal, inúmeras vezes obtido por empréstimo, apenas para efeito do depósito legal exigido. Cumpridas as simples formalidades legais, obtida a carta-patente, saía o novo banqueiro à procura de depósitos de Institutos e passava a operar com estes recursos, aplicando-os sem obedecer a nenhum princípio de técnica bancária, preferindo, na maioria das vezes, operações de cujos resultados ele participava individualmente".

Um observador contemporâneo -Mont'Alegre- esclarece mais a ação das disponibilidades dos institutos de previdência e outros órgãos autárquicos: "premidos pelo retardamento inexplicável do pagamento da parte que lhes era devida pelo Governo, os institutos de previdência foram levados a procurar um rendimento máximo para as suas disponibilidades efetivas e isto só encontravam, por uma estreiteza de ação favorecidas por circunstâncias diversas, nas elevadas taxas de juros atribuídas pelos bancos particulares, especialmente aqueles que foram fundados com o fito de aproveitarem o bom negócio. E, por esta via, foram lançados no mercado depósitos superiores a 1 bilhão de cruzeiros, utilizados quase exclusivamente no Rio de Janeiro, em negócios imobiliários" (37)

Sem dúvida uma questão fundamental a se analisar é a especulação desenfreada ocorrida na época da II Guerra. Especulação

que se liga com uma elevada inflação e tem seus aspectos urbanos e rurais (38). Como vimos, a inflação foi acompanhada de um forte surto bancário. Ambos tiveram seu auge nos anos de 1943 e 1944. Certamente - pensavam os "homens de negócios" da época - só o lucro especulativo tem condições de compensar a vigorosa desvalorização da moeda brasileira.

Se quisermos situar o começo de semelhante inflação, será bem difícil definir onde tenha tido início o desequilíbrio. Carvalho, funcionário do F.M.I. em 1947, possuía a tese de que "a infecção inflacionista, entre nós, foi anterior a guerra e aos focos da moléstia originados por esta: os saldos da balança comercial e as despesas extraordinárias de guerra" (39).

Segundo esse autor, os diferentes fatores que originaram a inflação do período da Guerra foram os seguintes: "a) emissões para cobrir deficits orçamentários, em que se incluem as emissões para compra de ouro; b) política de grandes obras suntuárias na Capital Federal e nas principais capitais dos Estados; c) expansão do crédito bancário para empresas novas e muitos empreendimentos especulativos; e, ao revés, dificuldade de créditos para a lavoura de gêneros alimentícios; d) o comércio exterior, apresentando saldos favoráveis que obrigaram o Governo a emitir para comprar as letras de exportação sem aplicação em novas importações em virtude da guerra; e as exportações de produtos da indústria extrativa agrícola e mineral, com predomínio sobre os demais e alcançando os mais altos preços; e) a afluência de capital estrangeiro, principalmente de refugiados, que procuraram aplicação em bens imóveis e empresas de fácil liquidação (como o comércio de antiguidades, de jóias, pedras preciosas e a indústria de lapidação) visando o retorno à Europa, em que devem ser incluídas as destinadas à construção de bases navais e aéreas e as efetuadas por vários organismos criados para prestar assistência social nas zonas de interesse vital para o esforço de guerra; g) dificuldades de transporte criadas pela guerra, prejudicando o abastecimento dos principais centros comerciais e industriais do país e agravando o insulamento econômico do Brasil Central e outros pontos do nosso território".

Para o objetivo que almejamos nesta dissertação interessa-nos discutir diretamente só o item "b" dos listados no parágrafo anterior, ou seja, a inflação de crédito.

O excesso de poder de compra criado pela inflação da guerra se dirigiu principalmente para investimentos especulativos, daí o enorme aumento dos preços de imóveis de toda a espécie (quer urbanos, quer rurais) e das ações de algumas empresas (notadamente bancos e fábricas de tecidos), diretamente beneficiadas pelas condições anormais criadas pela guerra.

A inflação opera uma redistribuição da renda nacional, beneficiando alguns grupos que acumulam fortunas rapidamente, em detrimento da grande maioria da população cujas condições da vida passam a ser mais difíceis. Vejamos os grupos econômicos que se beneficiaram da inflação da guerra.

O Estado Novo promoveu largo programa de construções urbanas na capital Federal e nas capitais dos Estados. Esta política de urbanização contribuiu para acelerar os efeitos da inflação, aumentando desmesuradamente os lucros recebidos por construtores civis, comerciantes, industriais e banqueiros dos centros em que essas obras foram realizadas.

Como ilustração, lembremos que no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras capitais, aqueles que se tinham enriquecido rapidamente aumentaram suas "despesas de nouveau riche" e os restaurantes de luxo, os teatros, os cinemas, os cassinos e toda a espécie de diversões passaram a constituir negócios de primeira ordem. O jogo tomou formas e proporções nunca vistas.

O "boom" imobiliário, que não visava atender à função social da necessidade de teto (acrescida pelo aumento da urbanização), mas ao lado especulativo do negócio, se reflete na orientação do Banco do Brasil, cujo Relatório de 1941 nos mostra que, em plena guerra, concediam-se à agricultura e à pecuária, em todo o território nacional, créditos no valor de 676 milhões de cruzeiros ao passo que se emprestavam 450 milhões à Prefeitura do Distrito Federal para um plano urbanístico e 452 milhões à indústria de construção civil.

Mais duas grandes especulações no fim da Ditadura de Vargas foram feitas sob a proteção do Banco do Brasil - a do algodão e a do zebú. Veja-se financiamento maciço do algodão em rama e a largueza dos créditos concedidos à pecuária pelo Banco do Brasil no Quadro III.25-A.E. Pelo Quadro 17 constatamos que o auge do "boom do zebu" deve ter se dado em 1944, quando quase 60% dos empréstimos da CREA I o beneficiaram. Em 1945, 44,3% dos créditos

QUADRO 17

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CRÉDITOS DA CANTEIRA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
DO BANCO DO BRASIL - DISCRIMINADOS POR PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS
(1940 - 1948)

DISCRIMINAÇÃO	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948
Algodão	10,1	12,0	26,9	25,1	19,6	44,3	9,9	4,5	5,5
Arroz	10,0	12,3	7,0	9,4	6,5	3,3	10,2	9,8	11,1
Cana	17,7	14,7	13,8	12,8	5,7	6,1	17,9	27,7	26,6
Cana de Açúcar	12,9	9,5	6,0	8,3	6,7	2,9	12,2	35,3	22,7
TOTAL	50,7	48,5	53,7	55,6	38,5	56,6	50,3	77,3	71,9
Outros Produtos Agrícolas	5,6	5,3	3,5	6,5	1,8	2,1	9,7	15,6	9,2
TOTAL AGRÍCOLA	56,3	53,8	57,2	62,1	40,3	58,7	60,5	92,9	81,1
Pecuários e Agro-pecuários	43,7	46,2	42,8	37,9	59,7	41,3	39,5	6,8	18,9
TOTAL RUPAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Como se distribui o crédito agrícola. *Conjuntura Econômica*, RJ, s/ed., 1949. Ano III, nº 11.

da Carteira foram dedicados ao financiamento do algodão em pluma que, embora realizado por ela, não teve caráter de crédito à produção e sim ao comércio de algodão.

No quinquênio de 1942-46, 81% dos créditos concedidos à agricultura e à indústria extrativa vegetal foram destinados a apenas três produtos: algodão com 53%, arroz com 11% e café com 17%. Representavam 41% do total geral dos créditos concedidos pela Carteira. Tais produtos eram destinados em boa parte ao comércio externo, os produtos ligados ao mercado interno foram relegados a segundo plano (40).

Em Minas Gerais a especulação com o algodão não foi um fenômeno que teve a mesma importância que a do zebu, devido o seu cultivo ser inexpressivo em terras mineiras embora tenha havido plantio em Itajubá na Zona Sul, Viçosa na Mata e Pará de Minas na Oeste. O zebu, pelo contrário, dado que sua raça tinha extraordinária facilidade de adaptação aos pastos mineiros, resistente que era ao calor e aos carrapatos. Como vimos no primeiro capítulo, foi um grupo de criadores mineiros, de Uberaba, que teve a iniciativa de buscar na Índia os melhores espécimes da raça. Deste centro o rebanho alastrou-se por todo o Estado (41).

Talvez o aumento da demanda de carne, quer interna como externa, durante a guerra, possa ter sido o elemento gerador da violenta especulação. Mas o fato é que em 1943/44, segundo o alarman te testemunho jornalístico, "os fazendeiros mineiros ostentavam suas fortunas contando nos dedos os números de zebus adquiridos em terras distantes, a peso de ouro". Era a "febre do zebu", como ficou conhecida. Era o "boom" do boi que valia fabulosas fortunas.

"Em 1944 os grandes criadores pagavam fortunas para ver seus zebus publicados em páginas inteiras dos jornais, e os campeões dos torneios recebiam um banho público de dezenas de garrafas de champanhe francês. Não havia limites para a "loucura" do zebu. Negociavam-se reprodutores da raça nas ruas de Belo Horizonte com base simplesmente em suas fotos. Particulares corriam aos bancos para tomarem empréstimos, com o fim de especularem com o valor do boi"

"Os reprodutores alcançavam preços altíssimos. Se uma casa no bairro mais sofisticado de Belo Horizonte custava, por exemplo, 100 milhões, um zebu importado custava 500 milhões. Um boi valia cinco casas no melhor bairro. Mas teve um dia que a febre curou e o boi voltou a valer realmente um boi. Foi o caos nas grandes fazendas

que ostentavam zebus e dívidas nos bancos. O preço caiu naquilo que realmente correspondia ao valor do animal, e os fazendeiros, assustados, correram aos bancos. O Banco do Brasil teve que garantir. Decretou-se a moratória. O sonho acabou e muita gente ficou na miséria. Como na febre da borracha ou na febre da bolsa" (42).

Almeida, em fins de 1943, dá outro testemunho interessante: "a expansão do gado zebu é o último grande fenômeno da economia agrária brasileira. Valorização vertiginosa de caráter inflacionista, em contraste com quase todos os setores das atividades rurais, onde há uma relativa paralização, ou uma estabilidade escorada em proteções legais, o zebu vem atraindo uma grande massa de capital em inversões estimuladas pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Na verdade, sente-se falta de aplicações produtivas em que empregar. Há muito dinheiro com os bancos, mas com empréstimos a juros altos (a fim de compensar a desvalorização do dinheiro). A especulação também campeia nos negócios imobiliários, meio de vida de uma frondosa classe de prósperos corretores". Segundo o autor, "necessitam-se não de simples bancos, que os há de mais e se multiplicam talvez pela própria falta do que fazer com o dinheiro, mas sim de bancos de inversões. No que toca aos bancos privados, quanto ao assunto há somente: a) interferência de bancos e caixas econômicas, como agentes no lançamento de raras emissões particulares; b) participações dos bancos, ocasionalmente, sem programa preconcebido, no capital de empresas de comércio e indústria, na maioria dos casos como emprego de reservas" (43).

A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil inaugurou interessante forma de relacionamento com os bancos privados. Sabemos que a maior parte dos recursos que este Banco aplicava no campo era reconduzido às cidades. Suspeitamos que, durante a II Guerra, a especulação com o zebu envolve os banqueiros mineiros da seguinte forma: o Banco do Brasil fornecia em abundância o crédito pecuário aos criadores mineiros, que especulavam com o valor do gado e depositavam seus ganhos na rede bancária privada, que, por sua vez, recambiava esses valores principalmente para Belo Horizonte (a capital de Minas recebeu por várias décadas fundos não só do interior mineiro, como também de outros Estados), onde os banqueiros os aplicavam em especulação imobiliária (44).

Quando findou a especulação com o zebu iniciou-se em Belo Horizonte a especulação imobiliária (Quadro 18). Esta se deu, portanto, principalmente no pós-guerra e na década dos 50, época de

QUADRO 18

CONSTRUÇÃO CIVIL EM BELO HORIZONTE

BASE: 1940 = 100

ANOS	ÁREA DE PISO LICENCIADA EM BELO HORIZONTE	
	1 000 m ²	ÍNDICE
1940	125,4	100
1941	101,8	81
1942	108,5	86
1943	60,8	48
1944	67,6	54
1945	60,0	48
1946	362,9	289
1947	339,8	271
1948	423,9	338
1949	361,9	289
1950	306,1	244
1951	373,4	298
1952	347,9	277
1953	457,9	365
1954	626,0	499

Fonte: SGCNE (Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística - IBGE) apud LDEB, Gustaaf F.. O Desenvolvimento da Produção Industrial em MG (1939-1954). R.B.E. RJ, s/ed., ano X, nº 3, set/1956. p. 61.

Obs.: O autor achou que os dados de 1945 e 1946 não pareciam comparáveis, de modo que apresentou duas séries em encadeamento, uma baseada em 1939 e outra em 1946. Nós, pelo contrário, achamos que os dados espelham o fenômeno da especulação imobiliária. Na elaboração do índice, supõe-se que o prazo médio da construção fosse 12 meses e que a construção fosse iniciada logo após a concessão de licença.

um vertiginoso crescimento da capital mineira, que atingia a maior taxa de incremento populacional entre todas as capitais brasileiras. Foi a época da abertura das grandes avenidas, dos loteamentos de bairros inteiros, da urbanização da Pampulha, etc. (45)

Durante a inflação da guerra, do excesso de dinheiro acumulado em mãos de poucos, evoluiu a exploração do negócio bancário, a fim de facilitar a reaplicação desses recursos.

Vejamos alguns testemunhos contemporâneos: "estamos numa época anormal de completa euforia econômico-financeira favorável aos bancos. Surgem por todo o Brasil bancos devido ao regime inflacionista. De acordo com a lei das sociedades anônimas, um desses estabelecimentos que perde 50% do capital em transações é considerado falido. Há perigo iminente de crise e falências. Existem estabelecimentos bancários que empregam quase todos seus depósitos em empréstimos em conta corrente ou na carteira de descontos: com uma crise, como reagir sem disponibilidades em caixa?". Como ele mesmo responde, "eles confiam na solidariedade bancária". Naquela época um banco podia emprestar a outro, "socorrendo-o" em momentos difíceis, o que criava uma interligação e uma solidariedade entre os diversos bancos que dava margem não só para incorrerem em operações arriscadas, como também para deterem grande poder de barganha política. (46)

Outro autor, da mesma fonte, dizia que: "a facilidade com que nestes últimos tempos se vem criando novos bancos ou casas bancárias indica que o dinheiro caracteriza-se entre nós como uma das melhores mercadorias. Há a imobilização de grandes massas de recursos nas mãos de bancos, receosas de intervirem em empreendimentos produtivos. Não há vantagem de caráter nacional no emprego de dinheiro em novos bancos, quando a indústria, a agricultura, etc. clamam pela aplicação de novos capitais".

Uma concorrência exagerada no setor bancário acarreta consequência inteiramente diversa da esperada. Ao invés de uma possível redução dos "preços", como ocorreria em outras atividades comerciais, ela conduz, geralmente, ao encarecimento da "mercadoria" dinheiro, isto é, à elevação da taxa de juros. É verdade que a chamada Lei da Usura tinha limitado em 12% o máximo juro a ser cobrado; porém, dentro deste limite toda liberdade era possível, e, por força dele, eram encontrados caminhos que burlavam a vigilância, através de taxas, comissões e outras coisas mais.

Os bancos, ficando com grande parte do dinheiro que serviria para financiar os estoques e a produção, aumentava o custo (taxas de juro) desse dinheiro e dificultava a obtenção de empréstimos pelas empresas. Isso diminuía suas lucratividades e impedia a expansão da atividade produtiva, que se tornava ainda menos atrativa diante da atividade financeira: era mais lucrativo especular do que produzir. Os lucros gerados na produção (intensa durante a II Guerra) não eram reinvestidos na ampliação da capacidade produtiva (tendendo já ao esgotamento), mas sim na atividade puramente especulativa.

O crescimento desproporcional entre o setor produtivo e o setor financeiro, alimentado pela transferência constante de recursos do primeiro para o segundo, se continuasse acabaria fazendo da economia brasileira uma gigantesca especulação sobre o vazio. (47).

Devemos advertir, entretanto, que a ênfase dada à questão da especulação não significa que vemos nela apenas uma mirabolante onda inflacionária. Nem tudo foi fictício nesse processo inflacionário. Na verdade, o "véu monetário" tende a cobrir a visão de uma real acumulação de capital urbano que se deu nesse período.

Não se pode entender completamente o crescimento bancário do período sem se ter em conta a atuação da Carteira de Redescontos, que desde 1930, segundo o Relatório de 1945 do Banco do Brasil, foi a máquina cuja produção mais avolumou a inflação monetária.

"Constitui a Carteira um delicado mecanismo que só poderá funcionar com proveito para a economia do país quando for manejado com rigor, discernimento e tato. Por ser órgão destinado a fomentar a produção nela só devem ser redescontados títulos que representem transação legítima e efetivamente realizada, sendo, portanto, excluídos os que resultem da especulação, tenham firmas de favor ou se destinem apenas a proporcionar recursos aos respectivos coobrigados. Não tendo por objetivo o suprimento de capital, mas sim o de lhe facilitar a circulação, deverá sempre a Carteira impedir que dos recursos por ela fornecidos algum banco faça abusivamente a base principal de suas operações".

O regulamento da Carteira de Redescontos, porém, entre 1930 e 1944, sofreu várias e sérias distorções, tirando-lhe

quase totalmente a sua função clássica. "Todas as modificações tiveram o propósito de tornar menos rígido o mecanismo criado em 1921. Naquela época só poderiam ser aceitos na Carteira, para redesconto, títulos de prazo até 120 dias, que não resultassem de mera especulação e cujas importâncias tivessem sido ou devessem ser aplicadas em legítimas transações de movimento, relativas à indústria, agricultura e comércio. Em 1930, passaram a ser admitidos warrants e as promissórias garantidas por conhecimento de mercadorias de difícil deterioração; não porém os títulos da União, dos Estados ou dos Municípios".

"Em 1931, foram admitidos os títulos cambiais emitidos pelo Conselho Nacional do Café; em 1922, as promissórias com prazo até 180 dias, garantidas por aval ou penhor, desde que o líquido tivesse sido destinado ao financiamento da produção industrial, agrícola ou pecuária; e também as promissórias do Tesouro Nacional, de prazo não superior a 1 ano, descontadas pelo Banco do Brasil. Em 1934, ficou a Carteira autorizada a redescantar letras ou notas promissórias cujo aceitante ou emitente exercesse sua atividade na agricultura, ou indústrias derivadas, desde que o título tivesse a corresponsabilidade de outra firma idônea ou fosse garantido com penhor; também foi estabelecido que os vencimentos não poderiam exceder de 1 ano. Em 1937, foi realizada outra reforma, em virtude da qual os bancos, inclusive o Banco do Brasil, passaram a ter o direito de redescantar títulos até a importância máxima da metade do seu capital mais os fundos de reserva, realizados no país, limite este fixado cada trimestre."

"Em 1940 foi resolvido que os contratos de financiamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que representassem dívidas com prazo de vencimento não superior a 1 ano, contraídas por pessoas que exercessem, de modo efetivo, atividades na agricultura ou na pecuária, e garantidas por penhor rural, seriam como as cédulas rurais pignoratícias, redescantáveis, pela Carteira de Redescontos."

"Em 1942, pelo Decreto-lei nº 4792, de 5 de outubro, além de operar no Redesconto, ficou também a Carteira autorizada a fazer empréstimos a bancos, quando garantidos por "Letras do Tesouro", vencíveis em prazo nunca excedente a 180 dias."

"Em 1944, pelo Decreto-lei nº 6634, de 27 de junho, foi ampliada a capacidade de redescontos concedida pela Carteira aos bancos, inclusive o Banco do Brasil. Passaram eles, então, a ter o

direito de redescontar títulos até a importância máxima correspondente ao capital e fundos de reserva, realizados no país. Anteriormente, o limite correspondia apenas à metade do capital mais os fundos de reserva".

O grande empenho da Carteira de Redescontos se deu especialmente em 1943/44. É ilustrativo o depoimento de Fontenla: "a especulação criara um mercado de procura de depósitos mediante elevadas comissões. Pessoas alheias à técnica bancária, atraídas unicamente pela idéia de lucros fáceis, tinham obtido cartas-patente para criação de bancos. Conhecemos bancos que tinham responsabilidades por redescontos, cinco a dez vezes maiores que as suas reais possibilidades; a sua função como estabelecimento de crédito era só aparente. Proposto e aceito o redesconto de um título por um desses estabelecimentos, o cliente só poderia receber o dinheiro no dia seguinte ou horas mais tarde pois aquele título era levado às pressas para o redesconto, a fim de ser feita a disponibilidade de caixa necessária para o pagamento. O lucro estava na diferença de juros e comissões cobrados. No vencimento, se o cliente não podia pagar, era feito novo título que seguia o mesmo caminho do primeiro e a situação estava resolvida. Esta era a especulação, o expediente denominado inflação de crédito" (48). Em 1943/44 era fácil tornar-se banqueiro...

O aumento do número de bancos assumira no Brasil, em 1944, proporções inquietantes; alguns colocavam na diretoria, como prevendo dificuldades, nomes de prestígio político. Nesse ano, a 13 de abril, pelo Decreto-lei nº 6419, reorganizou o governo a CAMOB, atribuindo-lhe funções reguladoras da criação de estabelecimentos bancários e fiscalizadoras de seu funcionamento. Inclusive passou a denominar-se Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. Ela, ao contrário da Carteira de Redescontos, cujas operações eram a curto prazo, socorria os bancos nas dificuldades que lhes advinham de perdas de depósito, recursos imobilizados ou aplicados a longo prazo.

Por este mesmo decreto, limitou-se a expansão dos bancos de acordo com o seu maior ou menor capital. "Art. 5º Nenhum estabelecimento bancário será autorizado a funcionar sem a realização do capital mínimo previsto para a sua categoria e área de operações... § 1º Somente os bancos de capital igual ou superior a cinquenta milhões de cruzeiros poderão abrir filiais ou agências em todo o território nacional. § 2º Os bancos de capital igual ou superior a vinte milhões de cruzeiros e inferior a cinquenta milhões só

poderão abrir filiais ou agências nas regiões que tenham indicado no pedido de autorização, quando deferido, ou naquelas que constarem do ato de autorização. § 3º Os bancos de capital igual ou superior a cinco milhões de cruzeiros e inferior a vinte milhões de cruzeiros somente poderão operar no Estado e dentro das áreas municipais indicadas no ato de autorização. § 4º Os de capital inferior a cinco milhões de cruzeiros somente poderão operar nos municípios em que estiverem instalados".

Hã, portanto, a limitação das atividades dos pequenos bancos, mediante um critério de zoneamento estabelecido pela sua capacidade financeira. A concorrência no sistema bancário fica definida institucionalmente. O ônus do castigo pela especulação recai sobre os pequenos. Segundo as autoridades monetárias, os pequenos bancos que provocariam o encarecimento no mercado de crédito, pois necessitavam obter vantagens que compensassem os juros relativamente altos pagos aos seus depositantes. Seriam eles também que se ligariam a iniciativas que a outros pareceriam excessivamente arrojadas.

Também em 1944, o Ministro da Fazenda aprovou os seguintes limites mínimos de capital a serem respeitados na instalação de bancos e casas bancárias nas principais capitais de Estado: Distrito Federal e São Paulo, bancos Cr\$ 10.000.000,00 e casas bancárias Cr\$ 5.000.000,00; Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, bancos Cr\$ 8.000.000,00 e casas bancárias Cr\$ 3.000.000,00.

A criação de um Banco Central era uma velha discussão, medida já aconselhada em 1931 pelo financista britânico Sir Otto Niemeyer, que a convite do governo brasileiro, procedeu a um estudo econômico-financeiro do país. Sob a ameaça da crise que se esboça em 1944, o governo foi obrigado a tomar medidas mais positivas em direção a tal objetivo.

Assim, Getúlio Vargas, pelo Decreto-lei nº 7293, de 2 de fevereiro de 1945, cria, diretamente subordinada ao Ministro da Fazenda, a Superintendência da Moeda e do Crédito, "com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central". Pelo art. 3º, "enquanto não for convertido em lei o projeto de criação do Banco Central, à SUMOC incumbe as seguintes atribuições:

- a) requerer emissão de papel-moeda...;
- b) receber, com exclusividade, depósitos de bancos;
- c) delimitar, quando julgar necessário, as taxas de ju

ros a abonar às novas contas, pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas;

- d) fixar, mensalmente, as taxas de redescontos e juros dos empréstimos a bancos, podendo vigorar taxas e juros diferentes, tendo em vista as regiões e peculiaridades das transações;
- e) autorizar a compra e venda de ouro ou de cambiais;
- f) autorizar empréstimos a bancos por prazo não superior a 120 dias, garantidos por títulos do Governo Federal até o limite de 90% do valor em Bolsa;
- g) orientar a fiscalização dos bancos;
- h) orientar a política de câmbio e operações bancárias em geral;
- i) promover a compra e venda de títulos do Governo Federal na Bolsa;
- j) autorizar o redesconto de títulos e empréstimos a bancos nos termos da legislação que vigorar".

Os depósitos compulsórios, como instrumento de controle do volume de crédito e dos meios de pagamentos, são instituídos pelo art. 49: "Independentemente do fato de manterem em caixa o número julgado indispensável ao seu movimento, são os bancos obrigados a conservar em depósito no Banco do Brasil, à ordem da SUMOC, sem juros:

- a) 8% sobre o valor dos depósitos à vista;
- b) 4% sobre o valor de importâncias depositadas a prazo fixo ou mediante aviso prévio superior a 90 dias!"

A atividade bancária fica, portanto, submetida a um controle governamental mais rígido. Os bancos terão que adaptar-se. Veremos como eles agiram no período 1946-1964, no próximo capítulo.

Antes, porém, de colocarmos um ponto final neste capítulo, vejamos a situação dos bancos mineiros, enquanto empresas individualizadas, no período 1930-1945. Anteriormente, já tínhamos dito que nessa época passam a se destacar no ranking nacional.

De fato, em 1945, depois de transcorridos todos esses fatos narrados, Minas Gerais possuía quatro de seus bancos - o Comércio e Indústria, Crédito Real, o Lavoura e o Hipotecário e Agrícola - situados entre os dez maiores do país (por volume de depósitos), sendo o Comércio e Indústria o maior banco privado desde 1940 (em 1947, o Lavoura vai arrebatá-lo este posto).

A ascensão dos três primeiros bancos citados foi enorme: de 1935 a 1945, eles vão, respectivamente, do 12º para o 3º, do

18º para o 4º e do 26º para o 8º lugar. O Hipotecário tem uma situação instável no período, certamente devido à encampação sofrida.

Devemos chamar a atenção para o fato de que a partir de 1941 os depósitos efetuados nesses bancos - situados entre os vinte maiores brasileiros - ultrapassam, englobadamente, o total dos depósitos realizados em Minas Gerais. Isso significa que os grandes bancos mineiros começam então a constituir sua poderosa rede nacional de agências. Em outras palavras, não perdendo o caráter de bancos regionais e partindo para a exploração do mercado nacional.

Para tanto já tinham dominado o mercado interno de Minas. Nas palavras de Souza: "Minas desde logo organizou a maior e a mais potente rede bancária do país, ficando as suas raízes nas fazendas distantes e nas encruzilhadas das estradas, onde sempre uma placa indicava a existência do representante de estabelecimento, bancário, que outro não era senão o próprio fazendeiro, seu filho, ou o comerciante por ele protegido" (49).

Em 1946, estavam em pleno funcionamento em todas as mais prósperas cidades mineiras e tinham criado agências e escritórios, bem como nomeado correspondentes, em quase todas as localidades, por insignificante que fossem. Assim, as cifras globais para Minas indicam que, nesse ano, existiam 32 bancos com matrizes neste Estado (além de 21 casas bancárias). Eles possuíam: 3 filiais, 2 sucursais, 353 agências, 29 sub-agências, 113 escritórios e 1157 correspondentes em Minas Gerais (não se considerando, portanto, o equivalente em outros Estado) (50).

Esse mercado, de certa forma, era exclusivo dos bancos do Estado, pois só haviam 67 agências de bancos nacionais com sede fora do Estado, das quais 35 do Banco do Brasil. Agências de bancos paulistas haviam quatro, 1 do Banco de São Paulo e 3 do Itaú (51). O restante era predominantemente de bancos cariocas. Havia somente 1 agência de banco estrangeiro, a do Bank of London & South America Ltd., em Belo Horizonte.

Em número de agências em Minas destacavam-se, pela ordem, Mineiro da Produção - 54, Lavoura - 49, Crédito Real - 45, Hipotecário e Agrícola - 41, Minas Gerais - 37, Comércio e Indústria - 27. Interessante notar que este, o maior banco privado brasileiro na época, não detinha um grande número de agências mas sim de correspondentes: 352 (nesse item vinha a seguir o Mineiro da Produção, com bem menos: 193).

Pois bem, a partir de 1930, há uma verdadeira proliferação de Bancos em Minas, ligando-se apenas pelo enunciado de seus

nomes e não pela aplicação real às atividades da lavoura, da indústria, do comércio, e sempre operando na atividade bancária comum no meio brasileiro, de depósito e desconto. Há, no entanto, grupos econômicos, de origem comercial, industrial ou mesmo agrária, que organizam-se em bancos e se ligam de preferência a determinados ramos onde possuem interesse. Vejamos alguns traços históricos de bancos fundados na época.

Por exemplo, o Banco de Minas Gerais iniciou suas atividades como Banco de Crédito Predial em 1930. Fundado com o intuito de especialização em sua Carteira Predial Hipotecária, negociando exclusivamente sob garantia hipotecária de imóveis situados no capital, logo teve que ampliar e desenvolver paralelamente todos os demais departamentos de um banco comercial comum. De fato, seria difícil manter-se nessa especialidade bancária face ao aumento da concorrência no setor bancário. Para tanto, em 1937, não só aumentou seu capital, como também mudou sua denominação. Inicia então sua penetração no interior do Estado, inaugurando as agências de Oliveira, São João D'Rey e Bom Sucesso.

Seu fundador foi o Cel. Benjamin Ferreira Guimarães, cabeça do grupo econômico Mourão - Pentagna - Guimarães. Sua primeira atividade econômica foi um armazém de secos e molhados em 1891. Passou depois à indústria têxtil, incorporando à Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira novas fábricas de tecido. Dizem que a verdadeira origem de sua fortuna foi a especulação com anilina durante a I Guerra Mundial, quando casualmente deteve o monopólio do produto no Brasil (52). O fato é que, em 1930, por pressão do filho e exemplo do amigo e compadre Clemente Faria, funda o Banco. Através dele diversifica seus interesses. Na década dos 30 Os Mourão - Guimarães ligam-se a "Belgo-Mineira". Em 1939 fundam a "Magnesita", indústria de refratários, fornecedora futura de Volta Redonda, Acesita e indústrias do grupo Jaffet. O grupo Pontagna-Mourão-Guimarães consolida-se, com empreendimentos gerais no setor de seguros, imóveis, hospitais e até lanches.

Havia bancos, entretanto, que se diziam especializados em alguma área. O crédito rural era por assim dizer a especializada do Banco Ribeiro Junqueira. "Fundado e dirigido por homens ligados à terra, que cuidam da agricultura e da pecuária, bem como suas atividades subsidiárias, o Banco Ribeiro Junqueira é um legítimo banco rural", afirmava sua propaganda. Os dirigentes desse Banco diziam que ele era agricultor, cuidava de leite e laticínios.

Fundado na cidade de Leopoldina - zona da Mata - 1939,

nasceu, de maneira singular, numa pequena cidade, onde manteve sua casa matriz, para daí ir lançando suas ramificações, até atingir a própria Capital Federal. Não começou o Banco Ribeiro Junqueira como casa bancária; teve, como cédula, uma rede de casas bancárias "Ribeiro Junqueira", espalhadas em várias cidades circunvizinhas daquela onde veio a se instalar o Banco, como uma necessidade da centralização administrativa dos negócios que iam ganhando vulto.

"Nos anos da queda do café, nos Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, as agências e escritórios do Banco Ribeiro Junqueira, cuidando de manter elevado o nível da produção agrícola, estimularam a cultura do arroz. E o fizeram em tais condições que a própria Bolsa de Mercadorias reconheceu como específico o arroz tipo Miracema, criado pelo estímulo e pelos serviços especializados do Banco" (53).

Como exemplo de um estabelecimento bancário com origem no capital comercial temos o caso do Banco Gontijo Irmão Sociedade Ltda, fundado em 1936 em Belo Horizonte, como seção bancária da então sociedade comercial Gontijo & Irmão. Logo depois a firma desligou a seção bancária da sociedade comercial e a transformou em Banco.

Em 1940 surgiu o Banco Moreira Salles, fundado em Poços de Caldas - zona Sul de Minas -, mas sempre atuando mais em São Paulo. Sua origem foi a fusão de duas casas bancárias uma de propriedade do pai do Walter Moreira Salles e outra de Botelhos - com o Banco Machadense. Logo em 1947 já era o 20º banco brasileiro em volume de depósitos. Continuou sua rápida ascensão, tornando-se um dos maiores bancos privados do país. Com a fusão com o Banco Agrícola e Mercantil em 1967, transformou-se em União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO).

O banco de Belo Horizonte, fundado em 1942, foi primitivamente a Empresa Mineira de Apólices, da firma Lindouro Gomes & Vasconcelos. Dentre as suas carteira ainda manteve, como principal negócio, a compra e venda de títulos da dívida pública, à vista e à prazo.

O Banco Financeiro da Produção foi fundado a 2 de Janeiro de 1944 por Antonio Luciano, um dos maiores proprietários de imóveis de Belo Horizonte. Planejava então a construção de casas populares e do Edifício Luciano com 32 andares. Possuía o edifício - sede e casas residenciais.

Era então relativamente fácil tornar-se banqueiro. Vejamos, com certo detalhe, um caso de "Cooperativa Bancária".

A iniciativa da organização do Banco de Crédito Hipotecário e Mercantil de Minas- Cooperativa coube a um grupo de servidores do Estado. Congregava a dita Sociedade, além de funcionários públicos, estes em grande maioria, apreciável número de agricultores, bancários, comerciantes e profissionais liberais. Com autorização para funcionar pelo decreto nº 5937, de 10 de julho de 1940, e, ao começo, com o capital mínimo dos seus estatutos, de 50 contos apenas, o Banco com poucos meses de funcionamento o ascendeu a 171 contos, estando então 43 realizados. Esse capital era constituído por 138 subscritores de quotas-partes de 100\$000, sendo de meio conto a menor importância a eles atribuído. A primeira vista causa espécie que, tratando-se duma sociedade cooperativa, eminentemente popular, fosse de rs. 500\$000 para cima o valor da contribuição de cada associado. Todavia, tinha este a faculdade de integralização do seu "quantum" de uma só vez ou em prestações mensais de 10\$000, ou seja 2% no mínimo. E, assim, tornava-se acessível a todos, em face do extenso prazo concedido pela lei básica da sociedade até 4 anos e 2 meses.

Devemos destacar, sem dúvida, a fundação do Banco Nacional de Minas Gerais S.A. em 1944, com sede em Belo Horizonte. Conquistou logo um lugar de realce entre os estabelecimentos bancários do Estado. Com capital inicial de 5 milhões de cruzeiros, três meses depois, em abril de 1944, o Sr. José de Magalhães Pinto, que vinha de deixar a direção do Banco da Lavoura, obteve autorização e providenciou o aumento do capital para 60 milhões de cruzeiros, coberto com larga folga. Foi, ao mesmo tempo, aprovado o processo de incorporação do Banco Comercial Mineiro e autorizado a instalar 27 agências no interior de Minas; nas capitais de Goiás e Espírito Santo e em Campos, no Estado do Rio; além da Matríz em Belo Horizonte e a filial no Rio de Janeiro. O Banco nasceu, pois, grande. Caracterizava-se pela sua agressividade em conquistar posições.

Interessante notar que o objetivo da empresa declarado na escritura pública (registrada na Junta Comercial) era "a realização de quaisquer operações bancárias permitidas em lei, nos limites e condições que forem fixadas no regimento interno que elaborar a diretoria, ficando expressamente excluídas as operações de câmbio, de crédito real e as de compra e venda a prazo e a prestação de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal". Em 1951 há uma reforma parcial dos estatutos, sendo incluída a permissão para as operações de câmbio.

A propaganda do Banco sempre se vangloriou da identificação dos funcionários do Banco com a vida do estabelecimento, atra

vês da participação nos lucros". Havia uma "contribuição para as entidades beneficentes dos empregados do Banco", uma "participação distribuída" e uma "participação aos gerentes titulares da administração".

Uma ligeira biografia de Magalhães Pinto, até então, mostraria que com 18 anos, em 1926, tornou-se escriturário na gerência do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em Juiz de Fora (54). Em 1929 já era gerente geral do Lavoura em Belo Horizonte; em 1935, com a morte de Hugo Werneck, tornou-se diretor do Banco. Em 1938 acumula o cargo de presidente da Associação Comercial, até que em 1942 assina o "Manifesto dos Mineiros". É forçado, por pressão política, a sair do Lavoura. Funda então o Nacional, juntamente com Waldomiro Magalhães Pinto, Virgílio de Melo Franco e o Cel. Francisco Moreira da Costa, entre outros. Não participa da primeira diretoria, só vai para a presidência com a morte deste último. Em 1945 é eleito deputado Federal por Minas Gerais. Há um ditado mineiro que diz: "o melhor cabo eleitoral é a agência bancária". É difícil distinguir a figura do banqueiro da do político. O Banco beneficia-se da força política de Magalhães Pinto, quanto este da força econômica do Nacional.

Por fim, algumas palavras sobre o Banco da Lavoura de Minas Gerais, que em 1947 torna-se o maior banco privado brasileiro. Vejamos como ele galgou esta posição.

Em 1929 não sofreu com a crise cafeeira, pois não trabalhava com este produto. O café de Minas era exportado principalmente pelo porto do Rio e somente em 1936 o Banco abriu agência lá. Em 1937 abriu agência em São Paulo, com grade movimentação.

Sua marcha para o interior do Estado, no final da década dos 30, processou-se, de início, com a encampação de "sólidos e conceituados" bancos e casas bancárias, sobretudo na progressista região Sul de Minas: Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso, Banco Santaritense, Banco Comercial de Alfenas, Banco da Campanha, Banco J. O. Rezende (de São Sebastião do Paraíso), Banco de Pouso Alegre, Banco de Uberlândia, Casa Bancária A. Della Lucia (de três Corações). Gostaríamos de saber em que medida esses "sólidos e conceituados" bancos foram afetados pela crise cafeeira ... Por exemplo, em 1937/38 houve a falência do Banco Sul de Minas de Varginha. Entre os 32 credores privilegiados, figurava em 1º lugar justamente o Banco da Lavoura...

Em 1945, o Banco da Lavoura, além da sua matriz em Be-

lo Horizonte, dispunha de uma filial no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, e 48 agências em Minas Gerais, 3 no Estado do Rio e 1 no Espírito Santo. Quanto a escritórios, possuía 31 em Minas e 1 no Estado do Rio.

Com uma "fatia" bem definida do mercado interno mineiro, ampliaram-se então, extraordinariamente, os negócios e os departamentos do Banco. De Minas saltou para o Estado do Rio e para o Distrito Federal; daí, para o Espírito Santo, depois para São Paulo.

Outros Estados, em seguida, foram atingidos: Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná e Alagoas. Realizou-se a aquisição do ativo do Banco Norte do Brasil S. A. com sede em Maceió (Alagoas) e de 13 agências do Banco do Comércio S. A.. Em 1950, instalaram-se as agências de Belém do Pará e de Macapá (Capital do Território do Amapá).

Neste mesmo ano, além da matriz e de uma agência metropolitana em Belo Horizonte, contava com 3 filiais (capital Federal, São Paulo e Porto Alegre) e 143 agências e escritórios, disseminados por todo o país. Para se ter uma idéia mais precisa dos tipos de localidades em que o Lavoura encontrava-se, examinemos no decurso de 1950 instalaram-se as agências e escritórios novos nas seguintes localidades: Araçatuba, Braz (Agência urbana), Campinas, Fartura, Guararapes, Jundiá, Liberdade (Agência urbana), Piracaia, Piraju e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo; curvelo, Elói Mendes, Gouvea, Iatajubá, Itambacurí, Leopoldina e São João D'El Rey, em Minas Gerais; Maceió e Arapiraca, no Estado de Alagoas; Barreto (interior) e Nova Friburgo, no Estado do Rio; Londrina e Ponta Grossa, no Paraná; Itaguaçu, no Espírito Santo, e Piracanjuba, em Goiás. Fica claro, portanto, que no pós-Guerra se pode falar numa rede bancária nacional.

Dentre os mais notáveis empreendimentos para cuja realização o banco contribuiu, até então, através de financiamento, destacam-se a construção, no porto de Vitória, dos silos para embarque de minérios, pela servienge (Serviços de Engenharia S.A.) e a extração intensiva do Manganês no Território do Amapá, através da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.). Em Minas, com o propósito de ampliar o potencial elétrico do Estado, subscreveu o Banco grande parte do capital de Cr\$ 27.000.000,00, necessário à constituição da Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, que visava abastecer o próspero município de Governador Valadares e outros da mesma promissora região, desbravada durante a II Guerra.

Muda portanto o caráter da atividade bancária depois de 1945. Justifica-se assim esse marco como fim de uma etapa "competitiva" do sistema bancário brasileiro.

Vimos neste capítulo a consolidação dos bancos mineiros, avançando em relação aos capítulos anteriores, quando analisamos o seu nascimento.

Achamos que nesse "período Vargas" (1930-1945) estão contidas algumas raízes da força dos bancos mineiros: atuando junto ao capital comercial especializado na agricultura mineira, relacionando-se com o Poder Público estadual, tirando partido da intensa especulação vigente durante a II Guerra, instalando agências em outros Estados, estavam eles preparando as "bases" para a conquista do mercado nacional em formação.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO III:

- (01) GILBART, J.W. - The History and Principles of Banking, apud Marx, K., El Capital, México, F.C.E., 1973, Livro III, p. 386.
- (02) VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. - Política do Governo e Crecimento da Economia Brasileira: 1889-1945, RJ., IPEA/INPES, 1975, 2a. edição, p. 177.
- (03) ROQUETTE REIS, Fernando Antonio - Participação de Minas no desenvolvimento brasileiro. Cadernos BDMG n° 1, março de 1968.
- (04) Em Minas, nessa época, encontra-se o maior rebanho suíno do Brasil, (por exemplo, em 1935, com 7,5 milhões de cabeças, o Estado possuía 32,36% do efetivo existente no país).
- (05) ROQUETTE REIS, op. cit.
- (06) O Diagnóstico da Economia Mineira V defende que "o atendimento da demanda derivada da economia cafeeira permitiu certo desenvolvimento industrial de Minas, que ultrapassa em importância o Estado do Rio, onde a cafeicultura já perdera significação" (p. 13). Minas, além de suas áreas propriamente cafeeiras - a Mata, o Sul e o Oeste - era importante produtora de bens de subsistência.
- (07) BAER, Werner - Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro, RJ., Zahar, 1970, p. 88.
- (08) BDMG - Diagnóstico da Economia Mineira V - (Indústria) - BH, s/ed., 1968, p. 13.
- (09) GRAHAM, Douglas H. & HOLLANDA, Fº, Sérgio Buarque de - Migration Regional and Urban Growth and Development in Brazil: a Selecture Analysis of Historical Record, 1872-1970. SP., IPE, 1971, p. 98 apud VILLELA & SUZIGAN. op. cit, p. 262 e p. 264.
- (10) Estimando-se o valor da produção geral de Minas no ano de 1936 com 5 milhões de contos de réis, um quinto, ou seja, em torno de 1 milhão, escoava-se para "mercados externos" (fundamentalmente o ex-Distrito Federal, São Paulo, porto de Santos, Estado Rio e porto de Angra).
- (11) Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n° 4, ano II, BH, maio/junho de 1940.

- (12) BRAZIL, Raymundo Pereira - Minas Gerais na Grandeza do Brasil. BH, s/ed., 1936.
- (13) OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de - A Evolução do Sistema Financeiro na época de Vargas., Niterói, Monografia de Mestrado em História pela UFF, 1974, p. 17.
- (14) NEUHAUS, Paulo - História Monetária do Brasil: 1900-45, IBMEC, 1975, p. 122.
- (15) LEVY, Maria Bárbara, História dos Bancos Comerciais no Brasil, RJ, IBMEC, 1972, p. 112.
- (16) idem, ibidem, p. 106 (o grifo é meu)
- (17) NEUHAUS, Paulo - op. cit., p. 124.
- (18) CARVALHO, Daniel - As finanças de Minas Gerais. Estudos de Economia e Finanças. RJ, AGIR, 1946, p. 157.
- (19) A questão ferroviária em Minas era considerada responsável em grande parte, pela situação financeira em que se encontrava o Estado. A política ferroviária mineira tomou, no ano de 1931, um rumo de proporções mais amplas, que se consubstanciou no plano da Rede Mineira de Viação. Por este plano, o Estado se transformou, no seu território, em administrador e controlador de todas as ferrovias que pertenciam à União, exceto a E. F. Central do Brasil. Ora, as estradas arrendadas da União, principalmente a Oeste, eram deficitárias. Assim, a Rede Mineira de Viação veio agravar, ainda mais, a situação financeira, pesando no orçamento estadual com seus deficits anuais avultados. A partir de 1934 há um aumento de fretes e passagens nessa rede ferroviária, elevando a receita industrial do Estado.
- (20) MINAS GERAIS - Secretaria das Finanças - Finanças do Estado de Minas Gerais, Período Republicano: 1890-1953. BH, Imp. Ofic. 1954.
- (21) BRAZIL, R. P. - op. cit., p. 536.
- (22) Atividades Bancárias em Minas. O Observador Econômico e Financeiro, RJ., ano 3, nº 25, fev. 1938, p. 133.
- (23) intui algo que vai em direção ao que estamos pensando, em que pese não concordarmos com toda sua colocação sobre o tema, especialmente sobre a preeminência do capital financeiro inglês e norte-americano barrando o avanço do capital financeiro mineiro. Veja OLIVEIRA, Francisco,

Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de Classes, RJ., Paz e Terra, 1977, p. 63.

- (24) TAVARES, Maria da Conceição de Almeida - Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento - o caso do Brasil. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 2a. edição, p. 133.
- (25) idem, ibidem, p. 134.
- (26) BIELSCHOWSKY, R. Alberto - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira (1935/1962), Brasília, Dissertação de Mestrado em Economia pela UnB, 1975, pp. 81, 84 e 88. (o grifo é meu).
- (27) TAVARES, M. da C. de A. - idem, op. cit. , p. 135
- (28) Como vimos no capítulo anterior, existiu uma "Carteira Agrícola" no BCRMG . Entretanto, por conveniência recíproca, do Governo do Estado e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais , foram liquidadas em 1935 as Carteiras Agrícola e da Defesa do Café que funcionava nesse Banco. Somente em 1957 foi reaberta () esta modalidade de crédito.
- (29) HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. - O Setor financeiro e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos, RJ, IUPRJ, Dados, 1970, p. 46.
- (30) Grifo meu.
- (31) Os Bancos estrangeiros no Brasil. Conjuntura Econômica. RJ, s/ edição, 1948. Ano III, nº 3, p. 24.
- (32) A "Fonte" era o Secretário Técnico da Fazenda em 1939, Valentim Bouças. Veja OLIVEIRA, G.B.M. de - op. cit., pp.54/57.
- (33) HASENBALG & BRIGAGÃO - op. cit., pp. 43/46.
- (34) Pelo Quadro III - 24-A.E. - verificamos que dos 17 bancos fundados no Estado de 1940 a 1944, a maioria absoluta (11) tinha como sede Belo Horizonte.
- (35) Por exemplo, na capital de São Paulo desde 1934 já atuava o Banco Hipotecário de Minas Gerais, em 1945 passam a funcionar também o Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Crédito Real e o Moreira Salles. Em Santos, a partir de 1941, instalaram-se o Comércio e Indústria e o Crédito Real.

- (36) HASENBALG & BRIGAGÃO - op. cit., p. 39
- (37) MONT'ALEGRE, Amer - Política Bancária. O Observador Econômico Financeiro. RJ, s/ed., maio de 1946, ano XI, nº 125, p. 157.
- (38) De 1939 a 1945 os preços dispararam. A taxa média anual de crescimento foi da ordem de 14-15 % no período, enquanto no período 1933/1939 a inflação foi de extremamente moderada. (7% (SEEF); 6% (Villela-Suzigan-E. Lobo) e 4,5% (Haddad)
- (39) CARVALHO, Fernando Mibielli - A Inflação Brasileira. O Observador Econômico-Financeiro. RJ, s/ed., 1947, Ano XII, nº 133, p. 49. Veja também: MALAN, P. e Abreu, M.P. Infl. e B.P. (1939-1052), IPEA.
- (40) Sistema Bancário Desadaptado às Necessidades da Economia Interna. O observador Econômico-Financeiro. RJ., s/ed. set. de 1947, Ano XII, nº 40, p. 228.
- (41) O Triângulo Mineiro foi transformado num laboratório, sendo tentado vários tipos de cruzamento entre raças bovinas. Buscaram obter melhores exemplares pela mestiçagem. Daí surgiu um tipo nacional, o Indubrasil - animal de grande porte, rápido ganho de peso, precoce no crescimento, rústico e dócil, adaptável a qualquer tipo de cruzamento zebuino, essencialmente para o corte, mas também produtor leiteiro. Em 1938, definidos os caracteres da raça Indubrasil, iniciou-se o registro genealógico.
- (42) Cadernos do Cinquentenário - IX. Estado de Minas. BH, 31 de janeiro de 1978.
- (43) ALMEIDA, Rômulo de - Bancos de Inversões. O Observador Econômico-Financeiro. RJ, s/ed., dezembro de 1943, Ano VIII, p. nº 95, p. 82.
- (44) Era comum o uso de fraude para obtenção desse crédito pecuário. Fazendeiros conseguiam empréstimos para compra de gado que já estava no seu curral. Usavam de notas fiscais antigas e/ou falsificadas para comprovação de compra e empregavam os empréstimos em compra de terras e/ou imóveis nas cidades. A fiscalização do Banco do Brasil era diminuta. Quando havia, conseguia-se o trajeto das visitas do fiscal às fazendas. Assim, este leal servidor do maior banco brasileiro era precedido de uma "boiada itinerante", de uso comum dos fazendeiros da região, justamente para ocasiões como essas se apresentavam... (Entrevista com ex-banqueiro).

- (45) A especulação com imóveis foi outra "febre". O belorizontino era antes de mais nada um comprador de lotes... Há diversos "casos divertidos" sobre o relacionamento dos bancos com seus clientes. O mais conhecido é, que os bancos emprestavam com segundas intenções: mesmo sabendo que o cliente não tinha condições financeiras incentivavam-no a construir, "sob a garantia do banco". Depois da obra ter avançado certo desenvolvimento, cessavam o crédito e pressionavam o cliente para saldar suas dívidas. Desesperado, este vendia a baixo preço a um "representante" do banqueiro, a construção inacabada. O banqueiro terminava a obra e a revendia com lucros fabulosos... Os banqueiros mineiros eram proprietários de parcela nada pequena dos imóveis da cidade de Belo Horizonte... (Entrevista com antigo funcionário do ex-Banco Industrial de Minas Gerais).
- (46) Recolhidos das revistas: "O Observador Econômico-Financeiro" e "Revista Bancária Brasileira".
- (47) O fato de um processo de acumulação financeira divergir acentuadamente do ritmo do da formação real de capital é considerado como uma fonte de crise. A realização de novos investimentos reais (ampliação de capacidade produtiva) durante a II Guerra era limitada não só pela obtenção de créditos por parte das empresas (podiam recorrer ao autofinanciamento, em face dos seus elevados lucros naquele momento), mas também pela restrição às importações de máquinas, equipamentos e matérias primas imposta pela Guerra. Face a essa barreira e a possibilidade de elevados lucros especulativos, a acumulação real foi relegada a segundo plano.
- (48) FONTENLA, Vicente Paz - História dos Bancos no Brasil. RJ, s/ed., 1975, 2a. edição, p. 109.
- (49) SOUZA, Washington Pelluso Albino - Perspectivas atuais da Economia Mineira. II Seminário de Estudos Mineiros, BH, UFMG, 22 a 27/10/56, p. 152.
- (50) Estas (como as seguintes) são informações estatísticas retiradas de: Bancos e Casas Bancárias do Estado de Minas Gerais - 1946. Boletim do D.E.E., BH, ano IX, nº 35, 1947.
- (50) Em 7 de setembro de 1944 inaugurou-se em São Paulo o Banco Itaú S/A, com o capital de 50 milhões de cruzeiros tendo como subscritores paulistas e mineiros (p. ex., o Cel. Juventino Dias, ligado à Cia. de Cimento Itaú). No dia 12 de setembro

inaugurou-se a sucursal de Belo Horizonte.

- (52) Segundo a lenda, Benjamin Guimarães teria feito pouco antes da Guerra um pedido às fábricas européias do corante (material in dispensável à indústria têxtil). O intermediário do negócio teria se equivocado para mais do volume pedido. Entretanto, em 1914, interrompido o comércio internacional, o engano propiciou-lhe o monopólio de um estoque enorme de anilina. (Entrevista com antigo funcionário do ex-Banco da Lavoura de Minas Gerais).
- (53) Banco Ribeiro Junqueira - O Observador Econômico-Financeiro , Rio de Janeiro, ano XII, nº 140, set. 1947, p. 119.
- (54) O treinamento dos funcionários do Hipotecário e Agrícola era considerado exemplar. Há uma geração de banqueiros/bancários mineiros treinados na técnica francesa. O Comércio e Indústria só empregava ex-funcionários daquele Banco.

